

Trabalhadores da TAP recusam pagar os custos de opções políticas



A rota da crise

O novo administrador quer congelar os salários *sine-die*. Mas o homem que Jorge Coelho trouxe do Brasil, pago a peso de ouro para «enfrentar as dificuldades financeiras» da TAP, veio prosseguir e acelerar a política responsável pela crise. Para os trabalhadores, o Governo devia era suspender a segmentação da empresa e a entrega à Swissair, opções políticas que provocam enormes prejuízos à TAP e ao País.

Pág. 5

Soberania e Defesa

Urge debate nacional

Em declaração sobre «Soberania, Defesa Nacional e Forças Armadas», António Abreu abordou as competências constitucionais do Presidente da República enquanto Comandante Supremo das FA's e garante da independência nacional.

Pág. 7

Alguns factos sobre

O urânio empobrecido

A trágica morte do primeiro cabo Hugo Paulino e as corajosas posições públicas da sua família trouxeram para a ribalta a utilização de urânio empobrecido (UE) pelas Forças Armadas da NATO.

Pág. 19

Apesar dos protestos

Vauxhall vai desaparecer

O Novo Ano de 2001 começou de maneira catastrófica para um importante sector da indústria automóvel britânica. Aliás, o sector já pouco ou nada tem que possa considerar-se como nacional.

Págs. 20 e 21

António Abreu preocupado com a pobreza

“Recuso conformismo e indiferença”



Pág. 7

Comício
10 de Janeiro
21 horas
Forum Lisboa
(Av. de Roma)
com
Carlos
Carvalhas
e
António
Abreu

XI CONGRESSO
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 21

A palavra aos delegados

Concluimos neste número a publicação das intervenções das organizações regionais do Partido feitas no Congresso e também das entrevistas feitas então pelo nosso jornal a membros de delegações estrangeiras que estiveram presentes,

nomeadamente representantes do Partido Comunista dos Estados Unidos da América, do Movimento dos Sem Terra, do Brasil, e da Organização de Libertação da Palestina.

Págs. 9 a 16

Avante!
Proletários de todos os países - UNE-VOS!

PROPRIEDADE:
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota,
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)

50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

**GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU**
50 números: 23 000\$00

* Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Visita de António Abreu ao Casal Ventoso

Resumo

27 Quarta-feira

Uma delegação de mineiros de Neves Corvo está em Lisboa e é recebida na Presidência da República para expor ao chefe da Casa Civil a situação da Somincor • Sobre a defesa e as Forças Armadas António Abreu refere que se assiste a uma «acelerada militarização da UE» que consiste em «inverter as prioridades das Forças Armadas» • Saïd-Hassan Abumuslimov, colaborador do presidente independentista checheno, Alan Maskhadov, diz que o presidente só aceita conversações de paz com Moscovo se não houver pré-condições • O Supremo Tribunal do Chile decide adiar o interrogatório do general Augusto Pinochet para depois da realização de exames médicos.

28 Quinta-feira

Os 900 soldados portugueses em missão no Kosovo vão ser submetidos a um rastreio médico devido ao urânio empobrecido usado nos bombardeamentos da NATO • Depois de uma acalmia de cinco dias, a violência volta à Palestina com um atentado bombista • A Rússia e o Irão anunciam o reinício da sua cooperação militar • Morre em Lisboa, no Hospital do Desterro, o escultor João Fragoso.

29 Sexta-feira

No seguimento da estratégia implantada pela União Europeia em relação à BSE, vão ser destruídas nas ilhas cerca de 1500 a 1700 carcaças de bovinos • O navio chinês encalhado em Viana do Castelo desde domingo, está a derramar combustível sendo este já visível em todas as praias do concelho • Yasser Arafat e Ehud Barak não chegam a acordo em relação à soberania sobre a Esplanada das Mesquitas • Nasceram em Singapura os primeiros bebés do mundo concebidos a partir de óvulos e esperma congelado.

30 Sábado

Os mineiros da Neves Corvo decidem suspender a greve visto a Somincor se afirmar com disponibilidade para dialogar • Durante uma visita ao Gabinete de Apoio à Toxicoddependência do Casal Ventoso, António Abreu salienta a importância de se «deixar de considerar o toxicodependente um criminoso» • Rinaldo Colombo, soldado italiano que esteve no Kosovo, morreu vítima de leucemia pro-

vavelmente provocada pela exposição ao urânio empobrecido • O plano de paz proposto por Bill Clinton para o Médio Oriente está comprometido por ambas as partes, e o ministro palestino da Informação declara que «o plano Clinton é a maior fraude política da história do Médio Oriente».

31 Domingo

A violência mantém-se no Médio Oriente fazendo três mortos e 13 feridos • As autoridades mexicanas libertam 17 guerrilheiros, o que é considerado um gesto de abertura ao diálogo entre o novo governo e o Exército zapatista • O presidente Kumbá lalá defende um plano «realista» para a recuperação da Guiné-Bissau mas não refere um possível indulto aos militares fiéis a Ansumane Mané que permanecem detidos • O mau tempo continua, sendo o Alto Minho uma das zonas mais afectadas com chuva intensa e ventos fortes.

1 Segunda-feira

Os aumentos dos bens e serviços essenciais, definidos para entrarem em vigor este mês, variam entre 1,02 por cento e 4 por cento • Membro da União Europeia desde 1995, a Suécia assume pela primeira vez a presidência semestral da UE • Enquanto os esforços diplomáticos para terminar com o conflito israelo-palestino prosseguem, a violência continua e faz mais mortos • Doravante toda a carne de vaca vendida será identificada com o país de origem e o local onde o animal é abatido.

2 Terça-feira

António Abreu defende o regresso imediato dos militares portugueses no Kosovo, e salienta que Portugal «não deve voltar a participar em intervenções militares como a da NATO» • Após as declarações do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas acerca da morte do militar português que serviu no Kosovo, o Ministro Castro Caldas não comenta se o Governo mantém ou não a confiança no General Martins Barrento • Eurico Guterres, um dos chefes das milícias, começa a ser julgado em Jacarta, não pelos crimes que cometeu mas sim por captura de armas • Yasser Arafat é recebido na Casa Branca por Bill Clinton para discutirem aspectos do plano de paz, enquanto a violência continua, causando a morte a mais um palestino.

Aconteceu

Mau tempo e menos mortos

As festividades da passagem do ano no território continental foram marcadas pela menor sinistralidade rodoviária nas estradas e o registo de mau tempo na generalidade do território. No primeiro caso, há

a festejar uma acentuada redução de vítimas mortais registadas em acidentes rodoviários em relação a período homólogo do ano passado, tal como de feridos graves e ligeiros, apesar das más condições at-



mosféricas. Quanto ao mau tempo, as consequências mais significativas verificaram-se no cancelamento de vários

espectáculos ao ar livre que as previsões meteorológicas «desaconselharam», bem como em alguns

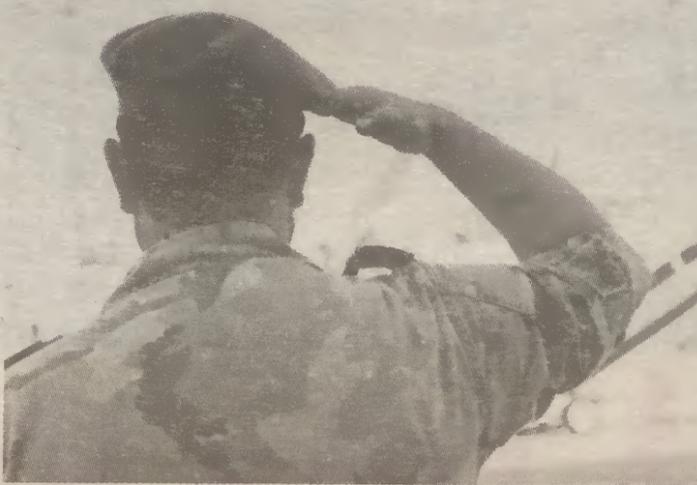
provocados pela saturação de água que, entretanto, não desabou tão intensamente nesta quadra, como se temia.

Rastreio aos militares em missão no Kosovo

Finalmente, o Governo de António Guterres decidiu ordenar a realização de um rastreio médico aos 900 soldados portugueses que desempenharam ou ainda cum-

prem missões no Kosovo, após notícias cada vez mais alarmantes de militares de outros países estarem a morrer de cancro após regressarem do Kosovo, ao que se

presume por exposição às radiações de urânio empobrecido espalhadas no território pelas bombas norte-americanas utilizadas para «libertar» as populações locais. Este rastreio já está a ser feito há vários meses por outros países aos seus militares com serviço no Kosovo, nomeadamente em Itália, Alemanha, Bélgica e França. Em Portugal, onde um soldado já morreu de forma suspeita após o seu regresso do Kosovo, as autoridades militares e o Governo começaram por minimizar a situação para, finalmente, decidirem fazer o rastreio que outros países já estavam a fazer há mais de um ano, como a Alemanha.



Mais protestos na co-incineração

Nesta quadra festiva, foram enviados ao Primeiro-Ministro, António Guterres, dois mil postais contra a co-incineração na Arrábida, por iniciativa da Comissão Concelhia de Palmela do PCP que, após a recolha dos protestos entre a população, os enviou a

partir da estação de Palmela dos CTT. Os protestos foram assinados pela população após a distribuição de um comunicado da Concelhia de Palmela do PCP afirmando que a divulgação do relatório médico sobre a co-incineração «deixa intocado o conjunto

de argumentos que repudiam a hipótese da sua aplicação nos fornos da cimenteira SECIL a qual, a concretizar-se, contribuiria decididamente para a desqualificação da imagem da região, enquanto esta, em particular no eixo de Setúbal, Palmela e Sesim-

bra, se afirma cada vez mais como potenciadora do desenvolvimento turístico e de qualidade de vida que as instituições e populações locais defendem e tanto promovem». Digna de registo foi, ainda, a aprovação pela Assembleia Municipal de Palmela,

na sua reunião de 28 de Dezembro, de nova moção apresentada pela CDU contra a co-incineração no Parque Natural da Arrábida. Tal como em Junho passado, a bancada do PS optou genericamente pela abstenção, não havendo votos contra.

Mais violência na Palestina

Nem a passagem do ano moderou a violência que continua a alastrar no Médio Oriente e, particularmente, nos territórios ocupados da Palestina. Na cidade palestina de Tulkarm o dirigente da Fatah, Thabet Thabet, foi assassinado por forças especiais israelitas à saída de casa em véspera de ano novo, elevando para mais de 20 os dirigentes palestinos abatidos pelos israelitas em 13 semanas de Intifada, enquanto o número de mortos palestinos já ultrapassa largamente as três centenas. Por outro lado, explodiu um veículo armado na cidade israelita de Netanya, uma estância balnear a 40 quilómetros de Telavive, causando mais de 40 feridos. As autoridades israelitas atribuíram de imediato a explosão a um comando suicida da Fatah. Entretanto, as pretendidas conversações entre o primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, e o presidente palestino, Yasser Arafat, continuam cada vez mais longínquas.

Precários ilegais no grande comércio

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal - CESP, após se congratular em comunicado «quer pela intervenção da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), quer pela intervenção pública dos responsáveis governamentais do Ministério do Trabalho de condenação das práticas de precariedade ilegal» nas grandes superfícies comerciais (vulgo hipermercados), assinala, entretanto, duas questões.

Uma, anotando que «a intervenção da IGT a nível local, em muitas regiões, não procurou nem teve o acompanhamento e apoio sindical, nem a qualidade desejada, não procurando identificar exaustivamente a precariedade nem

considerando ilegais contratos a termo manifestamente ilegais»; outra, considerando que «os responsáveis políticos do Ministério do Trabalho, nas intervenções públicas, mitigaram a gravidade da situação com números que manifestamente se afastam da realidade e das consequências que a generalidade da precariedade e insegurança geram para os trabalhadores», sublinhando que «há mais precários ilegais do que os encontrados pela Inspeção Geral de Trabalho» e quantificando: «cerca de 50% dos trabalhadores das grandes superfícies comerciais (mais de 20 mil) são contratados a termo, sendo a maioria esmagadora desses contratos a termo ilegais».

Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Refugiados

O grande pretexto para a ilegal e criminosa guerra de agressão da NATO contra a Jugoslávia foi «assegurar o regresso dos refugiados albanos-kosovares». Tão importante era este pretexto que a NATO encarregou-se de criar, com a sua guerra, os (até então inexistentes) refugiados, para servirem de «justificação retroactiva». Duas notícias destes dias provam de novo o cinismo desta falsa justificação.

É já impossível esconder os efeitos das armas à base de urânio empobrecido, usadas pela NATO no Golfo e nos Balcãs. Até mesmo os jornais e as autoridades de muitos países que participaram nessas agressões multiplicam alertas e preocupações perante as consequências sobre os seus soldados. O Chefe de Estado Maior do Exército português, general Martins Barrento, afirmou que tudo não passava duma inventona. Mas no mesmo artigo em que noticiava estas declarações, o *Diário de Notícias* (30.12.00) afirmava que «de acordo com um porta-voz do Estado-Maior [do Exército] foram recomendados vários procedimentos aos soldados, nomeadamente a proibição de tocarem em objectos suspeitos e de comprar alimentos». Talvez o Estado-Maior do Exército esteja recheado de «pessoas ligadas às forças antidemocráticas sérvias». Ou talvez os responsáveis militares e políticos deste país (e de

Avolumam-se sinais de crise e de conflito em múltiplas frentes



outros países agressores) estejam a ter dificuldades em justificar a sua colaboração nestes crimes de guerra. Até porque «segundo o Estado-Maior do Exército, Portugal foi «informado atempadamente» da utilização de urânio empobrecido nos bombardeamentos da NATO» (*DN*, 30.12.00). Mas se os soldados da NATO podem não ter de comprar alimentos nas regiões bombardeadas pela NATO, o que dizer das populações dessas zonas, dos refugiados em cujo nome se procurou justificar a agressão?

que dizer, quando lemos (*International Herald Tribune*, 30.12.00) que: «a Casa Branca, dirigentes árabes e o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, têm todos procurado levar [Arafat] a dar o seu acordo ao pacote» [de propostas israelo-americanas para o Médio Oriente] «que lhe daria a soberania sobre os lugares sagrados muçulmanos em Jerusalém e o tão ambicionado Estado Palestiniano. Em troca, ser-lhe-ia exigido que assinasse a renúncia a uma das exigências fundamentais do movimento nacionalista Palestiniano, o direito de regresso dos refugiados àquilo que é hoje Israel.»? Serão estes o mesmo Secretário-Geral da ONU e a mesma Casa Branca que choravam lágrimas de crocodilo sobre a sorte dos «refugiados albanos-kosovares»? Ou quando ouvimos a «pomba» de entre os dirigentes israelitas, Shimon Peres, dizer (*CNN*, 31.12.00) que seria «um suicídio» para Israel aceitar o regresso de 4 milhões de refugiados palestinianos, quando há 5 milhões de judeus no país? Então e os grandes discursos contra Estados etnicamente puros e contra limpezas étnicas? Repare-se como as «pressões» da Casa Branca e do Secretário-Geral da ONU visam não os responsáveis principais de toda a violência, mas as suas vítimas. E repare-se como a guerra contra a Jugoslávia era «necessária» para «assegurar o regresso dos refugiados», mas no Médio Oriente podemos estar a caminhar para uma guerra de grandes proporções para impedir o regresso dos refugiados...

Avolumam-se sinais de crise e conflito em múltiplas frentes, como consequência directa ou indirecta das opções políticas e económicas do «capitalismo triunfante». Neste contexto, crescem os perigos de «soluções» baseadas na militarização, e na guerra. O futuro Presidente Bush está já a preparar um novo salto qualitativo na corrida armamentista (*IHT*, 30.12.00). Mas a passagem de milénio traz-nos também notícias diárias de como cresce e se alarga a frente de resistência e luta contra as pretensões hegemónicas do imperialismo. E é justo destacar, entre todas, o verdadeiro heroísmo do povo palestiniano em luta por direitos elementares, encurralado por um inimigo mil vezes superior em poderio militar e económico e que disfruta da impunidade que lhe concede a superpotência mundial. São os povos em luta que abrem o caminho da História. Foi assim no século que terminou, será assim no século que agora começa.

Editorial

UM TRABALHO COM FUTURO

Os anos que começam parecem sempre surgir adormecidos, as notícias ocupadas em acontecimentos «diversos» quando não divertidos, quando não trágicos. Posto que de trágico pouco houve - e ainda bem, por cá, se nos ativermos à descida do número de acidentes de estrada e ao rebate falso da grande tempestade que afinal se ficou pela ventania -, reftar-nos-ia comentar, na semana que começa, a iniciar o milénio, uma mão-cheia de novas um tanto serôdias já. O Zé Maria ganhou o prémio - e toda a gente já o adivinhava; o Patriarca informou Sampaio de que ia ganhar as eleições - e ninguém se atrevia a fazer prognóstico diferente; os preços deram novo salto em frente - e não haveria português que ousasse apostar em contrário. Mesmo as declarações, pelo menos infelizes, do Chefe de Estado-Maior do Exército, atribuindo as dúvidas de um pai sobre a morte do filho no Kosovo a uma «inventona assente numa paranóia» e, recuperando a linguagem no alforge da «outra senhora», acusando-o de contribuir para o «ambiente de intoxicação do Ocidente» pelos sérvios para pôr em causa a intervenção da NATO, mesmo essas declarações com sabor

seus aliados num projecto - se reforce para que uma alternativa venha a ser credível e mobilizadora.

O reforço do Partido, porém, não resulta apenas do aumento da sua expressão eleitoral. Sendo certo que a influência dos comunistas se reparte de forma desigual por várias áreas da vida - social, política, cultural - e que estas exercem entre si influências recíprocas e que, ainda, o PCP, como partido vocacionado para um dia governar o País, visa reforçar as suas posições a nível institucional, considerando-as como parte importantíssima da sua influência política, não deixa de ser verdade que, num partido da classe operária e de todos os trabalhadores, é junto dela e destes que se opera no fundamental o seu crescimento orgânico, se desenvolvem as suas capacidades de intervenção social, na base das aspirações de justiça e de libertação da exploração em que a luta de classes encontra as suas raízes justificadoras. É com a classe operária e junto dos trabalhadores que o Partido Comunista em primeiro lugar se reforça, se renova e cresce, visando assim ser a vanguarda de um caminho justo para a transformação revolucionária da sociedade.

“O futuro não aparece feito à medida das aspirações e das necessidades”

a século passado, podemos embrulhá-las no papel dos «faits divers», sem, no entanto, deixar de as condenar. Como o candidato do PCP o fez, sublinhando que tal chefe militar, nomeado pelo actual Presidente da República, «já não deveria estar em funções».

Mas nem essas declarações são de espantar, vindas de quem as fez. Como se o futuro - o presente que a gente vive e foi lançado algures antes de acontecer - fosse assim tão previsível. Será que o futuro é uma batata?

É certo que temos, nas últimas semanas, vindo a falar do que 2001 promete. Não esperando que algo aconteça, mas preparando-nos para o trabalho que o futuro dá a nascer, sabendo que ele se constrói e que não «aparece» feito. Sobretudo que não «aparece» produzido à medida das aspirações e das necessidades dos que depois o protagonizam e o sofrem. Falámos de calendário político, de eleições. Das que mais proximamente se perfilam, as Presidenciais; das que, mais adiante, para o fim do ano que já entrou, vão marcar a realidade política portuguesa, as autárquicas, que os comunistas preparam não apenas com o fito nos resultados aritméticos, mas porque sabem que tais resultados influenciam determinantemente o viver das populações e não deixam de pesar no cômputo político global, no qual é essencial que o PCP - e com ele os

O reforço orgânico do Partido, porém, não é apenas - nem sequer o é no fundamental - uma acção estruturadora, um arrumar de casa, um resolver de problemas orgânicos. Reforçar o Partido quer dizer sobretudo intervir mais e mais larga e profundamente nas várias áreas da actividade social e política. É na acção que o Partido se renova e cresce, se vem renovando e crescendo. De tal maneira que seria impossível anunciar, como o fez o camarada Francisco Lopes no XVI Congresso, alguns resultados importantes e positivos no domínio da organização - a realização de mais de 500 assembleias, a constituição e reforço de organizações de base, o recrutamento de mais de 5000 novos militantes onde se destaca a elevada percentagem de jovens, a que se juntam os mais de 4600 jovens que aderiram à JCP, tal seria impossível sem a incansável actividade do Partido nas várias frentes de luta. É da luta que, no fundamental, vêm ao Partido novos militantes; é na luta que, no fundamental, nascem novos quadros.

Entretanto, assinalando tais avanços e «uma travagem na evolução negativa do quadro orgânico», Francisco Lopes não deixava de referir no Congresso a insatisfação que tal quadro merece: «Precisamos», disse, «de um Partido mais forte e mais influente para concretizar os nossos objectivos». Não «partindo do zero», partindo «da força e da influência de que dispomos, sustentada em princípios de funcionamento e formas provadas de organização», «as soluções para o reforço do PCP devem ser encontradas no aperfeiçoamento do seu estilo e preservando sempre a base em que assenta a sua capacidade de intervenção».

Trata-se de uma tarefa para já e para sempre, de um trabalho que está na base de todos os outros, de que depende a concretização de todas as iniciativas. De um trabalho com futuro.

Bruxo!...

● Leandro Martins



Sempre que passa um ano, nesse pequeno salto de uma data para outra, há quem se sobressalte e se preocupe com o que o próximo ano lhe guarda, que segredos de futuro contém, que passos pode dar com segurança, que escolhos deve evitar, que esperanças pode acalantar. E, aproveitando essa inquietação, há sempre quem esteja disposto a ajudar, com talentos especiais. Ora distribuindo a esmo, pelos jornais e televisões, profecias variadas que se podem ajustar ao caso de cada qual, ora em consulta mais íntima, também devidamente anunciada nas páginas de alguns jornais e por todos os ecrãs. Ligue já. Professores de magia branca e negra, tarot, horóscopos, a sina, o destino, o fado está aí pronto a ser desvendado. Pedrinhas e ossos; cartas; linhas da mão; os astros todos - aí está Mercúrio pronto a pregar-lhe uma partida, Marte a torná-lo irascível, Saturno a protegê-lo, Vénus a...

Saúde, dinheiro, amor. E também política, pois claro, da mais comzinha que diz respeito aos chefes que não é

bom desapontar, às promoções que são de esperar para o mês que vem, às mais altas esferas - pois não era Catarina de Médi-cis que consultava o horóscopo antes de se enfiar em sangrentos massacres como o de São Bartolomeu, não era Napoleão que não ia à batalha sem consultar a profecia ou pedir que lhe traçassem uma carta do céu?

Mas tudo isso se passava em outros séculos de um outro milénio que já findou. A memória dos eventos já se desvaneceu, os nomes e as datas catam-nos os historiadores com meticulosidade a fim de não se enganarem, quem sabe hoje os nomes dos feiticeiros que pre-disseram um futuro que já é passado?

À esquina do milénio são necessários nomes mais retumbantes, que perdurem, que façam fé do que predizem através das suas vozes colocadas mais alto do que as do comum dos videntes.

Para que a profecia faça efeito, é necessário que a profira alguém que fale directamente com o criador. De preferência alguém bem colocado na mais alta antecâmara.

Certamente por isso mesmo, quando um Presidente candidato à presidência - embora de país pequeno e modesto - se

esfalfava pelo território a dar de si a imagem de uma boa aposta, logo surgiu, prestimoso, um bispo a descansá-lo. Que dizemos? Um bispo? Um patriarca!, que o assunto não era de somenos. Ultrapassando mesmo os comunistas que há muito afirmavam não se prever a vitória de uma candidatura de direita, mas não se atrevem a fazer futurologia porque acreditam no futuro, o patriarca de Lisboa entregou a sua adivinhação à pitonisa Edite - Estrela de seu nome, o que é bom augúrio - assegurando a Sampaio a vitória. Bruxo!...

Desnorte

● Anabela Fino

«**A**frontámos, sempre que necessário, a lógica dos 'lobbies' e dos interesses», disse António Guterres na sua mensagem de Natal. Um dia depois, em entrevista ao «Diário Económico», Jorge Sampaio afirmava que «Os interesses em Portugal recuperam sempre. São fortes. O que é fraco é o poder político.»

Esta falta de sintonia na família socialista, ao mais alto nível do Estado, é bem reveladora do ponto a que chegou o desnorte no PS. E o mais curioso é que isso se deve não à oposição, nem à conjuntura internacional, nem às credências associadas ao fim do século ou do milénio, mas única e exclusivamente aos próprios pêssoes, que por sua conta e risco se encarregaram de atear a fogueira em que se estão a consumir.

O caso, com foros de suicídio colectivo, chega a ser patético, sobretudo se recordarmos que há pouco mais de um ano Guterres pedia aos portugueses a maioria absoluta em nome da estabilidade governativa. O dirigente do PS, que de picareta falante passou a primeiro-ministro agonizante, cometeu o erro fatídico de se enganar no alvo: assestou baterias a tigres de papel - a oposição que o não deixaria governar -, e alimentou no seio do Governo, por incapacidade ou incúria, o ovo da serpente que o há-de devorar.

A situação de Gueterres e do seu Governo é tão desespe-

rada que nem a hipotética substituição dos sons de Vangelis pela Marcha Nupcial será capaz de inverter a conjuntura. Consultados pelo «Expresso», vários fazedores de imagem coincidem na opinião de que o casamento do primeiro-ministro, devidamente mediatizado, fará aumentar o capital de simpatia de que goza junto dos portugueses, mas

consideram também que isso não basta para Gueterres recuperar o estado de graça do primeiro mandato. Segundo Manuel Maltez, o problema não é de simpatia. O que se passa, diz, é que «os portugueses já não têm paciência para uma imagem de incompetência e incapacidade de agir», e já descobriram que «não se podem dar ao luxo de ter apenas um primeiro-ministro simpático e bem disposto». Idêntica é a posição de Paixão Martins, outro profissional de marketing político, para quem Guterres necessita de «um ano bem diferente do anterior em termos políticos» para

subir nas sondagens.

Um tal veredicto, vindo de quem está habituado a fazer omeletes sem ovos, é demolidor. A única esperança é que no Congresso de Março apareça outro Tiño para empolgar as hostes, a nova senhora Guterres já faça parte da vida pública, e o padre Melfcias consiga o milagre de resgatar o PS do «coma político» em que se encontra, no dizer de Carilho.



Cartoon

● Monginho

EM 2001...
OS TRABALHADORES PORTUGUESES
TERÃO UMA VIDA MELHOR...!



Frases

“Prémio de Jornalismo 2000: para as redacções da SIC e da TVI pela campanha eleitoral do Benfca, exemplo de rigor e isenção; para a redacção da RTP por persistir em fazer da agenda dos ministros a agenda dos noticiários; para a redacção da TVI pela qualidade das notícias sobre o Big Brother.”

(Eduardo Cintra Torres, *Público*, 02.01.01)

“A plausível queda de António Guterres justifica sentimentos de perplexidade semelhantes aos provocados pelo “tabu” da queda de Cavaco Silva: se dispõem de maiorias, porquê a instabilidade e a crise? O que é que desestabilizou a situação?”

(Ruben de Carvalho, *Diário de Notícias*, 29.12.00)

“O problema é que a questão está invertida. Não são a estabilidade e as maiorias que geram as boas políticas, são as boas políticas que geram a estabilidade e as maiorias.”

(idem, *ibidem*)

“António Guterres desbaratou o património que o cavaquismo lhe havia deixado. Agora, já não tem mais para dar (...) A intriga que o levou ao poder é a intriga que o manda embora.”

(Rui Teixeira Santos, *Semanário*, 29.12.00)

“O fracasso das ideologias utópicas, ao erradicar toda a possibilidade de mudança, ao incentivar a acabar com a política, anula não só as utopias totalizantes das “cidades do sol”, mas as utopias modestas do reformismo gradual, da possibilidade de agir sobre “as coisas” antes que sejam elas a agir sobre nós.”

(Mário Mesquita, *Público*, 31.12.00)

“As suspeitas sobre os riscos do urânio empobrecido para os soldados são antigas. Os holandeses e italianos, quando foram para a missão no Kosovo, iam alertados e preparados com equipamento apropriado às cautelas imprescindíveis a ter nessa matéria (...) A tudo isto como responderam [em Portugal] os [responsáveis] militares e o Governo?”

(Eduardo Dâmaso, *Público*, 30.12.00)

“Há mais radioactividade em Portugal, por exemplo nos hospitais, do que existe no Kosovo.”

(General Martins Barrento, Chefe de Estado-Maior do Exército, *idem*)

“Julgo que estamos numa inventona e, por isso, tudo o que for feito para se desmascarar isto [da radioactividade no Kosovo] deve ser feito.”

(idem, *ibidem*)

“Se isto não é um daqueles repugnantes assuntos em que meia dúzia de burocratas sentados no conforto dos gabinetes de um estado-maior ou de um ministério decidem da vida e da morte de meia dúzia de pessoas (...) - sempre respaldados pelo sossego da rígida classificação dos documentos militares - então tenham a coragem de dizer a verdade. Provem que ainda se pode acreditar nas instituições deste país.”

(Eduardo Dâmaso, *idem*)



Trabalhadores da TAP recusam pagar os custos de opções políticas

Mudem a rota da crise

O novo administrador brasileiro quer congelar os salários *sine-die*, mas vai prosseguir e acelerar a política responsável pela crise. Para os trabalhadores, o Governo devia era suspender a segmentação da empresa e a entrega à Swissair, opções políticas que provocam enormes prejuízos à TAP e ao País.

Quando falámos com José Elias, dirigente sindical do Sitava, Manuel Glória, do secretariado da célula do PCP na TAP, e Miguel Valente, da Comissão de Trabalhadores da empresa, ainda estavam frescas as repercussões de notícias sobre os aumentos dos vencimentos de alguns quadros superiores da TAP, surgidas no «Euronotícias» e no «Independente», dia 22 de Dezembro, em profundo contraste com a anunciada intenção de não alterar os salários durante 2001 e suspender

sine-die as negociações de revisão do Acordo de Empresa.

Vincando que não cabem aos trabalhadores as responsabilidades pelas dificuldades económicas que a TAP enfrenta, acrescentaram mais dois fortes factores de agravamento dos custos.

Para além dos vencimentos e benesses pagos a Fernando Pinto e a outros três quadros de topo que o novo administrador-delegado trouxe consigo, o Ministério da tutela insiste na segmentação da transportadora aérea nacio-

nal. No entanto, ainda não apresentou quaisquer estudos de viabilidade económica das futuras empresas-filhas, que terão a seu cargo as áreas de transporte aéreo, manutenção e *handling*. Da divisão da TAP resultariam empresas mais frágeis, perante a concorrência internacional, e seria necessário pagar os custos de mais três administrações – alertam os nossos entrevistados.

Também não há quaisquer indícios de que o Governo se prepare para dar indicações no sentido de que seja abandonado o «casamento forçado» com a Swissair, que «já manda no sector aéreo português, ainda não pôs cá um tostão», como nota Manuel Glória, e «só está interessada na nossa rede comercial, não

numa gestão financeira comum», como acrescenta Miguel Valente, lembrando que, depois dos resultados

financeiros positivos em 1997 e 1998, «foi preciso vir um parceiro estratégico para sugar» os proveitos.

A sujeição da TAP ao sistema de reservas do grupo Swissair é apontada como principal causa dos resultados negativos de 1999 e 2000. Tal situação permite à companhia suíça repartir a seu favor o número de passageiros e os custos dos voos. A aliança levou também ao encerramento de balcões e ao fim de ligações aéreas da TAP.

Privatizar a qualquer custo

«O Governo quer ver-se livre da TAP, mas não quer arcar com os custos políticos» que teria uma decisão nesse sentido, acusa José Elias. Para este dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos, os resultados financeiros da empresa não têm a ver com os custos da mão-de-obra, mas sim com a despesa que implica assegurar a ligação com o mundo da lusofonia, a emigração portuguesa e as regiões autónomas. Aqui, a TAP cumpre uma função social e política, praticando tarifas que são pouco lucrativas ou ficam mesmo abaixo do custo de exploração. Mas o Governo «deve suportar este benefício ou, então, assumir

claramente que não o quer fazer», defende o dirigente do Sitava.

A privatização «a qualquer custo» é o objectivo político denunciado por Manuel Glória, retomando posições do PCP assumidas em comunicados aos trabalhadores e também na Assembleia da República. Recorda que, para manter os resultados contabilísticos positivos e não baixar o interesse dos potenciais interessados na TAP, em 1997 o Governo e a administração decidiram não investir na informatização do sistema de planeamento e escalas de voo, o que já provocou prejuízos da ordem dos 340 mil contos.

Além dos custos políticos, a alienação da TAP, nos termos em que ocorreu noutras empresas do sector empresarial do Estado, tem ainda um obstáculo técnico-comercial: os acordos internacionais sobre o regime de voos (os chamados *slots*) são negociados semestralmente e nada garante que os direitos da TAP pudessem ser readquiridos por um eventual comprador, refere Miguel Valente.

José Elias, lembrando o que sucedeu com os transportes rodoviários e a privatização da RN, aponta ainda outro factor que, certamente, garantiria lucros na exploração das ligações aéreas da TAP: «O Estado não terá inibições em pagar aos privados» os subsídios actualmente tão contestados e as indemnizações compensatórias, hoje pagas com atraso. Também a degradação do serviço seria outra opção fácil para diminuir despesas e aumentar receitas.

A mesma cassette

Governos sucessivos, do PS e do PSD, e administrações, por eles nomeadas para a TAP, insistem há anos na mesma receita para os problemas da empresa: **reduzir os salários e o emprego.**

Em 1993, com Cavaco Silva e Ferreira do Amaral no Governo, sofreram um «regime sucedâneo», que significou precisamente o congelamento dos salários, acompanhado de um plano de redução de 2500 postos de trabalho.

O brasileiro Fernando Pinto, colocado em finais de Outubro como administrador-delegado e que, com completo aval do Governo PS e do ministro Jorge Coelho, tomou de facto conta da administração da TAP, nada veio dizer de novo aos trabalhadores. «Só mudou o sotaque», ironiza José Elias, uma vez que o diagnóstico e a terapia são as mesmas que Norberto Pilar apresentou, há ano e meio, e que já antes tinham soado da boca de Santos Martins e Ferreira de Lima.

«Só há crise para negociar com os sindicatos», protesta Miguel Valente, indignado com o «terrorismo psicológico» praticado até pelo ministro da tutela, que já chegou a ameaçar com a falta de dinheiro para pagar salários. Na transportadora aérea nacional há, em termos absolutos, trabalhadores que são dos mais mal pagos do País, mas também há outros no extremo oposto. Na comparação com outras companhias, a média salarial é mais baixa.

José Elias salienta que, neste contexto, o que agora surge é o congelamento *sine-die* da negociação das actualizações salariais (o que representa perda real face à inflação), ao mesmo tempo que são admitidos aumentos selectivos e promoções discricionárias. Aumentar agora a remuneração de alguns quadros de topo «é, no mínimo, intempestivo e, no máximo, provocatório», procurando «enraivecer os trabalhadores e os sindicatos», considera.

Face à repetição da *cassette* dos sacrifícios, os nossos entrevistados persistem na via da **unidade e da luta** dos trabalhadores. Para já, os vários sindicatos do pessoal de terra acordaram apresentar propostas salariais convergentes para 2001 e vão solicitar a reabertura da negociação do Acordo de Empresa.

Também procurarão levar a sua posição ao ministro Jorge Coelho.



Não são os salários dos trabalhadores a causa dos problemas da TAP, salientam Miguel Valente, José Elias e Manuel Glória, que estiveram na redacção do «Avante!» nas vésperas de uma visita de António Abreu à empresa, na passada sexta-feira, no quadro da campanha para as eleições presidenciais

Feita justiça

Foi anulado o processo instaurado pela administração da Santos Barosa Vidros a José Alberto Matias, membro da Comissão de Trabalhadores da empresa. O processo foi julgado e anulado pelo Tribunal do Trabalho de Leiria. «Provou-se que a direcção da empresa, com a sua conduta de não respeitar nada nem ninguém e com uma postura do quero, posso e mando, não tinha razão», diz a CT. O trabalhador havia sido castigado «quando sinalizou um buraco que poderia trazer consequências gravíssimas para os trabalhadores». A juntar a esta decisão, uma outra veio repor justiça neste caso: a resolução da situação de um outro trabalhador da empresa, o delegado sindical Paulo Marques, «também ele vítima da prepotência e arrogância da Direcção», lê-se no comunicado. Esta vitória deve-se, na opinião da Comissão de Trabalhadores, à determinação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira que, com a colaboração dos trabalhadores, expressa em abaixo-assinado, obrigou a empresa a fazer um acordo vantajoso para o trabalhador, sem prejuízo da sua actividade sindical.

Falência «misteriosa»

O encerramento da empresa Carvalho e Catarro, em Dezembro de 1990, provocou o despedimento de todos os trabalhadores, sem que nenhum recebesse qualquer indemnização. Desde material que desapareceu, até especulações de desvio do dinheiro realizado com o recheio da fábrica, os trabalhadores continuam à espera do seu dinheiro. O Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria denuncia a continuação do «mistério»: as instalações são continuamente utilizadas como acampamento de ciganos, «o que faz pressupor que tenham autorização para tal dos proprietários» e, mais recentemente, servem de passagem aos camiões das obras da auto-estrada que, certamente, pagarão também por tal possibilidade. O sindicato exige que paguem primeiro aos trabalhadores.

Sem diálogo

O processo de criação do Instituto de Solidariedade Social, a ser criado por decreto-lei do Governo, foi feito à revelia dos trabalhadores da função pública. A Frente Nacional dos Sindicatos da Função Pública não contesta a criação do instituto mas discorda do incumprimento da legislação que prevê o direito de negociação na Administração Pública. «Se o Governo insistir em aprovar e publicar o decreto-lei, sem cumprir a legislação que nos dá o direito de negociar, procuraremos esclarecer em conferência de imprensa os aspectos menos correctos deste processo», afirma a Federação.

Dívidas do patronato aos trabalhadores aumentaram e ascendem a mais de 22 milhões de contos

Uma questão de dignidade

A União dos Sindicatos de Lisboa exige medidas urgentes para resolver um problema que afecta cerca de 15 mil trabalhadores e evitar futuros casos.

Uma iniciativa da USL/CGTP-IN, realizada na Casa da Imprensa no dia 28 de Dezembro, teve como objectivo tornar público um levantamento acerca do problema das dívidas aos trabalhadores, resultantes do encerramento de empresas – quer sejam salários em atraso, quer indemnizações. A apresentação dos resultados foi completada com relatos de vários trabalhadores.

As conclusões do estudo foram depois entregues no Ministério da Justiça, para onde desfilaram sindicalistas e trabalhadores.

No ano passado, em iniciativa semelhante, a USL recenseou – relativamente ao ano de 1999 – dívidas na ordem dos 20 milhões de contos, valor esse ultrapassado, em 2000, em mais de 2 milhões de contos. O número de empresas passou para

212, mais 37 do que em 1999.

O documento da União revela o arrastamento de processos antigos: a maioria aguarda resolução há mais de 5 anos e alguns processos remontam aos anos 70. As situações mais recentes, que preocupam igualmente a União, resultam, na sua maioria, de

«novos encerramentos e falências de empresas, alargando o montante da dívida total e o número de trabalhadores afectados», lê-se no documento.

A USL destacou a Kallen – do sector têxtil, ao encerrar, retirou o posto de trabalho a 124 trabalhadores e deixou por saldar uma dívida que ascende a 300 mil contos – e a Lanalgo, do sector do comércio, que empregava 109 pessoas, e deixou por pagar cerca de 350 mil contos.

As dívidas dos patrões contribuem para o empobrecimento das famílias



Já foram pedidas várias audiências ao ministro da Justiça, mas não houve ainda resposta

É necessário agir

«Embora conscientes da falta de meios humanos, materiais e mesmo de instalações, necessários a um normal funcionamento dos tribunais, não podemos aceitar que, face à incapacidade política para dar resposta a este problema, os processos se acumulem e os trabalhadores continuem a ser os grandes prejudicados com esta situação», afirma a União, que considera inadmissível o arrastar de processos e exige que o poder político assuma «as suas responsabilidades, criando condições de funcionamento adequadas para que a

justiça seja célere e, neste sentido, promova atempadamente a efectivação das leis e dos direitos dos trabalhadores».

Para a USL é urgente tomar medidas concretas, designadamente:

– a revisão do fundo de garantia salarial, alargando os períodos de referência relevantes para a consideração dos créditos abrangidos, aumentando o valor das importâncias a pagar aos trabalhadores em caso de falência ou insolvência, bem como créditos judicialmente reconhecidos e que não venham efectivamente a ser satisfeitos, em virtude da inexistên-

cia ou insuficiência do património executável;

– a liquidação parcial e antecipada do património que constitui a massa falida da empresa;

– a responsabilização pessoal e solidária dos administradores ou gerentes pelas dívidas das empresas;

A União dos Sindicatos de Lisboa exige que, nos processos de reestruturação das empresas e sectores em crise, se garanta o direito a um emprego, a receber salários justos no fim de cada mês e a uma formação profissional capaz de responder às novas exigências.

Hotelaria em greve

A passagem de ano foi marcada por greves dos trabalhadores do sector da hotelaria.

A recusa da direcção do Hotel Fortaleza do Guincho, em Cascais, propriedade de Stanley Ho, em rever as condições salariais e de trabalho para o ano 2001, e de dar cumprimento às disposições legais sobre a fixação do horário de trabalho – obrigando os trabalhadores a permanências de 17 horas diárias – foram as razões para os trabalhadores iniciarem uma greve às 5 da manhã do dia 31, impedindo a realização do tradicional Reveillon.

Estas situações foram denunciadas pela Federa-

ção dos Sindicatos da Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (FESAHT/CGTP-IN) que, juntamente com a direcção do Sindicato de Hotelaria, convocou a greve.

Também na ENATUR, empresa que gere as pousadas de Portugal, a festa de passagem de ano foi marcada pela luta. A FESAHT é os sindicatos reclamam por aumentos salariais e pela há muito prometida revisão de carreiras que a administração da ENATUR tem propositadamente atrasado.

«A média de ordenados dos trabalhadores da Enatur é de 80 000 escudos contra os 130 000 escudos dos profissi-

onais de hotéis de quatro e cinco estrelas», afirmou à Lusa Norberto Gomes, da Comissão de Trabalhadores, que disse ainda que cerca de 30% dos trabalhadores da empresa ganham menos que o salário mínimo.

Para quem trabalhasse na noite de fim-de-ano, sindicato e FESAHT exigiam um prémio na ordem dos 30 mil escudos, para além do pagamento de horas extraordinárias. A empresa recusou negociar e manteve a sua proposta inicial de 10 mil escudos.

«Assim, a empresa não deixou alternativa à luta dos trabalhadores», afirmam os representantes dos trabalha-

Mau ano nas pescas

O Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, em carta ao secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, considera o ano 2000 como «globalmente negativo», em que se acentuou a diminuição dos rendimentos dos pescadores, fundamentalmente dos do Norte, e em que «algumas medidas que se tomaram apenas serviram para amenizar problemas», não os resolvendo.

O sindicato propõe ao secretário de Estado uma reunião em que se possa analisar os problemas dos pescadores.

O sindicato pretende discutir a situação social dos pescadores. Além da diminuição dos rendimentos, os pescadores deparam-se com o impedimento de muitas embarcações de se fazerem ao mar, situação agravada pelo naufrágio de dois navios que estão a derramar grandes quantidades de combustível, prevendo-se ainda mais dificuldades para a actividade pesqueira no Norte do País.

O sindicato acusa ainda a ADAPI (associação patronal dos armadores) de tratar os pescadores como trabalhado-

res de segunda e de se recusar ao diálogo e à negociação.

«Continuando a assistir-se à paragem sistemática de navios por “falta de pessoal” enquanto os nossos pescadores continuam em “fuga” para outros países da Europa os mesmos armadores em vez de adoptarem medidas sérias para a resolução do problema embarcam na calúnia contra os sindicatos e querem resolver o “problema” apostando nos baixos salários e na “importação” de mão-de-obra “escrava” de outros países», acusa o sindicato na sua carta.

Sindicatos destacam vitórias

O desemprego no distrito de Setúbal «mantém-se anormalmente elevado», com cerca de 33 600 desempregados inscritos nos centros de emprego, o que constitui uma taxa de desemprego de 10,4%. Ao contrário das afirmações do poder central, a realidade o que mostra é que no último ano aumentou a percentagem de mulheres desempregadas, de desempregados com mais de 55 anos e dos desempregados com habilitações superiores ao 12.º ano de escolaridade, o que demonstra que o desemprego neste distrito é um problema estrutural. Estas foram algumas das conclusões do balanço do ano 2000 realizado pela Comissão Executiva da União de Sindicatos de Setúbal (USS/CGTP-IN).

Quanto ao emprego criado, tem sido, na generalidade, precário, com o crescimento dos contratos a prazo e dos falsos recibos verdes. Tudo isto «apesar do anúncio do ministro Ferro Rodrigues (em finais de Setembro) da “grande acção inspectiva até ao Natal” lançada sob o lema “mais qualidade, mais rigor” de combate ao trabalho precário».

O Governo também falhou, acusa a USS, no cálculo da inflação (2%). O resultado final (2,9 – 3%) teve como consequências a diminuição do poder de compra de milhares de trabalhadores, o aumento do endividamento das famílias para 85,5% do rendimento disponível e o aumento dos lucros da banca.

Os sindicatos de Setúbal consideram o ano 2000 como um ano de importantes lutas e vitórias. «Os trabalhadores lutaram por melhores salários, pela defesa do emprego e dos direitos tendo em inúmeras empresas e sectores alcançado os seus objectivos». Como importantes vitórias dos trabalhadores destacam, além das conseguidas nas empresas e sectores, a aprovação da Lei de Bases da Segurança Social, «no sentido contrário à proposta apresentada no ano anterior pelo Governo de António Guterres, dificultando a entrada dos grupos financeiros» e a Reforma Fiscal.

2001, asseguram, será outro ano «em que a acção dos trabalhadores continuará a ser necessária».

Soberania Defesa Nacional e Forças Armadas

Urge um debate nacional

Numa declaração sobre «Soberania, Defesa Nacional e Forças Armadas», António Abreu abordou as competências constitucionais do Presidente da República, enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas e garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas.

Lembrando que é o Presidente da República que nomeia e exonera os Altos Comandos Militares e preside ao Conselho Superior de Defesa Nacional, o candidato do PCP considera que, embora a condução da política de defesa nacional, nomeadamente a decisão sobre o emprego das Forças Armadas, seja da responsabilidade do Governo, este não a pode conduzir sem a autorização do Presidente da República. Autorização tanto mais necessária, quanto o recente Conselho Europeu de Nice reafirmou a prossecução da mesma política e apontou para a «criação de um exército europeu» que, «em articulação e sob orientação da NATO», intervenha «onde esta considere necessário». Assim, para António Abreu urge a realização de um grande debate nacional sobre a definição das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, já que o actual Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) «não projecta, como deveria, as garantias de uma estratégia assente no primado da defesa dos interesses nacionais».

Caminhos indesejáveis

Como frisou, a nossa política de Defesa Nacional tem invertido as prioridades das Forças Armadas - «defender o nosso País de qualquer agressão externa» -, envolvendo-as em acções militares no exterior, «caminhos indesejáveis» para a paz e para Portugal que o Governo tem percorrido «perigosamente», com o aval do Presidente da República e «à revelia das instituições e da opinião pública nacionais».

Para António Abreu, «a independência e soberania nacionais são valores inalienáveis», por isso rejeita com firmeza que as grandes potências da NATO e da União Europeia pretendam nesta matéria aprisionar Portugal, que deve sim ser «parte activa» de um processo de desarmamento e de reforço de segurança colectiva, «orientado no sentido da dissolução da NATO e do impedimento da criação de novos blocos político-militares».

A eventual passagem de um modelo de FA's até aqui baseado no Serviço Militar Obrigatório para umas Forças Armadas de profissionais e contratados, por exemplo, é um salto qualitativo que, em sua opinião, «exige ponderação e consensos, dentro e fora das Forças Armadas, uma previsão completa dos seus efeitos e a clara definição da resposta a dar aos problemas emergentes».

Falta visão nacional

Porém, a «ausência de uma visão nacional para o problema» tem conduzido a um processo de reestruturação, redimensionamento e reequipamento que, pelos seus objectivos, «pela precariedade de meios, pela falta de noção da realidade, tem sido gerador de tensões e assemelha-se, cada vez mais, a um processo de desmantelamento». A isto, acresce, nos últimos anos, um «mal estar no seio das Forças Armadas que resulta da acumulação de problemas não resolvidos, verificando-se situações de «intensa inquietude» que têm movimentado oficiais, sargentos e praças dos três ramos das FA's.

Cabe, pois, ao Presidente da República, enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, «uma intervenção potenciadora de consensos e um magistério de influência» no sentido de contribuir para a resolução dos principais problemas com que as Forças Armadas e os militares se debatem.

É essa visão estratégica para as Forças Armadas, «de carácter nacional, democrática e participada» que a candidatura de António Abreu assume, bem como «a necessidade de um verdadeiro projecto de reestruturação e redimensionamento das Forças Armadas», ao serviço «das missões que constitucionalmente lhe estão atribuídas».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Hermínia Pais Figueiredo

Faleceu no dia 18 de Dezembro, com 72 anos de idade, a camarada Hermínia Pais Figueiredo. Membro do Partido desde o 25 de Abril, era militante muito activa da freguesia de Moscavide. Pertenceu à direcção da CURPIM - Comissão Unitária de Reformados, Pensionistas e Idosos.

João Domingues Rosa

Faleceu no dia 14 de Dezembro, vítima de um brutal acidente, o camarada João Domingues Rosa, de 76 anos. Estava organizado na freguesia de Avis, onde militava. O camarada gozava de grande prestígio entre quantos o conheciam.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

António Abreu preocupado com a pobreza

«Recuso conformismo e indiferença»

Num dia que decidiu dedicar às questões da «Pobreza e Exclusão Social», António Abreu escolheu quatro concelhos de Setúbal, começando pelo Montijo, cujo Hospital visitou.

Antes mesmo de ouvir da boca do Director do Hospital do Montijo a imperiosa urgência da construção de um novo edifício ao nível das actuais necessidades do concelho e da região, António Abreu, que iniciou o périplo pela região de Setúbal com a visita àquelas instalações, pôde registar outras reclamações por parte de utentes ali presentes sobre a falta de extensões de saúde no concelho, designadamente na Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia e Sarilhos Grandes. Aproveitando a ocasião, a Comissão Concelhia do Montijo do PCP, representada por vários militantes que acompanhavam o candidato, distribuiu à população presente um comunicado onde tomava por sua vez posição pública sobre a mesma matéria, ou seja, a necessidade de um novo Hospital no Montijo e de mais extensões do Centro de Saúde.

Sempre acompanhado por António Filipe, mandatário nacional da candidatura, António Abreu deslocou-se de seguida a Alcochete, onde foi recebido na Fundação João Gonçalves Júnior, em cujas instalações funciona uma IPSS com a valência de jardim de infância. De seguida, e apesar do mau tempo, o candidato deslocou-se a Águas de Moura onde a convite do Presidente e da Direcção dos Bombeiros Voluntários se associou à plantação simbólica de cem árvores no terreno onde deverá ser construído o novo quartel da corporação, com 40 por cento de investimento da Câmara Municipal de Palmela.

PIDDAC ignora carências

Questionado pela comunicação social presente sobre

outros equipamentos em falta para aquela zona, António Abreu referiu a Escola para o 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico Marateca/Poçoirão e o Posto da GNR, infra-estruturas que insistentemente o Governo e a Assembleia da República não contemplam no PIDDAC, não obstante as reclamações provenientes do concelho e as propostas do Grupo Parlamentar do PCP.

No concelho da Moita, o candidato visitou algumas ins-

tuições de solidariedade, começando pelo Lar Abrigo do Tejo, onde foi recebido pelo Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Rui Garcia. Acolhido entusiasmadamente pelos trabalhadores do Lar, António Abreu teve ainda a oportunidade de cumprimentar e falar com alguns utentes, com quem almoçou.

Daqui seguiu para as instalações da Associação de Reformados «O Norte», na Baixa da Banheira, onde tomou café e visitou as instalações e, na freguesia do Vale da Amoreira, em conversa com o Presidente

da Junta de Freguesia local, Jorge Silva, inteirou-se dos problemas que aí existem relativos a esta questão. Partiu, então, para o Centro da Juventude da Câmara Municipal da Moita, onde fez uma declaração sobre a Pobreza e Exclusão Social (extractos em separado).

Por último, o candidato visitou

as instalações do Lar Pedro Rodrigues Costa, também da Santa Casa da Misericórdia, na vila de Alhos Vedros, onde esteve sempre acompanhado do Vice-Provedor e da directora do Lar.

No Montijo falta um novo Hospital e extensões do Centro de Saúde



Depois de almoçar com utentes do Lar Abrigo do Tejo, António Abreu visitou a Associação de Reformados «O Norte»



Pobreza radica num sistema de exploração

Na declaração sobre «Pobreza e Exclusão Social» que proferiu no Centro de Juventude da Câmara Municipal da Moita, António Abreu começou por considerar que «a pobreza e os fenómenos de marginalização social não radicam em qualquer ordem natural das coisas» mas sim «num sistema desumano de exploração, assente em políticas neoliberais, de sacralização do lucro e do mercado, de acentuação das desigualdades». Essa a razão por que o combate a estes fenómenos «tem de passar pelo combate político às causas que os originam».

Reafirmando, depois, a sua «frontal recusa ao conformismo e da indiferença perante situações que a todos nos interpelam», o candidato do PCP explicitou-a, lembrando a persistência, no início de um novo século, da «tendência para os ricos serem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres», de «parte significativa da Humanidade morrer de fome ou viver abaixo dos limiares da pobreza», de jovens tóxicos dependentes «morrerem de fome nas ruas» e existirem «milhares de casas devolutas enquanto milhares de pessoas não têm tecto», de jo-

vens que «estudam sem segurança no futuro» e, por fim, de «milhares de reformados e pensionistas que vivem em condições indignas ao fim de toda uma vida de trabalho».

Daf que, para António Abreu, seja na sua candidatura que «encontram expressão todos os que não se rendem perante falsas fatalidades e à anestesiantes resignação que se pretende estender à sociedade como modo de conduta e de vida»: porque ela assume «os valores de esquerda», afirma «os direitos sociais como o pilar essencial de uma política nacional num Estado que se

pretende reclamar moderno e avançado», «a justiça social e o combate às exclusões como valores inalienáveis» e ergue «a sua voz contra as chocantes desigualdades e a injusta repartição de rendimentos».

«Apesar de não ter responsabilidades directas na governação, o Presidente da República pode e deve ter como referencial inspirador um projecto de esquerda, que decora do que o 25 de Abril trouxe às realidades, consciências e vontades individuais e colectivas dos portugueses». É esse, pois, insistiu António Abreu, «o referencial que decididamente assume».



O poder de compra vai ressentir-se dos novos aumentos

Custo de vida aumenta

O aumento do custo de vida af está, de novo, a mexer com a economia familiar dos portugueses. Os aumentos dos preços de bens e serviços essenciais já definidos para o início deste ano de 2001 variam, segundo o que já é conhecido, entre 1,2 por cento para as rendas e os quatro por cento para o gasóleo. As rendas, as portagens, a electricidade (1,2 por cento) e os selos de correio normal (1,9 por cento) sofreram aumentos logo no dia 1 de Janeiro, enquanto os acréscimos de preço do gasóleo, das gasolinas sem chumbo 98 e super aditivada (2,7 por cento) e da gasolina sem chumbo 95 (2,8 por cento) entram em vigor a partir de hoje, 4 de Janeiro.

Embora ainda estejam por definir os novos preços para os transportes públicos, água, gás e telefones fixos, tudo indica que os aumentos deverão cifrar-se em valores não inferiores ao previsto para a inflação média para 2001, ou seja, 2,8 por cento. No caso dos transportes públicos, as tarifas dependem da Direcção Geral de Transportes Terrestres (DGTT) em articulação com o Ministério das Finanças. Há, contudo, transportes expressos e urbanos tutelados pelas câmaras municipais que não estão sobre a alçada da DGTT e que anunciaram a intenção de aumentar os preços logo no início do ano.

Das empresas dependentes da DGTT, segundo a Lusa, apenas o Metropolitano de Lisboa avançou números concretos, afirmando que espera correcções da ordem dos 2,7 por cento a 3 por cento, a entrarem em vigor em Fevereiro ou Março. A Carris garante que não existem ainda indicações sobre os aumentos dos preços dos títulos de transporte, embora adiante que, à semelhança dos anos anteriores, as actualizações terão lugar durante o mês de Fevereiro ou de Março. Em relação aos transportes ferroviários, tanto a CP, como a Fertagus, operador do eixo ferroviário Norte-Sul, também afirmam desconhecer as novas tarifas. A CP decide apenas os preços do comboio Intercidades e Alfa Pendular, enquanto os preços dos suburbanos e transportes até 50 km do centro de Lisboa/Porto se encontram debaixo da alçada da DGTT.

Musgueira Sul Concluído realojamento

Foram demolidas no passado dia 30 as últimas barracas na Musgueira Sul. Um acto que assinalou o fim do que foi um dos maiores bairros degradados da cidade de Lisboa. Construído na segunda metade da década de sessenta, nele chegaram a existir mais de mil barracas. O processo de extinção da Musgueira Sul teve início há oito anos com a demolição das primeiras edificações e o realojamento de algumas famílias no âmbito do Plano Especial de Realojamento (PER).

A última fase de realojamento, que abrangeu cerca de 300 famílias, começou em Outubro do ano passado e terminou na semana transacta. Todos os agregados familiares que integraram esta última fase foram realojados no Alto do Lumiar. Segundo números avançados pela Câmara Municipal de Lisboa, só no ano 2000 a autarquia realojou mais de 2500 famílias no âmbito do PER, processo que já beneficiou mais de 10 mil agregados familiares.

Câmara Municipal avança com estudos para reduzir congestionamentos e poluição

Évora melhora transportes urbanos

Melhorar a mobilidade do transporte urbano de mercadorias em Évora constitui o principal objectivo dos estudos que a Câmara Municipal vai realizar em colaboração com a Direcção Geral dos Transportes Terrestres.

Um acordo de colaboração nesse sentido foi assinado no passado dia 28 de Dezembro

entre as duas entidades visando a racionalização daquele transporte na cidade com a consequente redução dos congestionamentos e índices de poluição, em particular no centro histórico.

O acordo permitirá ao município desenvolver estudos com o apoio técnico e financeiro da DGTT que possibilitarão, designadamente, numa primeira etapa, efectuar o diagnóstico dos problemas e, posteriormente, propor medidas de acção no campo dos transportes urbanos de mercadorias em Évora.

«É um acordo de muita importância para a cidade. Nós estávamos já a reflectir como melhorar o transporte de mercadorias e agora que surgiu esta hipótese e há dinheiro para fazer o estudo é uma oportunidade excelente para avançar», considera

o presidente da Câmara, Abílio Fernandes.

Pretende-se concretamente melhorar a mobilidade sustentável deste tipo de transporte quer no interior da cidade quer na sua área envolvente através da definição de uma arquitectura de um sistema inte-

grado de micrologística urbana.

Os estudos, segundo uma nota da edilidade eborense, deverão estar em articulação com a problemática mais global da circulação e estacionamento na cidade, tendo em conta a situação actual e os processos de requalificação e promoção do urbanismo comercial.

A armazenagem de mercadorias no exterior da cidade, apoiada por um eficaz sistema de transporte, permitirá a qualquer agente económico, designadamente comerciantes, obter com rapidez a mercadoria de que necessita.

O financiamento dos estudos, orçados em 40 mil contos, enquadra-se no âmbito do programa de apoio ao desenvolvimento de sistemas de transporte em cidades de pequena e média dimensão, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida urbana, e insere-se no programa PIDDAC da responsabilidade da DGTT denominado «Desenvolvimento da Rede Nacional de Infra-Estruturas Logísticas».

O prazo para a finalização dos estudos é Agosto de 2001, data a partir da qual as medidas nele previstas serão incrementadas no terreno.



Melhorar ainda mais a qualidade de vida urbana

Plano de actividades do município de Odivelas PS condiciona o futuro

Os representantes da CDU na Comissão Instaladora do Município de Odivelas abstiveram-se na votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano 2001.

Na base desta posição dos dois vogais da CDU está um conjunto de reservas em relação a várias matérias, como é por exemplo a contracção de um empréstimo de médio/longo prazo, que poderá ascender aos cinco milhões de contos, o qual, do seu ponto de vista, significa legar aos futuros órgãos eleitos «uma herança de

endividamento e de encargos que oneram à partida a sua actividade».

Na declaração de voto proferida em nome da CDU, em que manifestam a sua discordância com uma tal medida, Natália Santos e Francisco Pereira afirmam não poder ser esquecido que o órgão que integram é «uma Comissão Instaladora que tem como principais tarefas criar todas as condições para que os órgãos municipais que saírem das próximas eleições desenvolvam a sua actividade sem amarras

e condicionantes à partida desnecessárias».

A abstenção dos vogais da CDU é igualmente sustentada no facto de o documento consagrar um conjunto de iniciativas que, em sua opinião, se afiguram como não prioritárias ou até de «dubiosa relevância», isto sobretudo se se tiver em conta o «actual quadro de restrições» imposto pela «falta de apoio financeiro do Governo à instalação do município».

Neste contexto, observam, regista-se a «manutenção da inversão de prio-

ridades», para a qual de resto têm vindo a chamar a atenção, «continuando a secundarizar-se a instalação do município. Lembram ainda a este propósito que nem sequer estão concluídos os projectos para o edifício dos serviços camarários, estando consignada uma verba simbólica para a respectiva empreitada, o que significa «que terá de ser a futura Câmara a iniciar uma obra que devia estar concluída».

Verberado pelos representantes da CDU foi ainda o que designam por «manutenção de prioridades relativas a aspectos estratégicos que balizarão o sentido e alcance do desenvolvimento futuro do concelho». Exemplificando com o Plano Director Municipal e o Plano Director das Acessibilidades Municipais, sublinham que tal procedimento condiciona «irreversivelmente as decisões dos futuros órgãos eleitos», bem como a «elaboração de estudos e intervenções relativas à rede viária estruturante e transportes, aligeirando o Governo das suas responsabilidades e obrigações».



A futura Câmara Municipal corre o risco de receber uma herança de endividamento



Intervenções das direcções regionais

Neste número concluímos a publicação das principais intervenções produzidas no XVI Congresso e destacamos três entrevistas com convidados estrangeiros que assistiram aos trabalhos. Lembramos que em breve será editado o livro do Congresso que incluirá a totalidade das intervenções e moções, bem como dos restantes documentos aprovados pelos delegados.

DOR Trás-os-Montes

Voz do descontentamento

Na iniciativa política e debate preparatório do nosso XVI Congresso na Região de Trás-os-Montes, consideramos que esta Região, apesar do elevado potencial de produtividades agrícolas, animais, florestais e minerais, é de salientar que das cerca de 60 denominações de origem, aprovadas pela Comunidade Europeia, 25 são da Região.

Na região é produzida cerca de 60% da produção nacional de energia hidroeléctrica; tem capital - o saldo bancário da diferença entre Depósitos e Empréstimos na região é positivo, no valor de 427 milhões de contos, na maioria transferidos para fora da região, sem deixarem as devidas contrapartidas para o Progresso e Desenvolvimento Regional.

Temos, assim, uma região com graves carências, problemas de desertificação, atrasada e subdesenvolvida — é o produto da política de direita realizada pelo PS e PSD, que detêm a maioria no Poder Local e, entre si, dividem a eleição dos deputados à Assembleia da República.

PS e PSD são responsáveis pela política que situa a Região de Trás-os-Montes na cauda do país e da União Europeia.

O PCP é, assim, a legítima voz de descontentamento de Transmontanos e Durienses, denunciando a incapacidade política de PS e PSD, contribuindo com inúmeras propostas, saídas dos encontros: A Castanha e o Castanheiro; A Agricultura de Montanha; A Coesão Económica e Social, bem como as propostas para o PIDDAC, sistematicamente rejeitadas pelos deputados do partido do Governo.

Sendo certo que a derrota da regionalização inviabilizou a criação da Região Administrativa de Trás-os-Montes e Alto Douro, é hoje cada vez mais notório a falta de um organismo suficientemente representativo e democraticamente eleito na Região, proposto pelos eleitos do PCP e aprovado em várias Assembleias Municipais, para dirigir, planificar e executar um verdadeiro plano de Desenvolvimento Regional, de acordo com os interesses da Região Transmontana e Duriense, nomeadamente o III - Quadro Comunitário de Apoio.

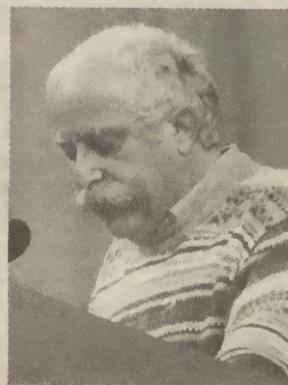
Também na Região, com apoio e participação activa do PCP e das estruturas associativas, se mobilizaram milhares e milhares de agricultores, pastores e povos dos baldios, no

quadro da luta nacional, ao mesmo tempo que se desenvolveram importantes lutas no plano regional, com particular realce para os produtores de batata do Alto Tâmega, a manifestação conjunta na cidade de Chaves de agricultores Transmontanos e da Galiza, reivindicando a criação da OCM da Batata; a manifestação dos Pastores Transmontanos, realizada na Cidade de Mirandela, exigindo um novo plano de sanidade animal, etc.

No plano orgânico, a realização da 2.ª Assembleia da Organização Regional de Trás-os-Montes e consequente eleição da Direcção Regional, unindo forças para reforçar o nosso trabalho de resposta aos problemas da região, é sem dúvida uma importante contribuição para afirmar o PCP, numa região de reconhecidas dificuldades.

É, pois, no quadro do debate do Projecto de Reso-

lução Política para o XVI Congresso, no ponto do Partido, que muitos militantes chamaram a atenção para a necessidade de reforçar a nossa capacidade de resposta aos problemas políticos, coordenar melhor a nossa intervenção regional, acautelar o crescimento do PCP, assim como alertar a Direcção do Partido para a consagração efectiva da dimensão nacional do PCP, lembrando que a região de Trás-os-Montes e Alto Douro é constituída por 26 concelhos e importantes sectores de actividade, para os quais contamos apenas com 4 camaradas a tempo inteiro, sendo pois necessário tomar medidas concretas de apoio à região, nomeadamente no plano de quadros, meios técnicos e financeiros, no sentido de reforçar a nossa acção partidária e os movimentos associativos que decididamente influenciámos.



Frederico Neves
Membro da DORT
e da Comissão Distrital
de Vila Real

DOR Setúbal

Ligados aos trabalhadores

Em nome da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP saúdo todos os delegados ao nosso XVI Congresso.

A situação social na região de Setúbal confirma a análise introdutória do capítulo 2 do Projecto de Resolução Política que estamos a discutir, e que afirma que, nestes últimos cinco anos, o PS, nas questões fundamentais, prosseguiu deliberadamente no Governo, por opção política e ideológica, uma política de direita.

O Governo do PS, quando posto perante a necessidade de optar entre o trabalho e o capital, optou sem qualquer hesitação pelo capital. Os resultados estão à vista: o desemprego

(mesmo utilizando todas as artimanhas) apresenta na região uma elevada taxa — 10,3% em Outubro de 2000 — com mais de 33 mil desempregados inscritos nos Centros de Emprego e um contínuo agravamento da sua estrutura.

O emprego precário aumenta e alastra aos mais variados sectores de actividade e tem constituído a forma, quase única, de diminuir o desemprego.

As ameaças ao emprego mantêm-se um pouco por toda a região - Siderurgia Nacional e Indelma são exemplos bem conhecidos de todos, aos quais poderíamos juntar muitos e muitos outros exemplos.

A Indústria Naval, apresentada pelo PS, na última campanha eleitoral, como um dos exemplos da criação de 10 mil postos de trabalho na região de Setúbal, mantém-se sem perspectiva de desenvolvimento.

Também no Arsenal do Alentejo se avolumam as preocupações, dadas as perspectivas de alteração do seu regime jurídico e institucional.

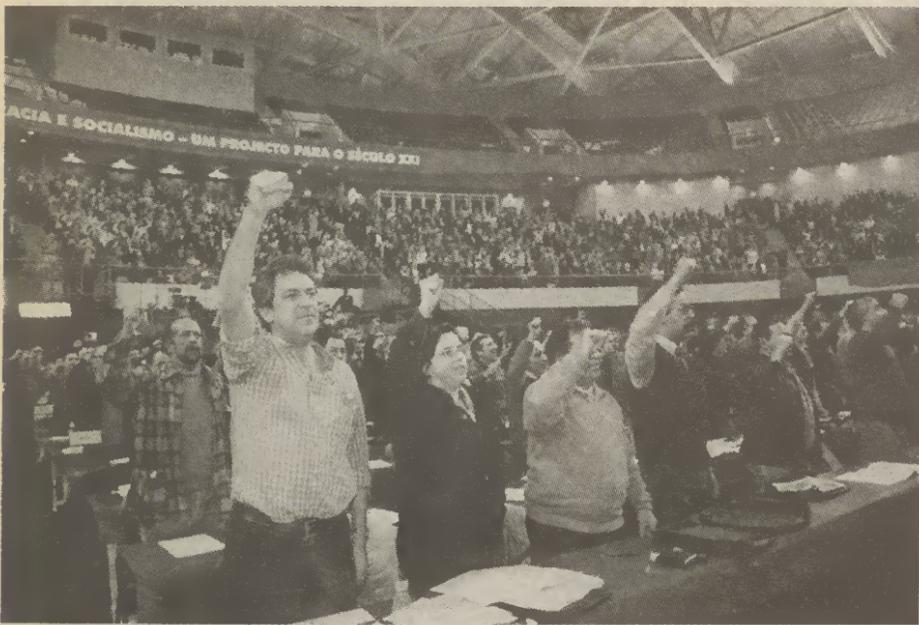
Com esta política não só a instabilidade do emprego se acentuou, como a situação económica da região foi agravada pela continuada destruição de importantes sectores do aparelho produtivo, desde a indústria à agricultura e às pescas.

No plano social, as políticas governamentais afectaram também a população da nossa região, quer seja no campo da segurança, quer na área da saúde (onde são necessários, pelo menos, mais de 34 Centros de Saúde, onde existem mais de 180 mil utentes sem médico de família), do ensino, das acessibilidades e transportes, quer na área do ambiente.

Foi a luta que levou o Governo a adiar, a alterar e a abandonar algumas das propostas mais graves.

Foi a luta que salvaguardou e criou emprego.

Foi a luta que derrotou os aspectos mais



gravosos do pacote laboral que pretendia subverter totalmente as relações laborais em favor do patronato.

Foi a luta que impediu a abertura da Segurança ao capital financeiro.

Foi a luta que abriu caminho à Reforma da Política Fiscal.

Foi a luta que levou a população da região a alcançar importantes reivindicações, desde a derrota imposta ao Governo quanto à localização da Estação de Tratamentos de Resíduos Industriais no Barreiro, à melhoria de transportes rodó e ferroviários, a melhorias de funcionamento de Centros de Saúde e à criação de novos.

Foi a luta e a sua articulação com o trabalho político nas instituições que conduziu aos resultados obtidos pela CDU nas últimas eleições legislativas, no distrito de Setúbal, em que foi reconquistado mais um deputado, demonstrando como a luta de massas continua a ser o factor determinante no combate à política de direita, bem como o factor indispensável para a construção de uma alternativa democrática.

As autarquias CDU e os eleitos comunistas, no cumprimento dos princípios e orientações do Partido, têm também desempenhado um papel destacado na defesa dos interesses da região, quer pelo desenvolvimento de projectos para a melhoria das condições de vida das populações, quer apresentando propostas e reivindicações junto do Poder Central, reforçando assim a autonomia do Poder Local e confirmando a capacidade de realização das Autarquias.

Na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do PCP tem levado ao Parlamento os problemas e as aspirações do povo da nossa região, bem como apresentado propostas e projectos de lei visando os interesses dos trabalhadores e das populações do distrito.

Em Fevereiro de 1999, a Organização Regional de Setúbal realizou a sua 5.ª Assembleia de Organização e, a partir dessa altura, deixou de contar na sua estrutura com os quatro concelhos do Litoral Alentejano.

A 5.ª Assembleia da ORS tomou medidas para a continuação do reforço do Partido e assim, desde o XV Congresso, realizaram-se 85 Assembleias de Organização (desde as concelhias, às células de empresa e às organizações de freguesia) com a participação de 6.434 camaradas, tendo sido eleitos para os vários organismos de direcção mais de 650 camaradas.

O Partido tem-se confirmado como a mais influente força política na região. A força organizada que conta com a dedicação e empenho de milhares de militantes, organizados nas empresas e locais de trabalho, nos bairros e localidades.

Recrutámos, no mesmo período, 1.144 novos militantes, dos quais 36,8% são operários industriais, sendo de 61 a percentagem de operários e empregados; 40,7% tinham uma idade até 30 anos e 39,8% eram mulheres.

A responsabilização de mais quadros, sobretudo de quadros jovens aos vários níveis

de direcção, tem constituído um esforço permanente da ORS.

Nos últimos quatro anos, foram funcionalizados 10 camaradas, com idade até aos 34 anos, dos quais 7 com tarefas de organização.

Tem-se verificado o rejuvenescimento dos organismos, com um maior número de militantes até 30 anos enquadrados.

Este é um esforço que persiste na ORS.

Com a realização das dezenas de Assembleias de Organização (85) e com a eleição de novos organismos, muitos foram os quadros responsabilizados.

Na ORS são 224 os camaradas que acompanham os 437 organismos recenseados no Balanço de Organização. Destes, apenas 34 são funcionários do Partido.

Apesar dos esforços, persistem debilidades no avanço da organização nas empresas e locais de trabalho. Pelo que teremos de continuar com empenho para garantir o futuro do nosso Partido.

No global, consideramos positivo o nosso trabalho, no que respeita à reactivação de células de empresa, à criação de novos organismos e criação de novas organizações de base local.

O reforço da organização tem-se reflectido objectivamente na melhoria da nossa influência de massas, através da dinamização de inúmeras comissões para tratamento de reivindicações específicas dos trabalhadores e das populações, e igualmente no aumento de camaradas com ligação regular ao Partido, com mais camaradas a pagar quota e no alargamento da venda do Avante! e do Militante.

O reforço do Partido e o fortalecimento da sua intervenção política a todos os níveis são aspectos essenciais para uma maior afirmação do PCP, que na ORS continuaremos a privilegiar como linha de trabalho.

A preparação do XVI Congresso, no âmbito da ORS, decorreu de uma forma serena, viva e determinada.

Na 1.ª fase participaram cerca de três mil militantes.

Na última fase, participaram mais de 4450 em cerca de 240 iniciativas, sendo esta participação superior à do último Congresso, mesmo comparando com o quadro anterior de 13 organizações concelhias.

Na generalidade os militantes da ORS manifestaram o seu claro apoio, consubstanciado nas mais de 250 propostas efectuadas por escrito, e nos incontáveis contributos efectuados no debate.

Apesar do debate ter sofrido a influência da grande campanha desenvolvida contra o Partido, que teve como palco principal a comunicação social, usando e utilizando posições assumidas por alguns membros do Partido, o que na generalidade sofreu uma forte crítica, não foi esta a preocupação geral do debate.

A primeira preocupação dos militantes da ORS foi a discussão sobre as formas e os meios do reforço do Partido, foi a afirmação geral de que o PCP é, e vai continuar a ser, o Partido da classe operária e dos trabalhadores, um Partido insubstituível na luta em defesa dos interesses dos trabalhadores, do Povo e do País, pela Democracia e o Socialismo.

DOR Viseu Na defesa das populações

Falo-vos em nome da Direcção da Organização Regional de Viseu, um distrito com vários problemas económico-sociais, em resultado das políticas de direita executadas pelo PS e PSD, que se agravaram desde o último Congresso e que, em síntese, são:

1. Continuação do processo de destruição da agricultura familiar e da floresta. O mundo rural cada vez mais desertificado.

2. Desinvestimento e desresponsabilização do Estado pelos serviços públicos, designadamente no campo da saúde e da educação.

Não criaram a Universidade pública de Viseu, fizeram cortes orçamentais nas escolas públicas ao mesmo tempo que injectaram milhões no ensino privado.

Há um conjunto de infra-estruturas para a saúde que vêm adiada a sua implementação, como são os casos, entre outros, do Hospital Distrital de Lamego, centros de saúde de Viseu 2, Armamar, Cinfães, Sátão, Penalva do Castelo, S. Pedro do Sul, Caramulo.

No quadro do serviço nacional de saúde é gritante a falta de várias especialidades e meios de diagnóstico.

3. Os circuitos comerciais são cada vez mais controlados pelas grandes e médias empresas, asfixiando o comércio tradicional, com consequências no escoamento da produção e nos direitos dos trabalhadores.

4. É notório que se regista a instalação de várias empresas (de média e grande dimensão), porque aqui encontram uma mão-de-obra juvenil não especializada e com uma baixa consciência de classe, sem quaisquer outras perspectivas. Estão assim mais à vontade para abusar do vínculo laboral precário, dos baixos salários, para estimular circuitos de emprego que condicionam a formação e limitar o exercício dos direitos laborais.

Neste contexto, o Partido intervém neste distrito, na luta de massas, resistindo a esta política e tentando inverter esta desastrosa situação:

- Faz regulares contactos com os trabalhadores com o objectivo de criar e alargar a organização do Partido, animando a sua adesão e intervenção no quadro do Movimento Sindical

Unitário, numa perspectiva de luta pelo trabalho com direitos, melhores salários e vínculos laborais estáveis;

- Dinamiza e apoia as lutas camponesas, que em torno de várias associações de classe, se desenvolvem com a participação de milhares de agricultores;

- Apoia a luta e mobiliza as populações em defesa dos seus interesses e direitos como são referências os casos de Lalim, Lazarim e Bigorne contra a tentativa de instalação nesse local do aterro sanitário, Viseu em defesa de transportes públicos, Canas de Senhorim pela restauração do concelho.

Apesar das condicionantes resultantes da fraca expressão eleitoral, os comunistas e os nossos aliados nas autarquias, têm tido uma importante acção em defesa das populações.

Há, no entanto, dificuldades no acompanhamento dos eleitos e, muitas vezes, incompreensões da necessidade do envolvimento colectivo e do cumprimento de normas há muito definidas.

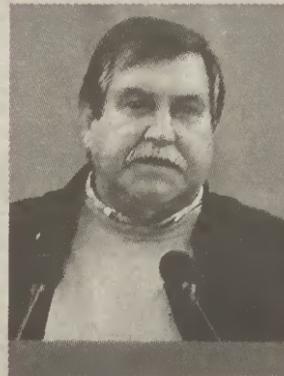
Apesar de se registar um crescimento dos efectivos do Partido, mantêm-se insuficiências que importa ultrapassar:

Dificuldades na aceitação de maiores responsabilidades pela generalidade dos militantes;

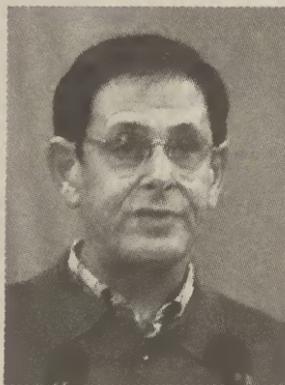
Falta de meios e condições para responder às necessidades, conciliando as tarefas com o estudo e levantamento das situações;

Escassez de funcionários. Três para um distrito com 24 concelhos, com o maior número de freguesias do país e quase meio milhão de eleitores.

Neste sentido, queremos afirmar perante o XVI Congresso, o nosso empenhamento no reforço da organização e expansão do trabalho do Partido, tomando por direcção o recrutamento e enquadramento de novos militantes, a angariação de fundos, a responsabilização de mais militantes no trabalho, a intervenção combativa, criativa e dialéctica, à luz do que entendemos que este partido deve continuar a ser: um partido marxista-leninista, ligado à vida e aos trabalhadores, organizado, capaz de responder às exigências de transformação.



José Fernandes Cação
Membro do Executivo da DORV



Rui Paixão
Membro do Executivo da DORS e do Comité Central

DOR Viana do Castelo Confiança no futuro

Venho do Alto Minho, do distrito de Viana do Castelo, uma das regiões mais atrasadas da Europa. Distrito onde persistem graves problemas de acessibilidades, de saneamento básico e de distribuição de água às populações, de falta de pavilhões gimnodesportivos nas escolas, e de muitas outras carências básicas para a qualidade de vida das populações.

Distrito acossado também, em muitos dos seus concelhos, pela desertificação, motivada pela falta de trabalho, em especial para os jovens. Distrito de agricultura abandonada em consequência da política de integração europeia, de pescadores pagos para abater os seus barcos e sem os portinhos de abrigo tão necessários aos que porfiam nesta faina, apesar de sucessivamente estarem propostas as verbas no Orçamento de Estado.

É nesta região que nós, comunistas, trabalhamos e lutamos, inseridos neste Partido, o nosso Partido, o nosso, o PCP, para que a nossa actividade política contribua para dar resposta às aspirações da nossa população e dos trabalhadores.

Sou jovem trabalhador da Portucel/Viana, até há poucos anos nacionalizada e hoje, nas mãos da Sonae, situação que traduz as profundas alterações económicas que se têm opera-

do na vida económica e social da região e do país, pela mão dos sucessivos governos do PSD e agora do PS.

Empresa onde, apesar disso, nós, jovens trabalhadores, obtivemos há poucos dias uma importante vitória, ao ver consagrado o direito a trabalho igual, salário igual, pois desde 94 que estávamos a ser discriminados no pagamento das horas extras e dos feriados.

Esta luta, apoiada por todos os trabalhadores da empresa foi importante, mas para isso contribui o empenho dos trabalhadores mais novos, para fazer sentir aos mais velhos a justiça das suas reivindicações.

É para mim uma honra, falar na tribuna do nosso Congresso, em nome da organização dos comunistas de Viana, que ao longo de anos tem, apesar dos limitados recursos humanos e de meios, conseguido envolver os activistas e os militantes do Partido nas batalhas políticas como foi a campanha das autarquias, onde apesar das dificuldades, mantemos 4 Juntas de Freguesia de maioria CDU, reforçamos a presença nas Assembleias Municipais e de Freguesia e obtivemos um importante resultado eleitoral com o reforço da nossa votação e percentagem nas eleições para a Assembleia da República. Participamos nas várias mani-

festações nacionais e em muitas e muitas lutas pela resolução de problemas concretos. Realizamos uma campanha regional de assinantes do «Avante!», antes da Campanha Nacional.

Empenhamo-nos na cobrança de quotas através de desconto bancário, conseguindo desta forma aumentar substancialmente as receitas regulares do Partido.

Temos também dado um contributo importante na Festa do Avante!, e presentemente, estamos empenhados no reforço gigantesco para recolher 20 mil contos num ano, para a reconstrução do nosso Centro de Trabalho, que em Agosto passado, ficou destruído por um fatídico incêndio.

Talvez não seja fácil imaginar, quanto é desgastante trabalhar numa região onde até há poucos anos o PSD detinha a maioria absoluta de deputados e de autarquias, com os inerentes compadrios, agora, substituídos pelo PS. Quanto é o desgaste dos nossos autarcas por afrontarem a política do «chapéu na mão», quanto é a manipulação de tudo que seja instituição ou associação, em favor desta maioria, que se vai atolando nos problemas que trouxe ao povo português. Região onde começam a proliferar as empresas, por ora públicas, para depois privatizar, para gerir a captação e abastecimento de água às populações e para o tratamento do lixo, e outras formas de intervenção como o Programa Polis, retirando competências aos municípios e encarecendo os serviços prestados às populações.

Apesar de toda esta realidade, procuramos lutar e intervir, pese o facto de o número de

militantes, de células e de organismos ser reduzido.

Por isso, no debate de Resolução Política do nosso Congresso, muitos camaradas consideram que o capítulo que aborda todas estas novas realidades é insuficiente como é insuficiente a resposta a elas. Também o capítulo que aborda a problemática do PCP, tem muitas lacunas na resposta a estas realidades e à necessidade que o Partido tem de reflectir sobre a sua dimensão nacional e as necessárias medidas para que não sejamos um Partido a duas velocidades e de assimetrias regionais.

O debate da Resolução Política traduziu também as preocupações dos militantes pela situação interna que vivemos nos últimos tempos, considerando que é necessário fazer um esforço para que no respeito pela diferença de opiniões seja ultrapassada esta curva difícil. A aprovação das Teses por maioria, traduzindo o apoio em geral ao documento, não pode escamotear que no debate, muitos camaradas manifesta-

ram dúvidas sobre inúmeras questões sobre as quais é importante fazer reflexão e encontrar respostas.

Como jovem comunista encaro o futuro com esperança e confiança. Aquelas, que gerações de comunistas tiveram, para que eu nascesse em Abril. Mas tenho também a rebeldia de querer questionar tudo, sem amarras, fazendo o debate transformador que o Partido precisa para cumprir o lema do nosso Congresso - Democracia e Socialismo e um Projecto para o Século XXI.



Vasco Rigor
Membro da Célula
da Portucel de Viana
do Castelo. Membro da JCP

DOR Portalegre

Combater a desertificação

O distrito de Portalegre é, no contexto do interior do nosso país, o mais deprimido, em qualquer dos parâmetros que sirvam de apreciação.

Em 2000, calcula-se que residam no distrito apenas 123 mil pessoas, enquanto em 1900 viviam 126 mil, depois de, em 1950, terem sido mais de 200 mil.

Em 50 anos a sub-região perdeu 77 mil habitantes, dos quais um terço nos últimos 30 anos. Há projecções que apontam para a saída do Alentejo de 10 mil pessoas/ano.

Não existindo números exactos para o êxodo anual, este não tem cessado por falta de uma política adequada.

Nem a aplicação nos últimos anos de três operações de investimento comunitário - a OID/NA, a AVNA e a AINA criaram alternativas significativas no desenvolvimento industrial.

A política de investimento do Estado também não tem contribuído para impedir a desertificação humana.

Com os Governos PS, o PIDDAC subiu em valores absolutos mas tem diminuído em valores relativos - em 1999, o Plano previa a aplicação de 1,85 % das chamadas verbas regionalizadas, em 2000 - 1,64% e para 2001 estão previstos apenas 1,44 % do total.

Nesta situação desfavorável, em que até já é tentado o uso de uma política de salários mais baixos do que no resto do País para os mesmos contratos colectivos, só a luta, apoiada em camadas crescentes da população, tem permitido que a situação não piore.

Devem ser referidas algumas das acções mais recentes:

- a campanha das populações de Avis e de Montargil na defesa dos seus Centros de Saúde;

- os agricultores do distrito na grande manifestação de Maio, em Évora;

- a participação nas lutas nacionais e nas jornadas de informação sobre a defesa das 40 horas e contra o pacote laboral;

- a presença distrital na manifestação de 23 de Março, em Lisboa e de 19 de Junho, no Porto, no decorrer das Cimeiras Europeias;

- o movimento das mulheres do distrito em Grândola, Lisboa e Bruxelas;

- a solidariedade por Timor e pela PAZ na Europa, em Évora e junto à Base Militar de Rota, em Espanha;

- a dos jovens estudantes do 'secundário' de Portalegre, pelo direito a um ensino condigno;

- os Reformados nas grandes manifestações nacionais e nos encontros regionais.

Apesar das dificuldades, desde a realização do XV Congresso, realizaram-se 24 Assembleias de Organização, com eleição de 7 coordenadores.

Para a preparação do XVI Congresso, foram contactados militantes inscritos e nas 26 assembleias plenárias, para eleição de delegados, participaram 456 camaradas. Nessas reuniões, foram eleitos 38 delegados dos 41 previstos.

Camaradas, estamos conscientes das condições do trabalho político desenvolvido numa região deprimida como a nossa:

- o recrutamento é inferior ao desejável e ficou aquém das metas propostas;

- não existem células e outras organizações de base nas empresas e nos serviços públicos;

- há muita dificuldade na assunção de responsabilidades por parte das organizações existentes;

- as Teses do Congresso tiveram uma discussão e apreciação muito diminuta e apenas um organismo debateu expressamente o documento;

- há concelhos em que não se vende qualquer imprensa do Partido;

- a participação dos militantes e as ligações às populações de alguns concelhos ficam longe do aceitável.

O envelhecimento crescente da nossa população, acrescido à perda dos jovens e da popu-

lação activa, já referidas, é também um dos factores impeditivos do desenvolvimento partidário e do crescimento eleitoral que queremos.

Mesmo na conjuntura descrita, dispomos de um grupo de quadros que permitem prever algumas alterações eleitorais, indispensáveis para resolver os problemas mais graves das populações.

Nesta altura, já demos os primeiros passos para a apresentação do nosso candidato à Presidência da República, com o início da campanha de propaganda e algumas organizações aprovaram as suas metas para as próximas eleições autárquicas, nomeadamente as de

Ponte de Sor e de Crato, que apontam para a recuperação dos respectivos Municípios.

Camaradas, com a mudança do século surgiram mais interrogações do que certezas e a realização do nosso XVI Congresso deu origem a uma campanha de contra-informação digna da guerra fria. Apesar disso estamos confiantes num debate caloroso mas fraterno, em que seja possível obter conclusões válidas para os próximos anos que contribuam para o desenvolvimento do Partido, para a sua unidade e para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do nosso país.

DOR Algarve

Reforçar a organização

As políticas do PS acentuaram os traços mais negativos da economia regional, implementada pelos Governos da maioria PSD.

Destruído e fragilizado o tecido produtivo, é preocupante a dependência do turismo, e a contínua perda de peso e importância da actividade industrial, agrícola e piscatória.

Acentuam-se os traços de sazonalidade e litoralização da actividade social e económica.

Perderam-se milhares de postos de trabalho, até na actividade turística. Aumentou a precariedade do emprego, a desvalorização da mão-de-obra, o incumprimento dos direitos sociais.

Este quadro, evidencia o fracasso de um governo submetido às políticas neoliberais, aos ditames de Bruxelas, defraudando legítimas aspirações de milhares de Portugueses.

O PCP defende uma política para o Algarve assente em aproveitar ao máximo os seus principais recursos: turismo, pesca artesanal e hortofruticultura, o que implica que o Algarve deixe de ser a região mais periférica do país, a que menos dinheiro recebe proporcionalmente àquilo que produz, e seja dotado dos equipamentos de que carece.

Continuaremos a reivindicar a rápida conclusão de infra-estruturas, ao nível das acessibilidades, do saneamento e abastecimento de água, de equipamentos culturais e desportivos, indispensáveis a uma economia regional diversificada e sólida.

Continuaremos a exigir políticas sociais que garantam melhores salários, mais e melhor emprego, valorização da mão-de-obra qualificada, melhor segurança social, melhor cobertura de cuidados de saúde, maior cobertura de redes públicas de apoio à velhice, mais eficácia no combate ao tráfico de droga e ao tratamento e reinserção social dos toxicodependentes.

Defenderemos uma política que preserve o ambiente, defenda e valorize o património histórico, arquitectónico, cultural e paisagístico.

Desde o XV Congresso acentuaram-se as condições desfavoráveis para a actividade do PCP na região, traduzidas no silenciamento e deformação das nossas propostas, no contínuo branquear das consequências das políticas praticadas pelo PS, na perda de direitos sociais e de cidadania da grande maioria dos trabalhadores, nas enormes transformações no tecido social e no enfraquecimento da nossa influência política e orgânica.

Realizaram-se assembleias de organização em cinco concelhos, em três freguesias e na DORAL, a par de diversas acções visando o necessário reforço orgânico.

Os resultados são insuficientes. Os recrutamentos reduzidos não compensam o envelhecimento da organização. Revela-se difícil responsabilizar novos quadros. O núcleo activo não se alarga, tem-se reduzido e envelhecido. Não há transferência significativa para o Partido dos jovens da JCP, quando deixam de estudar e começam a trabalhar. A maioria da imprensa do Partido vende-se pela acção de alguns militantes idosos. Muitas comissões concelhias, estão voltadas para dentro, não conhecem os problemas, não têm qualquer

intervenção política no seu meio, salvo em campanhas eleitorais e jornadas nacionais de propaganda.

Contudo, a ORAL do PCP valoriza positivamente a intensa e diversificada actividade desenvolvida.

A influência do Partido é superior às percentagens eleitorais, pela acção global, prestígio e qualidade do trabalho de muitos quadros, nos mais variados sectores da vida associativa, cultural e política do Algarve.

Chegámos à fase final do XVI Congresso, após uma empenhada disposição para

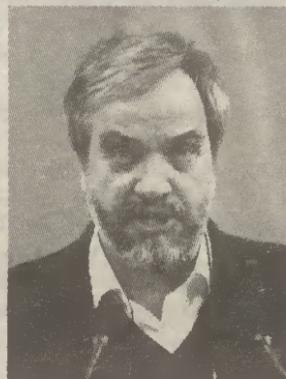
analisar colectiva e aprofundadamente as Teses e procurar as melhores soluções para o futuro do Partido.

Lamentavelmente, questões marginais às decisões do CC sobre os temas e o âmbito deste Congresso, colocadas de fora para dentro do Partido, prejudicaram a discussão serena, aberta, profunda e fraterna que deveria ter sido o objectivo fundamental das mais de trinta reuniões realizadas.

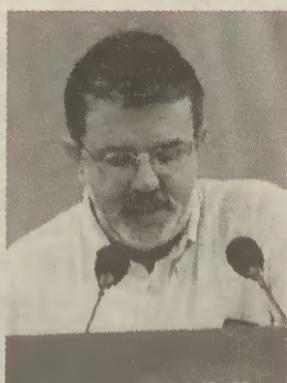
Em algumas situações, um clima de insatisfação, demissão, frustração e num ou noutro caso até a roçar a intolerância, não possibilitou melhores resultados e pode até deixar sequelas difíceis de eliminar.

Mas, é justo reafirmar, que o debate foi enquadrado por comunistas, que continuam a querer sê-lo, que defendem a identidade do Partido definida no programa e nos estatutos.

O futuro do Partido passa pela continuidade e desenvolvimento do reforço da organização e da intervenção, da democracia interna, por mais e melhor ligação aos movimentos de massas, sociais e sindicais, em suma, uma ligação efectiva aos trabalhadores, à sociedade no seu todo.

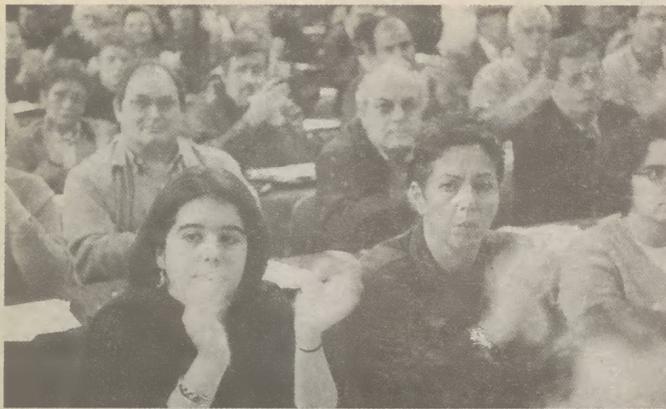


Mário Sousa
Membro da DORAL
e do Comité Central



José Amante
Membro da DORPOR





DOR Porto

Um papel dinamizador

Em nome da DORP do PCP, desejamos votos de bom trabalho a todos quantos estão aqui reunidos, delegados e convidados, vindos de todos os pontos do País e várias regiões do Globo.

Falar-vos do debate preparatório deste XVI Congresso na Organização Regional do Porto é falar-vos das mais de 100 reuniões e assembleias realizadas em todo o distrito para debater o projecto de Resolução Política apresentado pelo Comité Central, em que foram eleitos os 180 delegados da ORP, para além das reuniões dos organismos que também debateram as Teses.

Reuniões e assembleias em que participaram cerca de dois milhares de camaradas, num debate vivo e interessado, onde, naturalmente, também tiveram lugar a crítica e a discordância, ambas assumidas com franqueza e frontalidade, como é típico da nossa vida democrática interna. Um debate onde brotaram contributos para enriquecer e valorizar as Teses propostas pela direcção do Partido, mas onde também ficou claro um sentimento geral de identificação com a análise político-social e propostas nelas contidas.

Mas também um debate onde ficaram patentes insatisfações e preocupações relativamente ao nosso trabalho, partilhadas por todos, que nos responsabiliza e motiva a encontrar novas soluções para o reforço da organização e da sua iniciativa política, para o alargamento da participação dos militantes na vida partidária e para a diversificação e renovação de formas e métodos de trabalho que contribuam para o aumento do poder de atracção do nosso projecto político relativamente aos grupos etários mais jovens e a largas camadas da população, cada vez mais desiludidas com o PS e os partidos da direita e insatisfeitas com a política de direita seguida pelo governo de António Guterres.

Formas e métodos de trabalho inovadores que potenciem a intervenção dinâmica do Partido, assumida no quadro da vasta e rica experiência do grande colectivo que somos, do trabalho e direcção colectivos, condições indispensáveis à unidade e à coesão política e ideológica que diferencia, positivamente, o PCP de todos os outros partidos portugueses.

Desde o último Congresso também no distrito do Porto se acentuaram os ataques aos direitos dos trabalhadores e a precariedade do emprego, situações que contribuíram para a degradação das condições sociais de existência e de trabalho para a grande maioria da população do distrito, agravadas pela ausência dos investimentos públicos necessários ao desenvolvimento da região e pela falta de resposta dos poderes autárquicos, dominados pelo PS e PSD, aos principais problemas que afectam o bem estar e a qualidade de vida da população.

Como foi evidenciado na 5.ª Assembleia da ORP, realizada em Maio último, a evolução económica e social do distrito do Porto nos últimos anos acentuou algumas tendências negativas, fundamentalmente devido a uma política neoliberal, orientada pela aplicação dos critérios

de convergência nominal, que conduziram à entrada de Portugal no núcleo fundador da moeda única, e virada para o favorecimento dos interesses dos grandes grupos económicos. A acção governativa do PS acentuou as assimetrias regionais e inter-regionais, reflexo dos baixos níveis de investimento público na região, com a contenção das verbas do PIDDAC e dos Quadros Comunitários de Apoio.

Os sectores produtivos da região (designadamente, a indústria transformadora, a agricultura e as pescas) estão cada vez mais debilitados e não se tem verificado o crescimento sustentado do sector terciário. Registam-se elevados níveis de desemprego e aumento brutal do emprego precário, enquanto se assiste a uma cada vez maior imposição das reformas antecipadas e baixos índices salariais. São ainda de assinalar o aumento das desigualdades sociais e os altos níveis de pobreza, sobretudo na Área Metropolitana do Porto.

No plano geral, verifica-se no distrito do Porto um crescimento desordenado e caótico, à mercê dos interesses privados, movidos pelo lucro rápido e fácil. Um crescimento sem verdadeiro desenvolvimento e sem permanente defesa do interesse público.

Foi neste quadro concreto e objectivo que se desenvolveu e continua a desenvolver a luta dos trabalhadores e de largas camadas da população, contra a política de direita que conduziu a este estado de coisas, contra as privatizações e favorecimento dos grandes grupos económicos e financeiros, contra as perdas de soberania e aceitação das regras impostas pelos países que dominam a União Europeia, contra a globalização e a militarização que visam perpetuar os EUA como polícias e senhores do Mundo.

São disso exemplo: as grandes e pequenas acções do movimento operário e sindical, com destaque para as lutas dos trabalhadores contra o pacote laboral e pela semana das 40 horas, mas também pelo aumento de salários e pela

melhoria da contratação colectiva, e para as greves em importantes sectores e largas dezenas de empresas; as manifestações dos comerciantes em defesa do comércio tradicional, e as manifestações e concentrações dos agricultores com diversificadas acções; as lutas e manifestações dos estudantes do ensino superior e secundário contra as propinas e pela melhoria da qualidade de ensino, e a luta das populações em torno de reivindicações justas e concretas; as grandes manifestações de apoio aos povos de Cuba, de Timor Lorosae e da Jugoslávia e a euromanifestação de 19 de Junho deste ano, onde milhares e milhares de trabalhadores, vindos de vários pontos da Europa, reclamaram a construção de uma Europa social, a Europa dos cidadãos e dos trabalhadores.

Exemplos, entre muitos outros, que expressam um quotidiano pleno de acção e intervenção dos trabalhadores e de outras camadas laboriosas, dos jovens e de outros sectores da população, e em cuja dinamização o nosso Partido assume um papel preponderante.

Mas, como já referimos, este quadro é acentuado pelos traços negativos da gestão autárquica do PS e do PSD que, no essencial, não resolve os problemas das populações e assenta numa sistemática utilização dos meios de comunicação social para propagandear projectos futuros, que não chegam a realizar-se ou demoram décadas a concretizar-se. Gestão autárquica em que o afastamento da participação democrática das populações, a disputa de protagonismos pessoais e o desrespeito pelo funcionamento colegial dos órgãos autárquicos e desprezo pelas suas competências e dignidade são prática corrente.

A construção do Metro de superfície na Área Metropolitana do Porto, com os sucessivos e escandalosos atrasos, e os folhetins que se têm sucedido na "Porto 2001", são apenas dois exemplos, entre muitos, da falta de capacidade dos eleitos locais do PS e do PSD para resolverem os problemas das populações e para exigirem dos Governos mais respeito pelo distrito do Porto.

Apesar dos resultados das últimas eleições autárquicas terem acentuado a bipolarização já antes visível, os eleitos comunistas e os seus

aliados têm-se demarcado desta política autárquica, insistindo num projecto alternativo presente na sua actividade e múltiplas propostas. Um projecto que valoriza a participação democrática e o pluralismo dos órgãos, a transparência, isenção e intransigente defesa do interesse público, a qualidade de vida dos habitantes e a atenção às pessoas de menores recursos económicos, a coerência entre as palavras e os actos. Um projecto que, ao nível local, dê expressão ao nosso objectivo de construção de uma democracia avançada no limiar do século XXI. É, pois, com confiança, que encaramos o reforço das posições da CDU no distrito do Porto nas próximas eleições para as Autarquias Locais.

Deste Congresso, os comunistas do Porto, esperam que todos encontremos a melhor estratégia para combater a política de direita que o PS, PSD e PP querem continuar a impor ao povo português e para construir uma democracia avançada, ao mesmo tempo política, económica, social e cultural, que desenvolva o nosso País e favoreça os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população.

Estamos certos que o vamos conseguir.

DOR Coimbra

Alargar a influência

No distrito de Coimbra, a participação dos militantes nas fases preparatórias do Congresso, foi intensa, viva, por vezes polémica, e sempre com respeito pela opinião de cada um. O envolvimento dos militantes na discussão e nas Assembleias foi significativo. Houve muitas referências críticas à extensão do documento em análise e à dificuldade sentida na sua leitura, um número expressivo de propostas de alteração, algumas opiniões divergentes do conteúdo de aspectos centrais das teses, na sua maioria, os militantes que participaram nas reuniões e assembleias, estão de acordo com o Projecto das Teses.

Alguns ideias fundamentais na análise sobre a nossa realidade que se integram no conteúdo das Teses em discussão:

O PS, tendo a maioria das posições institucionais do distrito (Deputados, Autarquias, órgãos de Poder e respectivos serviços), é o principal responsável pelo facto de Coimbra vir a perder influência no contexto nacional. Falta uma estratégia clara de desenvolvimento para o distrito, substituindo-a pela concepção de que, tendo um ministro ou secretário de Estado no Governo assim se podem influenciar políticas. A submissão partidária das instituições perante os Orçamentos de Estado, a promiscuidade e sustentação da clientela partidária, que se traduz na multiplicação e simultaneidade de iniciativas do Governo e do PS, o tráfico de influências por exemplo na «compra» em períodos eleitorais de presidentes de Câmara, as maiorias absolutas castradoras de outras opiniões e propostas...

Enfim, um PS que nos períodos eleitorais usa referências de esquerda, mas que nas políticas fundamentais, na ética e na postura pouco se diferencia da direita.

A destruição progressiva da indústria, desmantelamento e encerramento de empresas, obstáculos e dificuldades à viabilização de outras, salários e subsídios em atraso, atropelo aos mais elementares direitos, os baixos salários em sectores significativos, são os aspectos mais negativos da política PS, cujas consequências nefastas levam a que trabalhadores de vários sectores produtivos de indústria, do comércio e serviços, agricultura e pescadores, profissionais da saúde, professores e função pública, estudantes do ensino secundário e do superior tenham sido os mais activos na luta que, quase diariamente, tem sido travada contra esta política.

Também várias foram as lutas das populações com destaque para Souselas e Coimbra contra a

prepotência do Governo que pretende impor todo o custo a co-incineração em Souselas.

No quadro concreto em que intervimos o Partido cresce e alarga a sua influência social e eleitoral no distrito.

Os resultados eleitorais confirmam-no: desde 1993 que crescemos eleitoralmente em todas as eleições no distrito.

O Partido, mesmo com insuficiências e dificuldades, consegue encontrar políticas, energias e atracção que se traduzem no alargamento da sua influência.

Com insuficiências e insatisfações temos falta de disponibilidade de muitos militantes para a militância activa e assunção de responsabilidades partidárias; insuficiente número de camaradas a pagar regularmente as quotas; pouca audácia no recrutamento pouca atenção e estudo de novas realidades e problemas de diversos movimentos e associações; falta de espaço para discussão política em algumas organizações e organismos muitas vezes provocada pela pressão das tarefas baixa venda da imprensa do Partido; insuficiente promoção de iniciativas de debate e reflexão do Partido; desfasamento entre o número de inscritos e a realidade partidária.

Hoje podemos dizer desta tribuna, que muitas destas insuficiências estão mais atenuadas e revelam-se sintomas de superação e fortalecimento.

No quadro das decisões do Comité Central sobre um novo impulso para o reforço da organização, com o empenho da DORC e de todos os organismos temos vindo a superar alguns problemas, nomeadamente conseguindo: o reforço da organização e intervenção junto dos trabalhadores com

16 células de empresa e sectores profissionais a funcionar; contactos em mais de 23 empresas; responsabilização de novos 59 camaradas; reforço do núcleo fundamental de quadros que dinamizam a actividade partidária, no total de 343 camaradas; rejuvenescimento e renovação de dezenas de organismos; coordenação e intervenção junto da juventude particularmente dos ensinos secundário e superior; maior atenção ao trabalho junto dos sectores particularmente professores universitários e médicos; crescimento sistemático das receitas, com destaque para as quotas e contribuições de eleitos.

O quadro político nacional e regional sem dúvida que é difícil, como são difíceis os desafios que temos pela frente para reforçar a organização e intervenção do Partido. A questão central é a atitude que devemos ter perante tal realidade. E esta atitude é, assumidamente, a de lutar com energia e todas as nossas forças para continuar a alargar e a crescer.

DOR Açores

Consolidar o crescimento

Em nome da DORAA, saúdo fraternalmente o XVI Congresso do nosso Partido, fazendo votos para que este Congresso seja um passo seguro no reforço e alargamento do nosso Partido, como grande Partido nacional que realmente é.

No passado dia 15 de Outubro, realizaram-se eleições para as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Os resultados foram globalmente positivos para a CDU e para o nosso Partido em ambas as Regiões o que contrariou, de forma clara e inequívoca, as chamadas «previsões» daqueles que sempre procuram contribuir para dificultar a expansão da nossa influência e crescimento eleitoral.

No caso dos Açores subimos de 3,5% em 1996 para 4,9%, crescemos quase mil votos e elegemos dois deputados, formando assim pela primeira vez um Grupo Parlamentar na Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

O sucesso global da CDU/Açores deve-se, no essencial, ao facto de termos conseguido um acentuado alargamento da CDU e consequentemente da sua base de apoio.

Tendo como temos razões de satisfação, não podemos deixar de analisar alguns aspectos menos bons dos resultados e do processo eleitoral. Dois exemplos: temos que anular no futuro as razões que nos levam a não concorrer na pequena Ilha do Corvo; temos que estudar, com pormenor e contrariar as razões que nos levaram a descer em três ilhas.

Noutro sentido, temos também que procurar compreender, em profundidade para as potencializar, as razões que tornaram possível que a CDU/Açores possa ter e tenha resultados claramente superiores a 20% em duas ilhas.

A situação política específica dos Açores teve alterações, nem todas positivas, na sequência das recentes eleições. O facto do PS ter obtido a maioria absoluta não é positivo para a evolução da nossa vida política específica.

Queremos, entretanto, assegurar que o PCP/Açores e a CDU, agora reforçados eleitoral e institucionalmente, continuarão a lutar pelos interesses dos trabalhadores e das populações dos Açores e a defender na nossa Região o aprofundamento pleno da democracia.

Defendemos o sistema constitucional da autonomia e lutamos contra as perversões que muitos insistem em tentar introduzir; defendemos o desenvolvimento harmónico e equilibrado de todas e de cada uma das nove ilhas; lutamos e lutaremos para que os trabalhadores e reformados tenham justas compensações pelos custos acrescidos introduzidos pela insularidade.

Temos procurado o reforço da Organização do Partido e temos procurado, muito insistentemente e com sucesso reforçar a nossa aliança com independentes, no quadro da CDU.

O prosseguimento destes caminhos é absolutamente essencial nesta fase da vida regional que é de grandes mudanças sociais e de grandes perigos para a economia regional.

A preparação do Congresso nos Açores foi naturalmente condicionada pelo longo período eleitoral que nos ocupou intensamente até Outubro.

Apesar disso, fez-se a divulgação das Teses e organizaram-se cinco Assembleias

Plenárias electivas, para eleição dos delegados que nos cabiam no Congresso.

É natural que os militantes do Partido na RAA se preocupassem muito especialmente com aspectos ligados ao tratamento das questões da Autonomia no Projecto de Resolução Política.

Havendo uma concordância generalizada com o que está incluído, nomeadamente a ideia que no quadro da Autonomia há que «combater e vencer as desigualdades sociais e assimetrias locais», há também uma ideia muito generalizada na Organização do Partido de que seria útil e oportuno que a Resolução Política deste Congresso incluisse alguns outros aspectos de fundo ligados fundamentalmente à articulação entre o Estado e as Regiões Autónomas e à necessidade de se promoverem acções conjuntas que levem à definitiva consagração prática do Estatuto de Ultraperiferia.

Temos desenvolvido a nossa actividade política dando grande atenção às especificidades regionais; definindo posição sobre todas as questões que são da competência dos órgãos de governo próprio; fazendo um enorme esforço para manter e aprofundar uma ligação muito viva e permanente aos movimentos sociais, nomeadamente o movimento sindical e o movimento dos agricultores; mantendo uma permanente articulação entre o trabalho institucional na Assembleia Legislativa Regional e nas Autarquias e os movimentos da sociedade.

O alargamento da CDU tem sido consequência deste esforço para realizar uma actuação coerente, específica, determinada e útil.

Na parte final do primeiro semestre do próximo ano será realizado o VII Congresso Regional dos Açores do PCP que é absolutamente fundamental para adequar a nossa orientação específica às alterações que se verificaram na vida regional e para aprofundar o trabalho de reforço e alargamento do Partido que vimos realizando.

É para nós claro nos Açores que é cada vez mais necessária a acção, intervenção e luta desenvolvidas e incentivadas pelo nosso Partido e pelos seus aliados.

É para nós também totalmente claro, que não há qualquer possibilidade de derrotar a política de direita que é realizada sem o crescimento, reforço e acção consequente do PCP e da CDU.

Temos que saber encontrar sempre os caminhos adequados à nossa luta e aos nossos objectivos e temos que saber construir esses objectivos em unidade e no quadro daquilo que nos caracteriza e nos destaca.

O PCP tem como objectivo programático a construção do socialismo por via da construção duma democracia avançada. É esse o nosso caminho, porque é esse o nosso Programa.

A Organização do Partido na RAA, pequena mas activa e influente na vida regional não abdica de contribuir para o reforço da dimensão nacional do Partido.

Apelamos à unidade de todos os comunistas, porque todos somos necessários e indispensáveis.

Neste limiar do Século XXI, sempre com os trabalhadores e o povo, sempre com uma grande ligação à sociedade e à juventude, temos obrigação política de saber ganhar e acumular forças, de saber dinamizar a luta, de saber demonstrar que é possível e indispensável combater e derrotar o neoliberalismo e o globalismo tritador que é imposto.

DOR Madeira

Um projecto alternativo

Na Madeira, a direita instalou-se no poder, em termos absolutos. Num atentado à democracia política, nem regras elementares da prática democrática respeitadas. O imediato das suas políticas, em particular nas áreas económicas e sociais, motivou o uso errado e inconsequente de meios de que a região dispôs. As condições sociais negativas tendem a acentuar-se.

A nossa intervenção tem resultado da convicção de que, através de um forte processo dialéctico, com a criação de novos movimentos sociais, com a intervenção organizada dos trabalhadores, através da capacidade de luta das populações, com a mobilização social, convocando todos aqueles que carecem de direitos para uma acção organizada e fortemente reivindicativa face aos detentores do poder, é possível contribuir para a alteração da situação social e política.

Com o apoio directo do PCP e, no âmbito da CDU, concretizaram-se iniciativas com alcance significativo à escala regional. É de destacar a luta com os pescadores do Caniçal e Machico. Os agricultores lutaram por medidas compensatórias devido aos prejuízos dos temporais. Lutaram pelos pagamentos das produções de banana e pelo direito à água.

O movimento de «luta pela casa» não pode ser esquecido, entre as lutas das populações.

Os trabalhadores, em diversos sectores como, por exemplo, da hotelaria e da construção (em especial na Nova Pista) concretizaram importantes lutas. E, na zona franca, sobretudo as mulheres trabalhadoras, deram forma a lutas por direitos laborais.

Nos últimos anos, as comemorações do 1.º de Maio, sem iludirem as dificuldades existentes, indicam possibilidades quanto à mobilização dos trabalhadores na Madeira.

Cada uma das lutas trouxe-nos mais capacidades. Permitiu alargar o espaço político.

O intensificar dos movimentos sociais de luta garantiu o nosso reforço eleitoral e, no quadro da CDU, o reforço do Partido. Nas lutas dinamizadas com a intervenção directa dos eleitos da CDU, com esse compromisso visível, estabeleceu-se uma maior ligação com o povo, o que valorizou as funções institucionais.

Existem novos desafios. Sentimos a urgência de outras modalidades organizativas para intensificar e reforçar o trabalho do Partido e da CDU. É necessário desenvolver uma vasta frente social de oposição e reduzir a base social de apoio ao «Jardinismo».

Com o reforço do Partido será possível um forte movimento social de mudança. Mas são muitas as nossas debilidades. Somos uma organização onde é difícil o aumento da responsabilização e a participação de um maior número de militantes. Fazemos a aposta em

novos quadros. Temos dificuldades na formação ideológica, na estruturação da organização e no alargamento do núcleo activo do Partido. Precisamos fortalecer a estrutura orgânica, em particular nos locais de trabalhos, com organismos de base. É essencial vencer os problemas de ligação à sociedade.

Num contexto político particularmente difícil, não abdicamos de defender um projecto político alternativo. É nossa tarefa contribuir para encontrar e criar novas vias de libertação humana. Tudo faremos por esta incontornável tarefa.

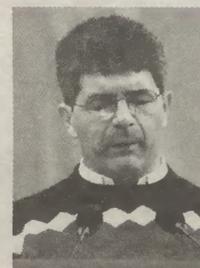
Não podemos aceitar complicitades com as políticas seguidas pelos sucessivos governos, na Região e na República.

Não seremos nós a mudar os princípios e as razões do projecto de política alternativa que defendemos.

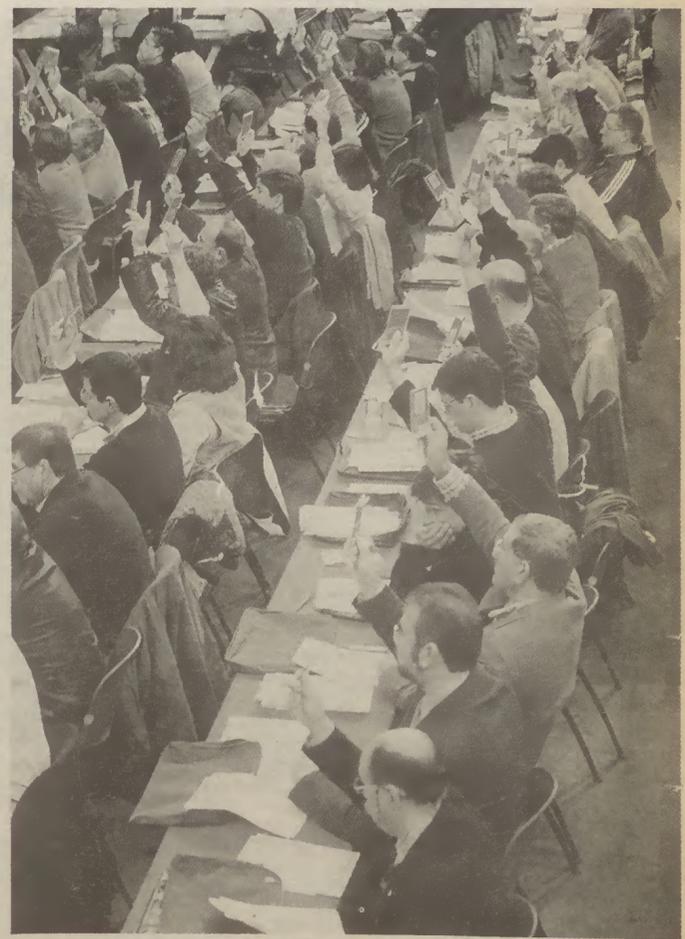
Precisamos, sim, de mais força para colocar objectivos de transformação e determinar orientações de esquerda na transformação da sociedade e na construção da justiça social.



José Decq Mota
Membro do Comité Central



Edgar Silva
Coordenador da DORAM



António Luís Pimenta Dias
Membro do Executivo da DORP



Francisco Guerreiro
Membro do Executivo da DORC e do Comité Central

Delegações estrangeiras

Elena Mora

do Partido Comunista dos EUA

Crescer

Como é visto o comunismo nos Estados Unidos? Elena Mora, do Partido Comunista dos EUA, responde a esta e outras perguntas, numa entrevista em que fala do movimento sindical e da situação social no seu país. «Uma das grandes questões no nosso país é a pena de morte. Há dois ou três anos, a maioria das pessoas era a favor da pena capital e agora isso mudou radicalmente.»

– Quais são as principais propostas do Partido Comunista dos EUA?

– Primeiro de tudo, temos de estar envolvidos nas muitas lutas populares e claro nas eleições presidenciais, em que tudo fizemos para derrotar Bush. No passado, tivemos candidatos próprios do Partido Comunista, mas agora é difícil.

O nosso objectivo é a construção de um movimento antimonopólio e anticorporativo. Isso não vai acontecer este ano ou no próximo, vai demorar mais algum tempo. Vemo-nos como uma parte no processo que a classe trabalhadora está hoje a elaborar. Há um novo nível de luta e de política de classe, há mais trabalhadores a organizarem-se nos sindicatos, a solidariedade internacional está a crescer, diversas coisas que mostram que o movimento sindical está a passar para um novo nível.

– Porque é que isso está a acontecer agora?

– A confederação dos sindicatos tem um novo presidente, mas porque é que ele foi eleito? Acho que há muitas pessoas que trabalharam para isso, nomeadamente nossos camaradas, que durante muitos anos tentaram mudar a direcção do movimento sindical.

Há uma nova política de sindicalização. Nos Estados Unidos, apenas 30 por cento dos trabalhadores estão sindicalizados. Isso é resultado do corporativismo, mas também porque os sindicatos não lutavam.

Esta nova liderança tem uma nova forma de organizar os trabalhadores. Por exemplo, na Califórnia, no ano passado, foram sindicalizados 70 mil empregados de hotéis, muito mal pagos, muitos deles imigrantes que nem sequer falam inglês. O sindicato trabalhou com as organizações de imigrantes, usando comunicação bilingue.

Nos anos 80, passámos por um período muito difícil, com a eleição de Reagan. Hoje, reconhece-se que o movimento sindical precisava de mudar para não morrer.

– Os trabalhadores americanos estão mais politizados?

– Apesar de haver muitas contradições, creio que a direcção que se está a tomar é muito positiva. Por exemplo em relação ao bloqueio de Cuba, hoje tem-se uma visão muito diferente, em parte por causa do caso do Elian Gonzalez, mas também porque o movimento de solidariedade com Cuba tem enviado muita gente ao país que depois conta o que vê. Há uma grande mudança de atitude. As pessoas não dizem «se calhar devíamos ser socialistas», mas cada vez mais gente pensa que o povo cubano deve ser livre para decidir o seu próprio caminho.

– As pessoas estão mais informadas?

– Acho que sim. Uma das grandes questões no nosso país é a pena de morte. Há dois ou três anos, a maioria das pessoas era a favor da pena capital e agora isso

mudou radicalmente, por causa da luta de certas organizações e do caso de Mumia Abu Jamal. É dada muita atenção a este problema e muita gente está a repensar a sua posição.

Desde 1980, a direita desenvolveu uma guerra ideológica ainda mais acentuada, com um racismo mais sofisticado. Hoje não dizem as mesmas coisas sobre os afro-americanos, mas estão sempre a adaptar e a actualizar essas ideias. Há muitas ideias anti-imigração.

Em Nova Iorque, onde eu vivo, há muitos imigrantes que trabalham na construção civil que não estão sindicalizados. Isso desagrada muito aos sindicatos, porque essas pessoas trabalham por metade dos salários e em más condições. É claro que a solução não é mandá-los de volta, mas é essa ideia que passa.

O mais incrível é que, apesar de 20 anos desta campanha reaccionária, as pessoas levantam a cabeça. Há grandes movimentos a favor do aborto ou contra as privatizações.

A pergunta fundamental é: como está a

“Como está a vida? Não está melhor! Até os trabalhadores bem pagos sentem uma grande insegurança em relação aos seus postos de trabalho. Toda a gente sabe que a fábrica onde trabalha pode estar amanhã no Sri Lanka”

vida? Não está melhor! Até os trabalhadores bem pagos sentem uma grande insegurança em relação aos seus postos de trabalho. Há muitas fábricas que fecharam. Toda a gente sabe que, com a globalização, a fábrica onde trabalha pode estar amanhã no Sri Lanka. As pessoas não sabem qual é a resposta, mas sabem que o problema existe.

– Como é visto o comunismo pelos americanos?

– Os jovens de 18, 20 anos não identificam o socialismo com seja o que for, porque não se lembram da União Soviética. As nossas ideias são muito apelativas: igualdade, justiça... Qual é o mal disso? Cerca de 90 por cento das pessoas que visitam a nossa página na internet têm entre os 18 e os 23 anos. Há uma abertura.

É claro que não preferimos que a União Soviética tenha acabado, mas agora já não podem falar em ameaça ou acusar o nosso Partido de ser um representante dos soviéticos.

– E como vêm os adultos o comunismo?

– O problema é que as pessoas não sabem nada sobre nós. Aqui, em Portugal, os jornais podem ser reaccionários mas falam sobre o PCP. Nos EUA, não há nenhuma informação sobre nós, nem sequer a dizer mal. Se for escrito um arti-



go contrário ao Partido, é bom porque pelo menos fala de nós.

As pessoas não sabem muito sobre os comunistas, mas há raízes do Partido nos mais velhos, que lutaram pela segurança social nos anos 30 e 40. Para esses, o Partido existe. Há dois anos, Gus Hall - líder do nosso Partido durante muitos anos - foi convidado para falar durante um aniversário de um sindicato. Os trabalhadores com 30, 40 anos ficaram com muito boa impressão e reconheceram o trabalho do Partido. Há sectores da população onde o Partido tem raízes.

Claro que há muita, muita gente que não sabe nada e para esses o Partido não é visto como uma ameaça, mas algo estranho, esquisito. Quando digo a amigas que trabalho para o Partido Comunista, elas riem-se, não acreditam.

– Qual a dimensão do vosso Partido?

– Bem, é um partido muito pequeno. Quando ouvi o número dos vossos militantes, achei incrível. Em alguns bairros, há quem nos conheça, mas são muito poucos. Temos cerca de 10 mil militantes. Há muita gente que se junta ao Partido, mas que não se integra numa organização. Muitos tornam-se militantes através da internet, porque vivem em terras pequenas, isolados. Para nós isso é frustrante, porque temos nomes mas é muito difícil integrá-los.

– Como pensam aproveitar esta nova situação para crescer?

– Estamos a fazer algumas mudanças. Por exemplo, estamos a rever as nossas prioridades em termos de dinheiro e a fazer um grande esforço para ter funcionários a tempo inteiro. Esse é um dos problemas, porque há muita gente que tem dois ou três empregos e que simplesmente não tem disponibilidade para ser politicamente activo. A nossa página na internet vai ser melhorada, o que é muito importante, porque nos EUA todas as organizações têm uma *web page*. Outra coisa é o aumento do envolvimento de membros do Partido nos movimentos dos trabalhadores.

– Como vêm o processo das eleições presidenciais?

– Na nossa perspectiva e olhando para as políticas internas, é importante ver quem apoia Bush e quem apoia Gore. É completamente diferente. Achamos que é muito mais fácil pressionar um governo que o povo ajudou a eleger. Bush é apoiado pela extrema-direita, pelos *lobbys* das armas, das grandes empresas, dos cristãos fundamentalistas. Um Governo de Bush não vai resolver qualquer problema.

Pensamos que um terceiro candidato seria muito melhor, mas ele não existe. Por isso Gore é melhor que Bush. A criação de um terceiro partido alternativo tem de ser fruto de um longo processo.

Delegações estrangeiras

Adão Preto
do Movimento dos Sem Terra

Lutar

Fundador do MST e deputado federal pelo PT, Adão Preto fala ao «Avante!» da luta pela reforma agrária no Brasil, do apoio da população e da nova ofensiva do Governo de Fernando Henrique Cardoso. «Em São Paulo, uma pesquisa mostrou que 80 por cento das pessoas consideram que tem de ser feita a reforma agrária e mais de 60 por cento apoiam as invasões de terras», afirma.

– Como se pode resolver o problema da terra no Brasil?

– O problema da terra é um problema grave, muito antigo, vem da luta dos índios desde que os portugueses chegaram ao Brasil, que Pedro Álvares Cabral disse que descobriu, mas na verdade invadiu, porque os índios já estavam lá. Essa luta vem-se arrastando, houve a luta dos quilombos, do master, dos camponeses...

Só se pode resolver este problema quando a sociedade compreender que a reforma agrária não é uma luta só do agricultor sem-terra, mas vai beneficiar também o que já tem terra. Porque é uma luta também por políticas agrícolas e por distribuição de renda. Vai beneficiar o comércio, porque se vai vender e comprar mais. Vai beneficiar a indústria, porque vão ter de se fabricar mais máquinas e ferramentas, o agricultor vai comprar mais adubo, mais televisores, mais geladeiras, mais calçado, mais roupa, o que vai gerar mais emprego na cidade. Quando diminui o desemprego, aumentam-se os salários. Hoje, o salário mínimo no Brasil é o mais baixo da nossa história e é o mais baixo da América Latina.

Felizmente as pessoas estão a começar a compreender isso. Por exemplo, em São Paulo foi feita uma pesquisa que mostrou que 80 por cento das pessoas entrevistadas consideram que tem de ser feita a reforma agrária e mais de 60 por cento apoiam as invasões de terras.

– Isso é resultado do trabalho de informação e esclarecimento que o MST tem vindo a desenvolver.

– Nós agora temos armas, não é só propaganda. Nós temos centenas de assentamentos. E quando a pessoa vai lá, convence-se que é bom. Se não topar ir, pelo menos não tem argumento para dizer que não presta.

Só no Rio Grande do Sul, temos mais de sete mil famílias assentadas. A grande maioria já tem casa própria com mobiliário, tem os filhos a estudar, a família bem nutrida, muitos até automóveis já compraram.

Se não fosse a luta do MST, 90 por cento dessas famílias estava na periferia das cidades e a grande maioria desempregada. Uma pai sem salário, sem emprego, vendo os filhos chorando de fome, vê-se obrigado a pegar um pedaço de pão ou de fruta para não ver o filho morrer de fome. E aí começa a ser chamado de ladrão, de caloteiro e vai-se consciencializar que é mesmo ladrão. Quando ele cai nessa rotina, é muito difícil recuperar essa pessoa.

– O MST tem também desenvolvido um trabalho de educação e politização. Que frutos têm obtido?

– Tem sido muito rico. Há escolas nos assentamentos, em que os próprios assentados são os professores. A criança ou o adulto aprendem a ler e a escrever, mas também uma consciência de classe, de cidadania, de respeito e humanidade.

– Qual é a situação actual do MST?

– Foi depois do golpe militar de 1964 que nós criámos o Movimento dos Sem Terra. Já conseguimos fazer o assentamento de mais de 500 mil famílias e nenhuma conseguiu terra sem primeiro passar pela luta em acampamentos, ocupação de latifúndio, enfrentamento com a polícia e pistoleiros. Nessa batalha, a gente perdeu muitas vidas, muitos companheiros, mas conseguimos muitos hectares de terra.

O MST tem conseguido prémios de honraria no exterior. Queria aproveitar para agradecer o apoio que os povos de outros países têm dado à luta pela reforma agrária no Brasil. Podem crer que

“A reforma agrária vai beneficiar o comércio, porque se vai vender e comprar mais. Vai beneficiar a indústria, porque vão ter de se fabricar mais máquinas e ferramentas.”

esse apoio tem salvo muitas vidas e muitos companheiros da prisão.

Nós, no Brasil, estamos numa guerra. Desde que o MST foi criado até à semana passada, já foram assassinados 1168 trabalhadores. Talvez esse número já tenha aumentado hoje, porque cada semana que passa tombam mais companheiros. E nesse mesmo período quantos fazendeiros foram assassinados? Quantos membros do Governo foram assassinados? Nenhum. É uma guerra suja, uma guerra covarde, onde se matam trabalhadores desarmados e a maioria dos assassinatos é feita com as armas pagas pelo próprio povo, as armas públicas usadas pela polícia. A polícia mistura-se com os fazendeiros e os pistoleiros e mata os companheiros.

– Como é hoje a relação entre o Governo e o MST?

– Está cada vez pior. Fernando Henrique Cardoso decretou como prioridade acabar com o MST. São os próprios agentes do Instituto da Terra - o órgão do Governo que faz o registo dos acampamentos - que entregam para os pistoleiros a lista das lideranças, que depois são assassinadas. Além dessa perseguição - prendendo e matando companheiros -, o Governo parou de liberar financiamento para quem já conseguiu terra.

– Com que argumentos?

– Dizendo que agora quem ganhou terra tem de ser tratado como qualquer



outro agricultor. Mas, o mais grave é que esse subsídio destinado aos assentados tinha de ser adquirido colectivamente por grupos de 10, 15 famílias. Hoje, o empréstimo que o Fernando Henrique quer lançar é individual. Não são simplesmente os juros que são mais altos, está a destruir a organização. Os agricultores colectivos têm possibilidade de progredir e tem a consciência de classe. Assin, dividindo, ele acaba com a organização. É um crime que ele está cometendo.

Ao mesmo tempo, o Governo parou de fazer desapropriação de terra e criou o Banco da Terra. Dizem que quem quer terra vai ao banco, pega um financiamento e compra sua terra, que não precisa de fazer acampamentos.

– Como é que de facto funciona?

– Há municípios que têm 500 agricultores que se inscreveram e nem um conseguiu financiamento. Mas a imprensa - que está toda do lado deles - faz propaganda: «Quem quer terra vai ao banco e quem não quer trabalhar, quem quer fazer baderna, quem quer fazer bagunça vai invadir terra.» Estão destruindo ideologicamente o movimento.

Como se isso não bastasse, agora há uma inovação. O agricultor já nem precisar ir ao banco, basta escrever uma carta ao Governo dizendo que quer um pedaço de terra. Até agora ninguém conseguiu. Mas daqui a uns dias os colonos vão começar a ganhar terra pelo

correio, um aqui, outro lá. Servem para a imprensa pegar e fazer propaganda: «Olha aí, quem quer terra nem precisa caminhar, é só escrever uma carta. Vai acampar quem é comunista, quem é baderneiro, aqueles têm de ir para a cadeia, porque querem invadir a propriedade privada.»

– Como é a vossa relação com os latifundiários?

– É horrível, é a luta de classes mesmo. Os fazendeiros elegem os deputados estaduais que os representam e que defendam as suas propostas, mas em Brasília, na câmara federal, estão os próprios fazendeiros.

Esses fazendeiros pediram a criação de uma comissão de inquérito para investigar o MST. O estatuto do MST diz que, para conseguir terra, a pessoa tem de ser agricultora, tem de entender da lavoura. Diz que para ser considerado sem-terra tem de ter menos de cinco hectares de terra. Que cada agricultor que conseguir o seu pedaço de terra, tem de continuar lutando pela reforma agrária até que os outros companheiros tenham a sua terra também. E tem também de repassar três por cento do que ser em produto ou em dinheiro. E o dinheiro pode vir da colheita ou dos financiamentos, é o mesmo dinheiro. Agora esses deputados pediram para investigar isso, dizendo que os agricultores estão pegando dinheiro público e repassando para o MST.

Delegações estrangeiras

Hanah Awwad

da Organização de Libertação da Palestina

Resistir

A escritora Hanah Awwad representou a OLP (Organização de Libertação da Palestina) no XVI Congresso do PCP. Nesta entrevista, condena as acções provocatórias de Israel, apela ao apoio internacional e promete que os palestinianos vão continuar a lutar: «O que nós estamos a fazer é resistência e não violência. Falar de violência é insultar a nossa luta. Não se pode colocar ao mesmo nível a acção e a reacção.»

– Como é que a OLP vê a actual ofensiva de Israel e o desrespeito sucessivo dos acordos assinados?

– Tudo o que está a acontecer está contra os acordos, o conceito de paz, os direitos humanos e a dignidade das pessoas. Nós escolhemos a paz como forma de atingir a justiça para o nosso povo. Em 1974, Yasser Arafat pediu nas Nações Unidas: «Por favor, não deixem que o ramo da oliveira caia da minha mão.» Ele estava muito determinado a alcançar a justiça com uma paz duradoura, mas paz não com humilhação, não sem soberania, não com a ocupação israelita.

Esta é a nossa posição e continuaremos a nossa luta até atingirmos essa paz duradoura, baseada nas resoluções da ONU, incluindo as que consideram Jerusalém como parte da nossa fronteira de 1967.

Nós lutamos pelo direito ao nosso povo regressar a casa, pelo direito dos palestinianos viverem na sua terra em paz e em segurança. Se isso não acontecer, têm de ser compensados.

– Recentemente, a ofensiva israelita acentuou-se. Como vêem este agravamento?

– Isto não é novo. Os israelitas sempre disseram que queriam paz e que nós não queríamos. Mas nós dizemos que sim, que queremos paz, mas com dignidade, não a paz dos cemitérios. Todos os dias há funerais de palestinianos. Que espécie de paz é esta? Falamos de paz como se fosse uma flor: atiram-na para onde querem.

– Acreditam, portanto, que o Governo israelita não é sincero quando fala de paz?

– Não, não são sinceros, porque paz não é só assinar acordos, há que implementá-los, há que dar confiança às pessoas que haverá uma paz real e duradoura. Caso contrário, é só conversa.

O nosso povo está a sofrer. Se forem à Palestina, vêem a situação em que vivemos. Era suposto terminarmos a aplicação dos acordos em Maio de 1999, mas até agora isso não aconteceu. O Estado Palestiniano devia ter sido proclamado nesse mês. A questão de Jerusalém é extremamente crítica, porque Israel quer ficar com toda a cidade violando as resoluções das Nações Unidas.

Acreditamos que a verdadeira paz pode existir e para isso pedimos o apoio de toda a comunidade internacional para acabar com as atrocidades que Israel tem cometido.

– Como vê a posição da comunidade internacional, nomeadamente dos Estados Unidos e da União Europeia?

– Os Estados Unidos dão poder a Israel. Sem os EUA, Israel não poderia

desempenhar este papel brutal. Os EUA apoiam...

A União Europeia tem posições diferentes, mas não tão fortes como deveria. No essencial, são as mesmas. A última declaração foi muito fraca. Os países europeus procuram fazer um equilíbrio, mas como se pode fazer isso se de um lado há opressores e do outro há oprimidos? É impossível.

Esse é o problema da comunidade internacional. Procuram resolver os problemas de uma forma muito equilibrada, quando a situação não é equilibrada. Como se pode comparar pedras e paus com tanques e metralhadoras?

A juventude sente-se insultada quando se confunde resistência com violência.



“A comunidade internacional procura resolver os problemas de uma forma muito equilibrada, quando a situação não é equilibrada. Como se pode comparar pedras e paus com tanques e metralhadoras?”

Os palestinianos resistem e têm esse direito enquanto Israel estiver em guerra contra os civis, contra as pessoas normais, contra as crianças e as mulheres. Eles têm equipamentos completos, têm armas. Nós não temos nada, temos pedras, paus, a nossa voz e o direito de libertar o nosso país. Não há igualdade, não há justiça quando se olha para a questão palestiniana.

– Os países árabes apoiam suficientemente a vossa causa?

– Na última conferência dos países árabes, foi manifestado apoio à luta palestiniana pela independência e condenadas as violações israelitas. Estão a ser dados novos passos. Não sei quando é que se vão concretizar, mas os países árabes começam a fechar as suas embaixadas em Israel. A Arábia Saudita tem posições muito fortes de apoio à Intifada.

Temos dificuldades, mas estamos determinados. Não temos liberdade de movimentos, a situação deteriora-se cada vez mais.

– Como é que as pessoas vivem esta situação no seu dia-a-dia?

– Estamos a viver numa prisão. Se eu não fosse de Jerusalém, não poderia estar aqui neste momento. Se fosse de

Ramallah, não poderia sequer viajar para Jerusalém. Era suposto vir uma delegação maior ao vosso congresso, mas não puderam viajar.

Cerca de 140 mil pessoas trabalham em Israel, mas nem sempre podem ir para os empregos por causa dos bloqueios. Se não trabalharem, não recebem ordenado. E estão a passar fome.

A Autoridade Palestiniana procura dar assistência a todas essas famílias, mas não é suficiente e não se pode continuar a viver nessas condições. Ainda por cima, segundo os acordos assinados, não deveria existir nenhum bloqueio. Como disse Yasser Arafat em Setembro, só temos um quarto do nosso país e este quarto está dividido. É como se estivéssemos em cantões. Tenho familiares no Norte e não os pude ver durante o mês passado.

Muitas casas estão destruídas, muitas pessoas foram mortas. O que Israel está a fazer é um desastre.

Fala-se na Intifada de Alá, mas esta é a Intifada da independência. O objectivo da Intifada é a soberania da Palestina. Para isso precisamos do apoio de todos os nossos amigos de todos os países.

– A que tipo de apoio te referes?

– Primeiro de tudo, as declarações

políticas são muito importantes para manter a moral dos palestinianos. A dignidade é fundamental para qualquer pessoa. Israel não respeita sequer a Autoridade Palestiniana. Entra e sai quando quer do nosso território com os seus tanques.

Fazem tudo isso e ainda querem que a Autoridade Palestiniana consiga reprimir o Hamas. Querem dividir a nossa sociedade, os nossos partidos. Quando Ariel Sharon foi a Jerusalém, foi acompanhado por três mil soldados. É uma atrocidade e uma provocação para o povo palestiniano.

– Como se pode conciliar as reivindicações da população palestiniana com a necessidade de negociar com Israel?

– Nós não fechámos a porta às negociações. Arafat continua a encontrar-se com Hosni Mubarak ou Bill Clinton com o objectivo de encontrar uma solução para o problema. A posição da Autoridade Palestiniana é lutar e resistir - e esta é a palavra apropriada, porque o que nós estamos a fazer é resistência e não violência. Falar de violência é insultar a nossa luta. Israel está a fazer terrorismo de Estado. Não se pode colocar ao mesmo nível a acção e a reacção.



Rendimentos baixaram Agricultores mais pobres

Portugal é um dos países da União Europeia que registaram maiores quebras no rendimento agrícola (-7,5%), contrariando a ligeira subida média (1,3%) verificada no conjunto dos 15 Estados-membros.

O Gabinete de Estatística da União Europeia (Eurostat) afirma que a ligeira subida verificada em média nas explorações agrícolas dos 15 países da UE deve-se sobretudo à redução contínua do volume de mão-de-obra empregue no sector.

Contudo, os valores médios encontrados escondem as grandes disparidades entre os Estados membros. Assim, o rendimento agrícola, em 2000, foi superior aos níveis de 1999 em dez países membros: Dinamarca, Finlândia, Bélgica, Alemanha, Irlanda, Suécia, Espanha, Holanda, França e Luxemburgo. Nestes, as taxas de crescimento variaram entre uns expressivos 24,1 por cento, na Dinamarca, e 22 por cento, na Finlândia, e os 1,3 por cento em França ou 0,4 por cento no Luxemburgo.

No entanto, como bem recorda o Eurostat, mesmo nos países que registaram um crescimento dos rendimentos em 2000, estes continuam abaixo ou próximo dos níveis obtidos em 1995.

Pior ficaram os agricultores da Itália, que viram os rendimentos descer 4,3 por cento, da Áustria (-4,8%), de Portu-

gal (-7,5%) e do Reino Unido (-10,8%).

Produção estável

No ano que agora terminou, a União Europeia estabilizou a sua produção agrícola total, verificando-se um aumento dos factores de produção, em 1,2 por cento, para o que contribuiu em particular a subida dos preços da energia (+24,1%). Por outro lado, o valor real das subvenções manteve-se no nível de 1999, apesar de os impostos terem crescido. O maior corte deu-se no volume de mão-de-obra que baixou 2,7 por cento.

Segundo o Eurostat, a agropecuária beneficiou de uma retoma dos preços, registando-se a mais forte subida nos produtos de suínos, com mais 21,5%, contrariando as sucessivas quebras dos anos precedentes. O preço dos ovos progrediu igualmente de forma importante (+16,9%) e, em geral, os produtos animais tiveram uma subida real dos preços de cinco por cento em relação a 1999. Este aumento compensou a redução do volume de produção (-0,5%) o que se traduziu num incre-

mento do valor real da produção de 4,5 por cento.

Em contrapartida, a produção vegetal não só perdeu 0,6 por cento em comparação com a colheita de 1999, como sofreu uma baixa sensível dos preços (-2,7%). Tudo somado, este sector regista uma quebra de 3,3 por cento.

Apenas os cereais escaparam a este cenário de crise já que o alargamento da superfície cultivada permitiu um aumento do volume de produção global em 8,5 por cento. Ao mesmo tempo esta cultura beneficiou de uma importante redução da superfície cultivada com oleaginosas, ditada pela forte redução das subvenções compensatórias no âmbito da política agrícola comum. Paralelamente o preço dos cereais baixou em 3,2 por cento, em termos reais.

Os produtos mais afectados pela baixa real de preços foram as batatas (-18,2%), e o vinho (-6%). As oleaginosas, os legumes frescos e as flores são para já os únicos produtos vegetais a registarem subidas reais nos preços.

Estes dados baseiam-se nas primeiras estimativas fornecidas pelos Estados-membros ao Eurostat, entidade que deverá publicar no próximo mês de Março um relatório com valores revistos e uma análise das tendências do rendimento agrícola na União.

bovinos maiores de 30 meses, que deverá atingir cerca de 20 mil reses por semana.

A rápida aplicação do plano tem por grande objectivo proteger o consumidor e a gestão do mercado, disse o ministro da Agricultura francês, explicando que ao ter-se tomado a decisão na União Europeia (UE) de abater ou fazer testes em todos os bovinos com mais de 30 meses, vai «ser muito difícil vender animais que tenham superado essa idade». Por esse motivo, considerou que «a melhor forma de relançar o mercado é aplicar a decisão da UE o mais depressa possível».

Ano novo problemas velhos

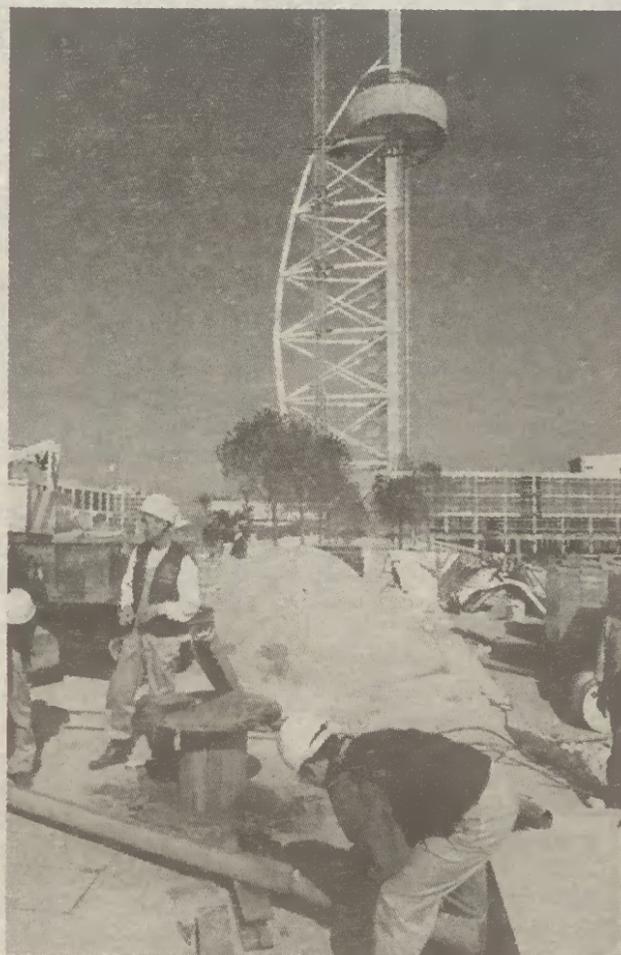
● Sandra Pimenta

Centro Cultural de Belém. Expo-98. As inúmeras auto-estradas construídas nos últimos anos em Portugal. Ponte Vasco da Gama. Barragem do Alqueva. Porto Capital da Cultura e Euro 2004. O que têm estes acontecimentos em especial e em comum?

em mão. Entregam-nos a um subempreiteiro que os coloca numa obra, encontram-lhes uma barraca para dormirem, e por fim ficam-lhes com um terço dos 70 a 80 contos que eles ganham por mês. Em Portugal, os engenheiros e médicos do Leste europeu continuam a passar fome e frio, mas, mesmo assim, o sacrifício vale a pena. Depois

de pago o «imposto» aos empregadores, vivem com o mínimo para terem forças para trabalhar, e o que resta enviam para a casa para sobrevivência das suas mulheres e filhos.

Que direitos pode ter um trabalhador que é «oficialmente» clandestino, embora trabalhe em obras cujo dono é o próprio Estado? Contrato de trabalho, nem vê-lo. Ordenado abaixo do mínimo e sujeito aos humores do patrão. Férias, feriados ou horas extraordinárias só por milagre. Baixa por doença ou assistência médica são obviamente inexistentes. E



Se prestarmos atenção verificamos que foram ou serão infra-estruturas construídas em grande parte por mão-de-obra estrangeira. Podemos mesmo afirmar que Portugal não seria o que é hoje sem a contribuição dos imigrantes, muitos dos quais vindos de países do Leste europeu.

Nos seus países de origem – a Ucrânia, a Roménia, a Bielorrússia, entre outros – são engenheiros civis, engenheiros electrotécnicos, engenheiros nucleares, cirurgiões, anestesistas ou físicos. E o que é mais triste é que ganham entre 20 e 25 contos por mês e morrem de fome, sem dinheiro para sustentar as suas famílias. Até que um dia decidem deixar tudo para trás, a família, os amigos, a pátria e o trabalho para que estão vocacionados, entregam mil a dois mil dólares a uma rede local da *mafia*, e desembarcam em Portugal com um visto de turistas, para tentar a sua sorte. Tempos houve em que eram logo barrados no aeroporto, ou nas fronteiras portuguesas pelo zelo assanhado do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Hoje já não são tratados como perigosos criminosos por este serviço, mas antes como imigrantes verdadeiramente imprescindíveis às obras públicas e, por arrasto, à construção civil privada. O processo de entrada é simples e quase nunca deixa pistas. Passada a fronteira, as *mafias* retomam-nos

quanto a seguro de acidentes de trabalho, só em sonhos.

Silêncio cúmplice

E eis que este Governo, dito socialista, de esquerda, da solidariedade e dos valores sociais cristãos, não só finge que não vê o que se passa, como se aproveita da situação para, à custa da exploração destes imigrantes, fazer obras que, como todos sabemos, apresenta na devida altura, ou seja, em época de eleições eleitorais. Aparentemente ninguém se rala: os patrões, porque descobriram um verdadeiro El Dorado em que é o próprio Estado que, não só lhes consente, como até fomenta o abuso desta operação cujos meios se revestem de uma total ilegalidade. E ainda, e por muito que nos custe, as associações que procuram acompanhar este tipo de problemas. Trocam o seu silêncio por um «trading off» com o Governo, com a simples e única justificação de não quererem mais trabalhadores no desemprego. Um país que passou anos a queixar-se dos maus tratos infligidos aos seus emigrantes, devia ter vergonha de fazer igual ou pior a cidadãos de outros países.

E é certo que, se interpelarmos o Governo, ele responderá com um discurso banal e gasto de que o problema é global e que isoladamente nada se pode fazer. E com isto dormem descansados – tão cristãos, tão solidários, tão socialistas.

França quer «revolução» na agricultura europeia

O titular francês da pasta da Agricultura, Jean Glavany, defendeu que a crise das «vacas loucas» (Encefalopatia Espongiforme Bovina) deve levar a «uma consciencialização que faça evoluir a agricultura europeia para uma revolução qualitativa».

Em entrevista publicada esta semana no diário «L'Humanité», Glavany considerou que «o modelo agrícola europeu deve evoluir em profundidade, dar apoio à produção, à segurança alimentar, ao emprego na agricultura e ao meio ambiente, entre outros vectores».

O problema das «vacas loucas» em França foi posto na

ordem do dia, em Outubro, com a presumível introdução fraudulenta de um animal doente num matadouro, o que obrigou a retirar toneladas de carne dos supermercados.

As vendas de carne bovina chegaram a cair em 50 por cento, e as exportações para países vizinhos foram brutalmente afectadas. Pelo menos 233 casos da doença das «vacas loucas» foram até hoje detectados em França desde 1991, 153 dos quais no ano 2000.

Na terça-feira, a França deu início a um programa de testes sistemáticos de detecção da doença das «vacas loucas» em

Lenine eleito «homem do século»

Os russos elegeram como «homem do século» do seu país o líder comunista Vladimir Lenine, o «pai da revolução», segundo sondagem divulgada na passada semana pela agência noticiosa Interfax.

Na sondagem foi pedido a 1500 russos que indicassem um nome para o «homem do século», sem que lhes fossem dadas sugestões. Cerca de 14 por cento dos russos citaram o nome de Lenine como a personalidade mais marcante do século. Em segundo lugar, com nove por cento, foi escolhido Estaline, o herdeiro e continuador da política de Lenine. Oito por cento escolheram o militante dos direitos humanos e Nobel da Paz Andrei Sakharov. Foram também citados Iuri Gagarine, Mikhail Gorbachev, Leonid Brejnev e Alexandre Soljenitsine.

Ucrânia condenada a «morte lenta»

O presidente ucraniano, Léonid Kutchma, declarou na passada semana que o país está condenado a uma «morte lenta» sem uma cooperação económica reforçada com a Rússia, noticiou a agência Interfax. «A perda do mercado russo significa a morte lenta» da Ucrânia, declarou Kutchma durante uma visita à região ucraniana de Lougansk, que mantém laços tradicionais com a vizinha Rússia.

A Rússia absorve entre 30 e 40 por cento das exportações ucranianas assegurando até 70 por cento dos seus fornecimentos energéticos. Kutchma congratulou-se ainda com os aumentos dos investimentos russos na Ucrânia, uma tendência que é contestada pelos partidos nacionalistas que temem ver o país voltar a ficar na órbita de Moscovo.

Despedimentos nas «.com» aumentam 600% nos EUA

Os despedimentos nas empresas «.com» norte-americanas ascenderam a 36 177 pessoas desde Julho passado, um acréscimo de 600 por cento em relação ao primeiro semestre do ano, segundo um estudo divulgado na passada semana pela empresa de recrutamento Challenger, Gray and Cristmas, citado pela Lusa.

Só em Dezembro, as empresas cujos negócios estão centrados na Internet suprimiram 10 459 empregos, um aumento de 19 por cento em relação a Novembro. O estudo adianta ainda que desde Dezembro de 1999 mais de 22 mil pessoas perderam os seus empregos nesta área e cerca de 16 por cento das 274 empresas de Internet fecharam. Os sectores mais afectados foram os serviços – área de consultoria, serviços financeiros e de informação –, responsáveis por 36 por cento dos despedimentos (mais de 8 mil). Seguiu-se o sector de retalho que dispensou mais de 5,4 mil funcionários.

Continua a saga nas cadeias chilenas

A greve de fome iniciada no dia de Natal nas prisões chilenas foi seguida na

«A liderança mundial dos EUA poderá ser a primeira vítima» de um Tribunal Penal Internacional, diz o Pentágono

Clinton assina tratado polémico

Clinton assinou, no último dia de 2000, o tratado para a criação de um Tribunal Penal Internacional (TPI) destinado a julgar «crimes contra a humanidade».

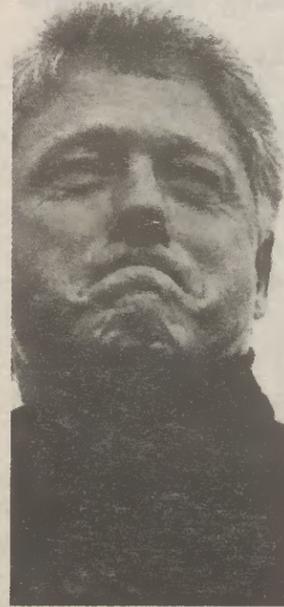
A decisão de assinar o tratado, que conta com a oposição do Pentágono e de numerosos congressistas, radica em razões estratégicas. De acordo com uma declaração do ainda presidente norte-americano, Bill Clinton, divulgada a partir de Camp David, apesar de a Casa Bran-

ca continuar preocupada com «aspectos significativos» do tratado considera-se que, subscrivendo-o, os EUA estarão em melhores condições para influenciar e proceder a ajustamentos do texto, em particular no respeitante à estrutura e modo de funcionamento do TPI. O Tribunal Penal Internacional, que ficará sediado na Holanda, terá uma jurisdição mais ampla do que o Tribunal de Haia, e destina-se a julgar indivíduos (e não Estados) acusados de genocídios, crimes de guerra e crimes contra a humanidade. A decisão de criar o TPI foi tomada em Junho de 1998, em Roma, e até à data o tratado constitutivo foi assinado por 139 países, embora apenas 27 o tenham ratificado. O TPI só poderá entrar em vigor quando for ratificado por sessenta países. Teoricamente, a criação deste tribunal visa completar os sistemas judiciais nacionais, tratando exclusivamente dos casos cuja gravidade e transcendência escapem ao âmbito judicial interno dos Estados.

Acima da lei

A oposição ao TPI tem fortes apoiantes nos EUA. De William Cohen, secretário da Defesa de Clinton, a Donald Rumsfeld, futuro chefe do Pentágono proposto por George Bush, passando pelo ultraconservador Jesse Helms, presidente do Comité de Relações Externas do Senado, muitos são os que rejeitam liminarmente qualquer possibilidade de que se fiscalize do exterior as acções dos EUA. O papel de fiscal da

O Pentágono rejeita que se fiscalize do exterior as acções dos EUA



humanidade, advogam, cabe por direito aos EUA, pelo que naturalmente a estes só resta

ficar acima da lei, o que dá muito jeito.

Com centenas de milhares de homens espalhados pelo planeta, directa ou indirectamente envolvidos em numerosos conflitos, o Pentágono prefere não correr riscos. Na sua opinião, um tribunal como o TPI poderá vir a actuar com motivações políticas contra soldados e diplomatas norte-americanos, o que seria inaceitável. Outros opositores do TPI consideram que os poderes do novo tribunal são demasiado amplos, pelo que podem privar os norte-americanos de direitos que lhes estão garantidos pela Constituição do país. Rumsfeld não hesita mesmo em afirmar que «a liderança mundial dos Estados Unidos poderia ser a primeira vítima» do futuro tribunal.

Clinton só diverge destas posições aparentemente: na verdade, o presidente cessante considera que estando dentro será mais fácil controlar o TPI, «negociando e representando os interesses do Governo e do Exército dos Estados Unidos», como afirmou o embaixador David Scheffer. Não o entende assim Jesse Helms, para quem a decisão de Clinton de subscrever o tratado «é uma tentativa flagrante de um presidente cessante de atar as mãos do seu sucessor». Helms promete por isso transformar «numa das principais prioridades do novo Congresso a retirada desta decisão», de forma a «proteger os homens e as mulheres em armas dos Estados Unidos da jurisdição de um tribunal internacional de ajuste de contas».

Um tribunal à la carte

De acordo com o estipulado no tratado de Roma, o TPI só poderá investigar os crimes cometidos após a sua entrada em vigor, ou seja, não terá efeitos retroactivos, e fora da sua alçada ficam delitos como o terrorismo e tráfico de drogas. O texto final contempla ainda a agressão contra qualquer Estado como um crime, mas este princípio foi deixado em suspenso até à definição do que se entende por «agressão», o que só poderá ser feito aquando da revisão do estatuto do TPI, sete anos depois da sua ratificação por 60 Estados.

Os EUA (tal como Israel, China, Iraque, Líbia, Qatar e Yémen) opuseram-se à criação do Tribunal, por recearem que o mesmo viesse a ser utilizado contra os seus interesses. Durante as negociações de Roma, os EUA chegaram a propor que os norte-americanos ficassem excluídos da jurisdição do tribunal quando actuassem sob as ordens directas do seu governo. A proposta não vingou.

No final de 2000, tal como os EUA, também Israel assinou o tratado de Roma que institui o TPI. Tal como os EUA, também Israel põe reservas às atribuições do tribunal e se propõe alterar o articulado em função dos seus interesses.

Médio Oriente

Processo de paz em fase decisiva

O líder palestino, Yasser Arafat, e o presidente egípcio, Hosni Mubarak, reuniram-se esta segunda-feira, no Cairo, para estudar a proposta de paz norte-americana para o médio oriente.

A reunião serviu para Arafat explicar a Mubarak quais os «esclarecimentos» que os palestinianos pediram ao presidente norte-americano Bill Clinton, sobre a proposta de paz com Israel. A questão principal, segundo Amr Mussa, chefe da diplomacia egípcia, é «se a iniciativa americana pode representar uma mudança qualitativa e em que condições».

O governo de Israel aceitou as propostas de Clinton como «base de negociações», mas Arafat pediu mais esclarecimentos ao governo norte-

-americano, principalmente no que se refere a mapas ilustrando o planos de divisão dos territórios.

Entretanto, Arafat seguiu esta terça-feira para um encontro com Bill Clinton em Washington. Nabil Aburedneh, porta-voz do líder palestino, disse que a viagem de Arafat é «decisiva para o futuro do processo de paz».

O primeiro-ministro israelita, Ehud Barak, afirmou ter dúvidas que seja alcançado um acordo israelo-palestino antes do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, abandonar a Casa Branca a 20 deste mês.

O plano norte-americano prevê que a soberania palestiniana de um futuro Estado Palestino se exerça sobre os bairros árabes de Jerusa-

lém, incluindo a Esplanada das Mesquitas que abriga o terceiro lugar santo do Islão, 95 por cento do território da Cisjordânia e cem por cento da Faixa de Gaza. Em troca, os palestinianos renunciarão ao «direito de regresso» de cerca de 3,7 milhões de refugiados que tiveram de abandonar as suas casas quando da criação do Estado de Israel em 1948.

Semana sangrenta

A violência continua no Médio Oriente, com a morte de um palestiniano atingido por tiros disparados por soldados israelitas na Faixa de Gaza. Sete árabes ficaram feridos atingidos na explosão de duas bombas perto de

assentamentos judaicos, em Gaza. Em resposta ao rebentamento soldados israelitas dispararam contra fazendas palestinianas, o que provocou a morte de um fazendeiro.

O ministro da Informação palestino, Yasser Abed Rabbo, condenou esta terça-feira o atentado anti-israelita no centro da cidade de Netanya, a 30 quilómetros a norte de Telavive, que provocou 42 feridos, um dos quais grave, segundo fontes hospitalares locais. «Nunca aceitaremos que os civis israelitas ou palestinianos sejam vítimas da violência», declarou o responsável palestino, realçando, que o atentado foi uma «consequência da violência exercida pelo exército israelita» contra os palestinianos.

passada semana por mais de 11 mil detidos, que reclamam melhores condições dos estabelecimentos prisionais. De acordo com a organização de familiares dos prisioneiros, um terço dos encarcerados chilenos aderiu à greve, obrigando a Igreja a intervir como entidade mediadora na procura de solução para o conflito.

Por outro lado, Hugo Espiniza, director dos serviços prisionais, já se mostrou disposto a «examinar as reclamações apresentadas».

Força de paz para Guiné

O envio de uma força de manutenção da paz para a fronteira da Guiné com a Serra Leoa e a Libéria foi o objectivo de uma reunião entre os responsáveis militares dos países da Comunidade Económica dos Estados Africanos do Oeste (CEDEAO), que decorreu na passada semana em Ibadan, Nigéria. A reunião realizou-se por iniciativa do Presidente do Mali, Alpha Oumar Konare, também presidente em exercício da CEDEAO, avançou à AFP, um oficial ligado à organização do encontro. A fronteira entre os três países tem uma extensão de 1215 quilómetros e tem sido palco, desde 1 de Setembro deste ano, de violentos combates entre o Exército guineense e o grupo armado.

Mulheres podem recorrer à ONU por discriminação

A ONU anunciou a entrada em vigor, a partir de quinta-feira passada, de um protocolo que permite às mulheres o recurso ao comité especializado da organização em caso de violação dos seus direitos. «O recurso será possível, sempre que as vítimas de discriminação tenham esgotado todos os meios legais nos seus próprios países», informou o porta-voz da ONU, Fred Eckhard. Eckhard recorda que, até agora, só 13 países ratificaram o protocolo adicional à Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, que foi assinada por 62 países dos 189 Estados membros da ONU.

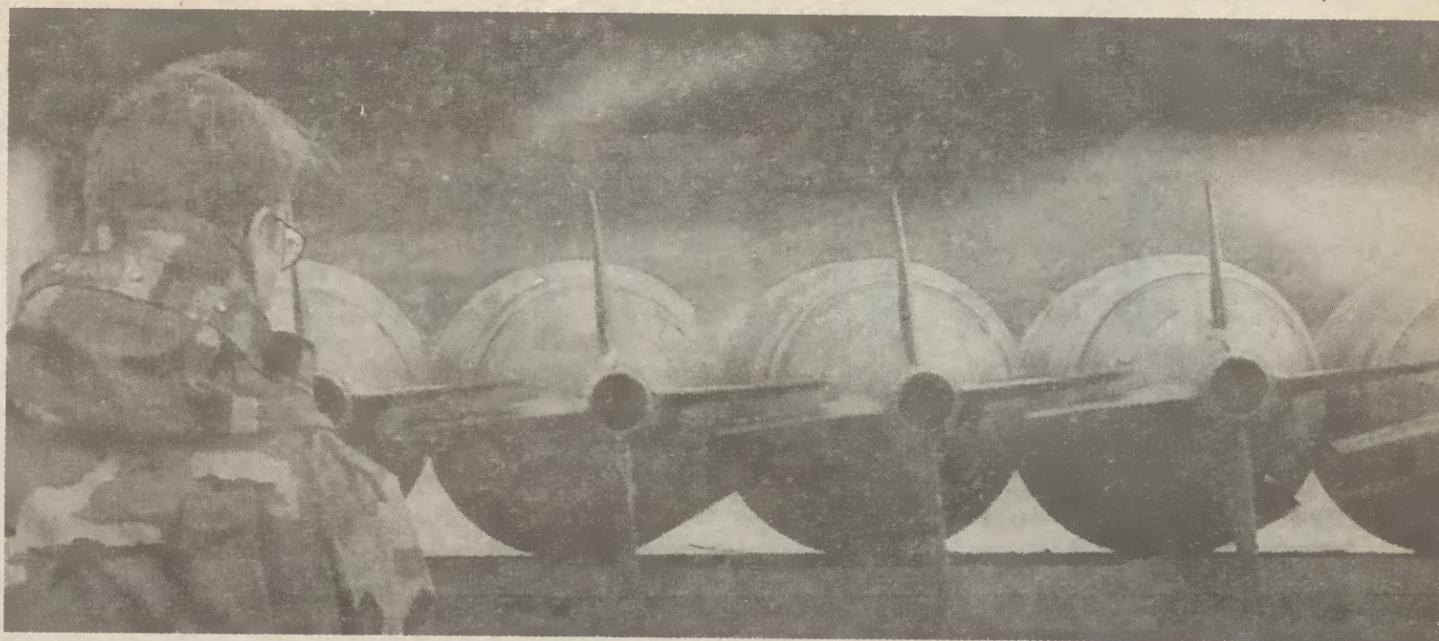
Em vigor há 20 anos, a Convenção proíbe os abusos contra as mulheres, mas só agora prevê igualmente a possibilidade de recurso às Nações Unidas.

Polícias detidos durante manifestação no México

Pelo menos cem polícias, que se manifestavam por melhores condições salariais, foram detidos, na passada semana, na Cidade do México, após confrontos, em vários pontos da capital, com membros da polícia de choque, anunciaram fontes da Força de Segurança Pública.

O presidente da Câmara, Andrés Manuel Lopez Obrador, lamentou os incidentes ocorridos e assegurou que iria satisfazer as exigências dos manifestantes. No entanto, o autarca advertiu que a sua administração «não permitirá mafias no seio da polícia e outros organismos».

A trágica morte do primeiro cabo Hugo Paulino, e as corajosas posições públicas da sua família trouxeram para a ribalta a utilização de urânio empobrecido (UE) pelas Forças Armadas da NATO. Desde há vários anos que a utilização de armas com UE, e as suas consequências, têm vindo a ser objecto de denúncia pública (nomeadamente no «Avante!» e no *Militante*), embora a questão tenha sido ignorada pela maioria da comunicação social.



Um papel de destaque nesta denúncia cabe, sem dúvida, ao *International Action Center (IAC)*, uma organização norte-americana fundada por um ex-Ministro da Justiça dos EUA, Ramsey Clark. Em Setembro de 1996 realizou-se uma conferência em Nova Iorque juntando cientistas, médicos, activistas pela paz, ex-militares e outras individualidades cujo trabalho ou experiência as ligava àquilo que, na altura, era ainda uma realidade escondida ou negada: as terríveis consequências da utilização militar do urânio empobrecido. As principais comunicações dessa conferência, bem como alguns outros depoimentos foram editados em livro pelo IAC no ano seguinte, com o título "Urânio Empobrecido: Metal da Desonra". Deixamos aqui algumas informações sobre o UE, sob a forma de per-

guntas e respostas, sendo as "perguntas" da responsabilidade do *Avante!* e as "respostas" excertos do livro (com a indicação dos autores desses textos e páginas do livro onde se encontram). Para mais informações, pode ser consultado o site da Internet do IAC, em <http://www.iacenter.org>.

Pergunta 1: O que é o urânio empobrecido?

Resposta: "Durante muitos anos, os Estados Unidos têm utilizado urânio empobrecido, um derivado da produção de combustível enriquecido para reactores e armas nucleares, com o fim de produzir munições, balas e invólucros protectores para tanques. Este urânio excedente, composto principalmente pelo isótopo do urânio U-238 chama-se 'empobrecido' porque contém um teor inferior ao habitual do isótopo U-235, o material físsil. Mas tem uma propriedade 'excelente' - é muito denso e capaz de penetrar veículos fortemente blindados. (...) Mas outra propriedade física, não tão desejável, é que o urânio empobrecido entra em combustão espontânea no momento do impacto, criando pequenas partículas aerossolizadas, com menos de 5 microns de diâmetro, o que é suficientemente pequeno para ser inalado. Pelo menos 70% do urânio contido nas armas é libertado sob esta forma no momento do impacto, e estas pequenas partículas podem deslocar-se a longas distâncias, transportadas pelo ar". (*Dra. Helena Caldicott, médica australiana, pg. 18*).

"O urânio empobrecido emite cerca de 60% da radioactividade do urânio que se encontra naturalmente, e tem uma meia-vida de cerca de 4500 milhões de anos. Como resultado de cerca de 50 anos de enriquecimento de urânio para utilização em armas e reactores nucleares, os EUA têm mais de 1100 milhões de libras de material residual de UE. No início dos anos 70, o Governo começou a explorar formas de eliminar o UE (...). O UE tem várias características que tornam a sua utilização em munições atraente: é extremamente denso, encontra-se disponível em grandes quantidades, e é oferecido gratuitamente aos fabricantes de armas.

Alguns factos sobre

O urânio empobrecido

(...) Munições de grande e pequeno calibre feitas com urânio empobrecido são altamente eficazes na penetração de blindados. Por outro lado, o Exército descobriu que a incorporação de UE na blindagem dos tanques tornava os tanques menos vulneráveis à penetração por munições convencionais." (*Dan Fahey, ex-militar dos EUA, e activista na questão do Síndrome da Guerra do Golfo, pg. 26*).

Pergunta 2: Desde quando é que são utilizadas armas com urânio empobrecido?

Resposta: "Durante a Guerra do Golfo, munições e armas feitas com urânio empobrecido foram utilizadas pela primeira vez em acção de combate⁽¹⁾. O Iraque e o norte do Kuwait foram um autêntico campo de ensaios para armas de urânio empobrecido. Mais de 940 mil balas de 30 milímetros recobertas com urânio e 'mais de 14 000 munições de alto calibre de UE foram consumidas durante a Operação Tempestade no Deserto/Escudo no Deserto' (citação do *US Army Environmental Policy Institute - Instituto do Exército dos EUA para Política Ambiental*). Estas armas foram utilizadas em todo o Iraque, sem preocupações quanto aos efeitos em termos de saúde e ambiente resultantes da sua utilização. Entre 300 e 800 toneladas de partículas e poeiras de UE foram espalhadas pelos solos e águas no Kuwait, Arábia Saudita e Iraque. Como resultado, centenas de milhares de pessoas, quer civis, quer soldados, sofreram os efeitos da exposição a estas armas radioactivas" (*Ramsey Clark, ex-ministro da Justiça dos EUA, pg. 21*).

Pergunta 3: Quais são os efeitos do urânio empobrecido em seres humanos?

Resposta: Dos 697 000 soldados dos EUA que serviram no Golfo, mais de

90 000 registaram problemas médicos⁽²⁾. Entre os sintomas registados incluem-se disfunções respiratórias, hepáticas e renais, perdas de memória, dores de cabeça, febre, baixa tensão arterial. Há malformações congénitas entre recém-nascidos. O urânio empobrecido é um forte candidato a responsável por muitos destes problemas. Os efeitos sobre a população do Iraque são bem maiores." (*Ramsey Clark, pg. 21*).

"Nos últimos cinco anos pude efectuar estudos em profundidade, no Iraque. Os resultados produziram provas abundantes que mostram como o contacto com munições de UE tem as seguintes consequências, em especial para as crianças:

- um aumento assinalável de doenças infecciosas provocadas por gravíssimas imunodeficiências, em grande parte da população;
- ocorrência frequente de herpes e zoster fortíssimas, mesmo entre crianças;
- síndromes do tipo da SIDA;
- uma síndrome até aqui desconhecida, provocada por disfunções renais e hepáticas;
- leucemia, anemia aplásica e neoplasias malignas;
- malformações congénitas provocadas por defeitos genéticos, também encontradas entre animais.

Os resultados dos meus estudos revelam semelhanças com os quadros clínicos recentemente descritos pela designação 'Síndrome da Guerra do Golfo' em soldados americanos e britânicos, e nos seus filhos. As malformações congénitas provocadas por defeitos genéticos em crianças americanas e iraquianas são idênticas." (*Prof. Dr. Siegwart-Horst Guenther, médico austríaco, pgs. 167-168*).

"Os resultados duma pormenorizada investigação epidemiológica e clínica efectuada por Al-Ani da Escola Médica de Bagdade, relativa a pessoal militar (todos homens) expostos ao UE mostra claramente os efeitos tóxicos radiológicos e químicos do urânio. (...) Os resultados evidenciaram claramente uma alteração dos padrões de diferentes tipos de cancro, bem como um aumento geral de cancros, em particular leucemias, cancros dos pulmões, ossos, cérebro, gastro-intestinais e do fígado. (...) Um dos resultados mais importantes do estudo é a diferença entre os padrões de doenças cancerosas entre

aqueles que estiveram expostos a explosões de UE e aqueles que não estiveram. (...) As percentagens de nados-mortos, anomalias congénitas e infertilidade secundária em famílias de militares expostos ao UE é, respectivamente, de 1,9, 5,2 e 5,7." (*Ashraf El-Bayoumi, chefe da Unidade de Observação do Programa Alimentar Mundial da ONU, entre Março de 1997 e Maio de 1998, pg. S3-S4*).

Pergunta 4: Os perigos do urânio empobrecido resultam apenas de exposições prolongadas?

Resposta: "Uma nota informativa emitida pelo Comando do Exército dos EUA para Armas, Munições e Agentes Químicos (AMCCOM) afirma:

Quando um objecto penetrante com UE atinge uma superfície alvo, grande parte da energia cinética dissipa-se na forma de calor. O calor do embate provoca a oxidação e combustão momentânea do UE. Daf resulta fumo, que contém um alto teor de partículas de UE. Estas partículas de urânio podem ser ingeridas ou inaladas, e são tóxicas.

(...) Ensaios de campo do Exército mostram que quando um veículo é atingido por um penetrador de UE, a contaminação mais intensa dá-se num raio de 5 a 7 metros do veículo. Mas partículas de UE lançadas para o ar pela força do impacto, ou pelos fogos ou explosões resultantes, podem ser transportadas pelo vento a distâncias de 25 ou mais milhas. (...) Os efeitos a longo prazo da entrada no organismo de urânio empobrecido não são totalmente conhecidos, mas o Exército admitiu que 'caso o UE entre no organismo, tem o potencial para gerar consequências médicas significativas'. Partículas de UE inaladas, de determinadas dimensões, podem albergar-se permanentemente nos pulmões. Partículas inaladas maiores podem ser expelidas dos pulmões e ser ingeridas. O UE também pode ser ingerido quando se leva as mãos à boca, ou através de abastecimento de água e alimentos. UE que seja ingerido, ou que penetre no organismo através de feridas, entrará no fluxo sanguíneo e viajará através do organismo, concentrando-se na sua maior parte no fígado, nos ossos ou nos rins. Os rins são os órgãos do corpo mais sensíveis à toxicidade do UE. Muito do UE ingerido será expulso do organismo através das fezes pouco tempo após a exposição, mas o UE que permaneça agirá como um agente tóxico químico e radiológico nos órgãos e ossos durante o resto da vida da pessoa." (*Dan Fahey, pgs. 28 e 36*).

⁽¹⁾ Armas com urânio empobrecido foram também utilizadas em larga escala pelas tropas dos EUA na guerra da Bósnia, em 1995-96, e na agressão à Jugoslávia, em 1999, como foi já reconhecido pela própria NATO.

⁽²⁾ Note-se que este texto é de 1996. Os números actuais são superiores.

Apesar dos protestos dos trabalhadores...

A Vauxhall vai desaparecer



• Manoel de Lencastre

O Novo Ano de 2001 começou de maneira catastrófica para um importante sector da indústria automóvel britânica. Aliás, o sector já pouco ou nada tem que possa considerar-se como nacional. Os carros são fabricados no país, é certo, mas os fabricantes são todos estrangeiros. Os meios do capitalismo, em geral, acham natural esta situação, mas o povo britânico, não. Entretanto, nas condições à vista, nada pode fazer-se, ou assim parece.

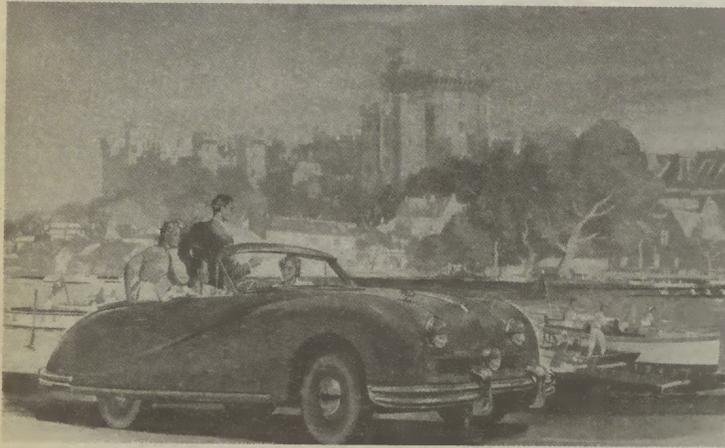
O caso que hoje vamos focar, é o da «Vauxhall», a fábrica da General Motors que funciona desde 1905 na cidade de Luton, condado de Bedfordshire. A direcção da famosa companhia americana, primeira fabricante mundial, decidiu suspender as operações da «Vauxhall» e encerrar as instalações em Luton dentro dos próximos 15 meses atirando para o desemprego mais de 2000 trabalhadores. Em fúria, cerca de 500 operários juntaram-se à porta do edifício da administração exigindo explicações. Mas, em breve, as palavras de Nick Reilly, «chairman» da filial britânica da General Motors, lhes suavizou os ímpetos. E foi como que o princípio de um grande funeral.

A «GM» está a sofrer perdas tanto no mercado europeu como no americano notando-se uma sensível quebra nas

desiludidos. E na Casa Branca repetir-se-á a velha máxima segundo a qual «tudo o que é bom para a General Motors, é bom para os Estados Unidos».

Qualquer observador menos atento à história da indústria automóvel, ao ouvir mencionar a cidade de Luton, tenderá a recordar o clube de futebol, Luton Town Football Club ou o conhecido aeroporto de onde um vasto sistema de aviação comercial «charter», servindo a indústria do turismo, transporta cerca de 2,5 milhões de pessoas em tempo de férias, anualmente. Mas, Luton, como estamos a ver, é uma cidade industrial onde a «Vauxhall» dispõe de uma posição dominante. A fábrica não é inglesa, é certo. Mas a sua existência põe muitas actividades na cidade e dá trabalho a numerosos contingentes de trabalhadores especializados.

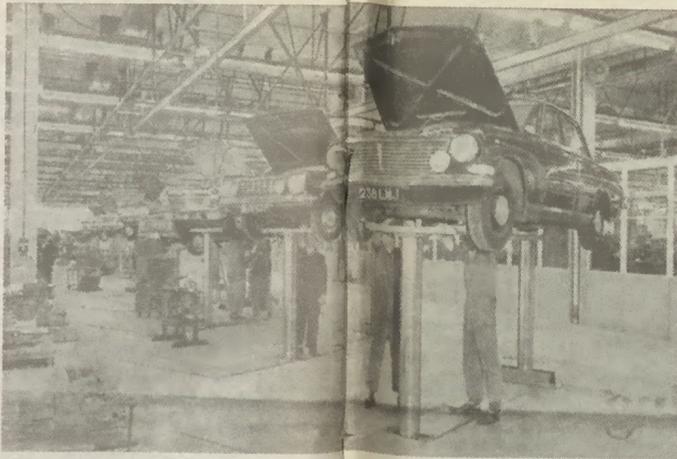
O Austin A 10



vendas da marca de carros «Vectra». Assim, em consequência de inevitáveis medidas de reestruturação, sempre tão queridas dos capitalistas, a grande companhia vai reduzir a produção nas suas fábricas europeias em 400 000 carros, anualmente, o que implicará o despedimento, também na Alemanha, de outros 3000 trabalhadores. Nas fábricas americanas, a GM vai acabar com o fabrico de uma das mais antigas marcas, a «Oldsmobile», e isso fará reduzir em 10% a mão-de-obra empregue no conjunto. Ainda na Europa, os «Vectra» passarão a ser fabricados pela Opel, que também pertence à GM, nas fábricas alemãs de Russelheim.

Estas decisões, satisfarão, sem dúvida, os accionistas da gigantesco monopólio americano. Todos eles dormirão mais tranquilos. Mas os trabalhadores, que não vivem de dividendos, têm múltiplas razões para se sentirem insatisfeitos e

Evidentemente, os ingleses já estão habituados a sofrer, década após década, o declínio e a morte das suas tradicionais indústrias. O seu orgulho imperial, mesmo a nível da classe trabalhadora, sofreu muitas derrotas e, por isso, quase desapareceu. E agora, tal como outros, já não se importa de fornecer, simplesmente, a sua força de trabalho contra salários que permitam o pão e mais alguns confortos que os capitalistas lhes vendem. Porém, quando o encerramento da «Vauxhall» foi anunciado, sentiram na pele, no coração, nos próprios bolsos, os dedos viscosos do capitalismo americano a suprimir-lhes o valor salarial do seu trabalho. Ao cancelarem-lhes o emprego, os capitalistas transatlânticos lançaram-nos para o já alagadíssimo e saturado mercado de pessoas que sabiam fabricar automóveis e não estarão preparadas, legitimamente, para ir servir sandes nos cafés ou chás em casas de especialidade.



Fábrica da Vauxhall durante o período áureo dos anos 60

Reacções dos trabalhadores e de outros ...



Os operários da «Vauxhall» sentiram-se traídos porque a fábrica era tida como uma daquelas que se manteria, ali, resistindo sempre aos infernos e às bonanças características do sistema do mercado.

Bob Bungal, de 25 anos, disse: «O meu pai trabalhou nesta fábrica durante muitos anos e eu segui-lhe os passos. Sempre pensámos que o nosso emprego estaria garantido numa importante fábrica como esta. Mas fomos traídos. A produtividade do trabalho aumentava todos os anos. A qualidade dos carros aqui produzidos era sempre elevada. Durante anos a fio, aceitámos aumentos salariais pequeníssimos, na verdade, ridículos, tendo em conta a necessidade de conservarmos os nossos postos de trabalho. De que valeu a nossa fidelidade à companhia? Eles nem tiveram a decência de nos informarem, directamente. Todos nós soubemos o que vai acontecer através dos noticiários da televisão»

Anil Patel, de 59 anos, declarou: «Fui despedido por eles, há 24 anos, quando trabalhava na 'Bedford', a fábrica que produzia carrinhas de carga. Levei vários anos para reorganizar a minha vida com uma pequena loja de venda de jornais. Claro que os meus clientes eram os trabalhadores da 'Vauxhall'. Agora, acontece isto ...»

Um operário da fábrica de carroçarias de Pegurform, associada ao conjunto da «Vauxhall», disse: «Há vários meses, disseram-nos que a libra forte estava a prejudicar as exportações, mas juraram que os nossos empregos eram sólidos, seriam para sempre. Mentiram-nos.»

No escritório local da «William Hill» (apostas), o respectivo gerente afirmou: «O que acabamos de saber, devastará o nosso negócio. Operários sem trabalho, não podem apostar. Teremos de fechar o estabelecimento. Também eu irei para a rua.»

Chris Whitting, outro operário a caminho do despedimento, confirmou: «Ainda ontem, no turno da noite, fabricámos 400 carros. Ninguém nos disse o que ia acontecer. Já trabalho na 'Vauxhall', há 24 anos. O que vai ser, agora, o meu futuro, o da minha mulher, o dos meus filhos?»

A deputada trabalhista por Luton, Margaret Moran, declarou: «Isto não pode ser assim. A fábrica 'Vauxhall', na nossa circunscrição, dá trabalho indirecto a mais de 50 000 pessoas. A comunidade lutar contra a decisão de fechá-la, por todos os meios.» Foram bonitas, como sempre as palavras da deputada do «New Labour». Mas a classe trabalhadora britânica, está de há muito vacinada contra o belo palavreado dos políticos trabalhistas que vivem, eternamente, uma ansiosa trajectória de caça aos votos.

O secretário-geral da central sindical única, a TUC (Trades Unions Congress), John Monks, que perfeitamente sabe nada poder fazer pelos trabalhadores da «Vauxhall», fez o seguinte comentário: «Na Grã-Bretanha, as grandes fábricas tradicionais já começaram a tornar-se como espécies raras em vias de desaparecimento. É preciso apoiar a indústria transformadora e trabalhar para que a taxa de câmbio da libra seja competitiva»

Esta questão da taxa competitiva só pode fazer-nos sorrir. Como Mr. Monks muito bem sabe, o negócio dos câmbios, com a libra esterlina fora do «Euro», continua a produzir lucros gigantescos aos Bancos e a financeiros e investidores neste e noutros países. São eles quem manipula o valor da libra. Na verdade, para que os trabalhadores conseguissem ver a libra cotada a uma «taxa competitiva», teriam de fazer uma revolução, nacionalizar os Bancos e o comércio externo e partir, depois, para o mais radiante de todos os desconhecidos. Mas valerá a pena ...

O que disse o governo do «New Labour»

Segundo «The Daily Telegraph» (13.12.2000), os trabalhadores da «Vauxhall» podem esperar simpatia e bons conselhos por parte do governo «New Labour» (socialista ao serviço do imperialismo), mas nada mais. Minutos após o anúncio de que a fábrica da GM em Luton vai fechar, o sempre diligente secretário de Estado para o Comércio e a Indústria, Stephen Byers, foi lesto em divulgar medidas para suavizar o impacto daquele grave acontecimento junto das respectivas vítimas. Assim, organizações estatais, disse o poderoso ministro, trabalharão dia e noite para

auxiliar o comércio local nos seus negócios e os trabalhadores despedidos na procura de outros trabalhos. Daquilo que conhecemos da Grã-Bretanha, é mais do que certo que, dentro de dois anos, os trabalhadores da «Vauxhall» estarão completamente esquecidos e terão acabado a mendigar o subsídio de desemprego (35 contos semanais), a lavar pratos em restaurantes e «pubs», ou como taxistas de «mini-cabs» (táxis particulares especialmente solicitados durante a noite) contra salários de miséria.

A verdade é que o fim chegou. E o

fim repetir-se-á dia a dia, todos os dias ... todos os dias. Mesmo aqueles que ignoram o porquê destas coisas e se sujeitam ao jogo de roleta do mercado, sabem, intimamente, que chegarão ao fim, que já ninguém lhes dará trabalho. Tornaram-se inúteis. Foram desclassificados, excluídos. Quem, na verdade, quer um antigo operário da «Vauxhall»? O que os espera, são os mini-«jobs» acima referidos e, depois, o desaparecimento.

Entretanto, o primeiro-ministro, Tony Blair, também achou que seria de circunstância dizer alguma coisa sobre o fecho da «Vauxhall». Eis as suas iluminadas palavras: «Trata-se de muito más notícias. Mas tenho de notar que dos 5000 empregos que a GM vai suprimir, cerca de 2000 ocorrerão na Alemanha.» Por sua vez, um alto funcionário do governo britânico gritou: «Se a culpa de tudo isto cai sobre o elevado valor da libra, porquê, então, tantos despedimentos na Alemanha?»

O porta-voz da oposição conservadora, David Heathcoat-Amory, também teve o seu desabafo, dizendo: «Já se esperava. A 'Vauxhall' não podia suportar a elevada carga de impostos que lhe imputam»

Apetece, francamente, voltar às palavras de Shelley: «Homens de Inglaterra! Eles são poucos, mas vós sois muitos!»

A fábrica de Dagenham também em perigo



ATVer

O cartaz original
«D. Giovanni»
de Losey

Beleza Roubada

(Sexta-feira, 23.50, RTP1)

A obra de **Bernardo Bertolucci** passa como se sabe por grandes contrastes, de género e até de qualidade (lembramos «Novecento», «O Último Imperador» ou o recentemente exibido na televisão «O último Tango em Paris», para falar nalguns dos melhores). Mas competência técnica ninguém lhe nega. Este «Beleza Roubada» anuncia-se como uma história intimista e simples, o romance de uma rapariga em busca da sua identidade e de um pai desconhecido, com dois grandes actores, **Liv Tyler** e **Jeremy Irons** e uma esplendorosa paisagem toscana de que Bertolucci soube também fazer personagem.

Filha de Soldado Nunca Chora

(Sexta-feira, 02.50, RTP1)

Outro romance adaptado por um perito em



Bacall-Bogart num fotograma de «Ter ou Não Ter»

reconstituições de época e ambientes também intimistas, James Ivory, autor de filmes como «Regresso a Howard End» ou «Quarto com Vista sobre a Cidade». Sem desprimor para a competência eminentemente cinematográfica de Ivory, ver «Filha de Soldado Nunca Chora» – adaptado de uma autobiografia do escritor James Jones, um americano que viveu em Paris nos anos 60 e 70 (do século passado...) e dali testemunha as grandes transformações dessa época, é uma outra forma de «ler». A destacar no elenco Barbara Hershey, um grande talento frequentemente despercebido.

Basquiat

(Sexta-feira, 00.30, RTP2)

Eis um filme insólito: Julian Schnabel é um conhecido pintor nova-iorquino feito cineasta com este (único?) filme, de que é também o argumentista, aparentemente para intervir numa polémica que agita os meios artísticos americanos, especificamente nova-iorquinos: Jean-Michel Basquiat é, sim ou não, um «verdadeiro artista»? Ainda agita, apesar de Basquiat, que nos anos oitenta se fez notar pelos seus «graffitis» nas ruas de Nova Iorque, considerado por muitos – Schnabel incluído – um precursor, que foi protegido e promovido entre outros por Andy Warhol, e que haveria de morrer de uma overdose aos 27 anos, estar hoje representado em Museus e ser objecto de estudos que se multiplicam. Para muitos de nós será a oportunidade de aprender um pouco sobre esta nova manifestação artística e sobre algumas tendências da arte contemporânea.

D. Giovanni

(Domingo, 00.15, RTP2)

Geralmente considerado um dos raros filmes-ópera dignos da obra que lhes deu origem (será?, interpelarão os puristas...), aliás galardoado com o Grande Prémio do Cinema Francês Jean Le Duc de 1979, este **D. Giovanni** de Mozart encenado para o cinema por **Joseph Losey** é pelo menos uma rara reunião de talen-



Harrison Ford na pele de Dr. Kimble, «O Fugitivo»



Jean Michel Basquiat

tos, atrás e à frente das câmaras. A começar pelo próprio realizador (que foi, recorde-se, um dos excluídos pelo maccarthismo, forçado ao exílio na Europa e em filmes de série B, mas que sempre manteve o seu apego à luta pela justiça social e a tolerância), com a fabulosa fotografia de Gerry Fisher, os décors de Alexandre Trauner e, evidentemente, a qualidade musical da orquestra e coro da Ópera de Paris. Entre os solistas, algumas das incontestadas vozes de ouro do nosso tempo: Ruggero Raimondi, Kiri Te Kanwa, Teresa Berganza.

O Fugitivo

(Domingo, 21.30, SIC)

«O Fugitivo», o «Dr. Kimble», lembram-se? Foi uma das primeiras sagas da TV em Portugal, uma história interminável do tempo em que não havia telenovelas brasileiras. A gente entretinha-se – era o que havia... Visto hoje (há tempos houve uma reposição de pelo menos alguns episódios) custa a acreditar como foi possível esticar tanto uma tal história. Este **Fugitivo**, porém, conta tudo em 130 minutos – e conta muito melhor! Num ritmo imparável, e em notável duelo de actores, **Harrison Ford** e **Tommy Lee Jones**, que haveria de dar ao segundo um Óscar.

Ter ou Não Ter

(Terça, 23.00, RTP2)

Último e no entanto primeiro destaque desta semana é este «Ter ou Não Ter», um dos títulos míticos saídos dos estúdios da Warner Brothers nos anos 40, de um dos seus mais prolíficos autores. Profundamente americano na escolha de cenários e intrigas, **Howard Hawks** foi dos que soube transpor para o cinema essa nova cultura dos grandes espaços e dos «heróis» que o conquistaram, da cidade pós-Depressão e dos conflitos que nela se emaranhavam. Depois dele, com «rostos»: John Wayne, Paul Muni, Bogart, Gary Grant...; com «mulheres»: Carole Lombard, Hepburn, Marilyn...; com «pares» – como este **Bogart-Lauren Bacall**, ela no seu primeiro filme. **Ter ou Não Ter**, adaptado por William Faulkner e Jules Furthman do «pior» romance de Hemingway segundo o próprio escritor, tem evidentes semelhanças no conflito e personagens com «Casablanca», que vimos há poucos dias, aparecido dois anos antes, e «prepara» o clima de «À Beira do Abismo», obra-prima, que o próprio Hawks realizaria dois anos depois. Feito num maravilhoso preto e branco, este foi um dos filmes criminosamente adulterados pela «colorização» a que a indústria se dedicou há uns anos, mas a RTP vai certamente exibir a versão original.

Quinta, 4

▼ RTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 08.35 Guia Dia a Dia
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.30 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 Marcas da Paixão
- 16.25 Rosalinda
- 17.30 Quem Quer Ser Milionário?
- 18.05 Quebra Cabeças
- 18.40 Ajuste de Contas
- 19.30 Regiões
- 19.50 Campanha Eleitoral PR 2001
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Café da Esquina
- 21.30 Debate com os 5 Candidatos à Presidência da República
- 00.30 24 Horas
- 00.55 Turnos de Risco
- 01.55 «A Mulher Proibida» (de Philippe Harel, Fr./1997, com Isabelle Carré, Philippe Harel. Drama)

▼ RTP2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 13.00 Vila Faia
- 14.00 Avenida Brasil
- 14.50 Zapping
- 15.50 Euronews
- 17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
- 19.30 Onda Curta (Rep.)
- 20.00 Cidade Louca
- 20.30 Viver no Campo
- 21.00 Viagem ao Maravilhoso
- 21.30 A Evolução do Cérebro
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 Duas Vozes
- 24.00 «Libertárias» (de Vicente Aranda, Esp./1995, com Ana Belen, Victoria Abril, Ariadna Gil, Miguel Bosé. Drama)
- 01.45 Gente da Cidade... Lisboa
- 02.50 Avenida Brasil

▼ SIC

- 08.00 Buêrére
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 História de Amor
- 15.00 Aquarela do Brasil
- 16.00 Fátima Lopes
- 17.00 O Cravo e a Rosa
- 18.00 Malhação
- 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
- 19.10 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite



A série «Ally McBeal» volta à TVI terça-feira próxima

- 21.00 Bairro da Fonte
- 22.00 Laços de Família
- 23.00 «TNT» (de Robert Radler, EUA/1997, com Eric Roberts, Olivier Cruner, Rebecca Staab. Acção)
- 01.20 Último Jornal
- 01.50 Os 7 Magníficos

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 12.15 «Big Estrelas»
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 «Big Estrelas»
- 14.45 Tiro e Queda
- 15.10 Batatoon
- 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
- 19.30 «Big Estrelas»
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Jardins Proibidos
- 22.10 «Big Estrelas»
- 23.10 Longa Metragem (Erdito)
- 01.00 Última Edição
- 02.00 Seinfeld
- 02.40 Os Segredos de Verónica

Sexta, 5

▼ RTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 08.35 Guia Dia a Dia
- 10.00 Praça da Alegria
- 12.30 Regiões
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.55 Emoções Fortes
- 15.30 Marcas da Paixão
- 16.25 Rosalinda
- 17.30 Quem Quer Ser Milionário?
- 18.05 Quebra Cabeças
- 18.40 Ajuste de Contas



«Volfrâmio, A Febre do Ouro Negro», mais uma série portuguesa que recua aos tempos da 2ª Guerra.

▼ RTP2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Iniciativa
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto
- 19.00 «O Príncipe Valente» (de Henry Hathaway, EUA/1954, com James Mason, Janet Leigh, Robert Wagner, Debra Paget, Sterling Hayden. Aventuras)
- 21.00 Programa não designado
- 21.30 Jornal África
- 22.00 Horizontes da Memória
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 O Lugar da História
- 24.00 Brit Com («Liga de Cavalheiros» especial)
- 01.00 «A Carne» (de Marco Ferreri, It./1991, com Sergio Castellitto, Francesca Dellera. Erótico)
- 02.30 Prazeres

▼ RTP2

- 07.00 Hora Viva
- 09.45 Espaço Infantil-Juvenil
- 13.00 Vila Faia
- 14.00 Avenida Brasil
- 14.50 Duas Vozes
- 15.50 Euronews
- 17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
- 18.30 Informação Religiosa
- 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
- 19.30 Andamentos (Rep.)
- 20.00 Cidade Louca
- 20.30 Viver no Campo
- 21.00 Viagem ao Maravilhoso
- 21.30 A Evolução do Cérebro
- 22.00 Acontece
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 A Outra Face da Lua
- 00.30 «Basquiat» (de Julian Schnabel, EUA/1996, com Jeffrey Wright, David Bowie, Michael Wincott. Ver Destaque)
- 02.50 Avenida Brasil

▼ SIC

- 08.00 Buêrére
- 10.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 História de Amor
- 15.00 Aquarela do Brasil
- 16.00 Uma Aventura
- 17.00 O Cravo e a Rosa
- 18.00 Malhação
- 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
- 19.10 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Querido Professor
- 22.10 Cuidado com as Aparências
- 23.00 Herman Sie
- 01.20 Último Jornal
- 01.50 «Emmanuelle 4» (de Francis Leroy, 1983, com Sylvia Kristel, Mya Nigren, Patrick Bauchau. Erótico)

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 12.15 «Big Residentes»
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Contra-Ataque
- 14.30 «Big Residentes»
- 15.30 Caras Lindas
- 16.45 «Cosmie Shock» (Filme com Connie Sellecca, Ed Marinaro, William Devane. Aventuras)
- 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
- 19.30 «Big Residentes»
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 «Big Residentes»
- 22.00 Jardins Proibidos
- 23.00 Bora Lá Marina
- 23.40 112
- 00.10 «Entre Amor e ódio» (Filme com Barry Bostwick, Cameron Daddo)
- 02.10 «Instinto Selvagem» (Filme com Elizabeth Montgomery, Maureen O'Sullivan)
- 04.10 PSI Factor III

Sábado, 6

▼ RTP1

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Top +
- 15.15 7 em Miami
- 15.50 Programa não designado
- 18.10 Felicity
- 17.50 Alves dos Reis
- 19.00 Ajuste de Contas
- 18.45 Campanha Eleitoral PR 2001
- 18.55 Futebol – Sporting – Campomaiorense
- 21.00 Telejornal
- 21.35 Santa Casa
- 23.15 Lei Marcial (2 episódios)
- 01.15 24 Horas
- 01.40 Máquinas
- 02.25 «Velvet Goldmine» (de Todd Haynes, EUA/1998, com Jonathan Rhys Meyers, Ewan McGregor. Drama)

▼ RTP2

- 07.00 Euronews
- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Iniciativa
- 14.00 Parlamento
- 15.00 Desporto
- 19.00 «O Príncipe Valente» (de Henry Hathaway, EUA/1954, com James Mason, Janet Leigh, Robert Wagner, Debra Paget, Sterling Hayden. Aventuras)
- 21.00 Programa não designado
- 21.30 Jornal África
- 22.00 Horizontes da Memória
- 22.30 Jornal 2
- 23.00 O Lugar da História
- 24.00 Brit Com («Liga de Cavalheiros» especial)
- 01.00 «A Carne» (de Marco Ferreri, It./1991, com Sergio Castellitto, Francesca Dellera. Erótico)
- 02.30 Prazeres



Filmes de animação de dois jovens autores portugueses, Isabel Aboim (na foto) e José Pedro Cavaleiro (ambos exibidos na Festa 2000), no «Onda Curta» de domingo

▼ SIC

- 07.30 Zip Zap
- 11.15 Dá-lhe Gás
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 «Beleza Fatal» (de Tom Holland, EUA/1987, com Whoopi Goldberg, Sam Elliott, Ruben Blades. Comédia)
- 16.00 «Nove Meses» (de Chris Columbus, 1995, com Hugh Grant, Julianne Moore, Jeff Goldblum. Comédia)
- 18.00 Malhação
- 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
- 19.10 Uga Uga
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Querido Professor
- 22.10 Cuidado com as Aparências
- 23.00 Herman Sie
- 01.20 Último Jornal
- 01.50 «Emmanuelle 4» (de Francis Leroy, 1983, com Sylvia Kristel, Mya Nigren, Patrick Bauchau. Erótico)

▼ TVI

- 08.30 Animação
- 12.15 «Big Residentes»
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Contra-Ataque
- 14.30 «Big Residentes»
- 15.30 Caras Lindas
- 16.45 «Cosmie Shock» (Filme com Connie Sellecca, Ed Marinaro, William Devane. Aventuras)
- 19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
- 19.30 «Big Residentes»
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 «Big Residentes»
- 22.00 Jardins Proibidos
- 23.00 Bora Lá Marina
- 23.40 112
- 00.10 «Entre Amor e ódio» (Filme com Barry Bostwick, Cameron Daddo)
- 02.10 «Instinto Selvagem» (Filme com Elizabeth Montgomery, Maureen O'Sullivan)
- 04.10 PSI Factor III

Domingo, 7

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Jet 7
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Made in Portugal
15.15 Providence
16.15 Casa da Saudade
17.05 Agora É que São Eles
18.30 Alves dos Reis
19.30 Campanha Eleitoral PR 2001
20.00 Telejornal



É hoje às 21 e 30 que se realiza na RTP1 um debate com António Abreu e os quatro outros candidatos à Presidência da República

21.00 Histórias da Vida Como Ela É
22.10 Domingo Desportivo
00.15 24 Horas
01.30 «Gangster» (de Volker Einrauch, Alem./2000, com Frank Gierring, Laura Tonke. Comédia)

▼ RTP2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 A Outra Face da Lua
13.00 2001
13.30 Andamentos
14.00 Desporto
18.30 Super Human
19.25 Campanha Eleitoral PR 2001
20.00 Deceit
21.00 Onda Curta («De Cabeça Perdida», de Isabel Aboim, Port./1999; «Cof Cof», de José Pedro Cavalheiro, Port./1999. Curtas Metragens de Animação)
21.30 Artes e Letras - «Annie Sophie Von Otter»
22.30 Jornal 2
23.00 Programa não designado
00.15 «Don Giovanni» (de Joseph Losey, Fr.-It.-RFA/1979, com Ruggero Raimondi, Kiri Te Kanawa, Teresa Berganza. Ver Destaque)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show
17.45 «Desafio Total» (de Paul Verhoeven, EUA/1990, com Arnold Schwarzenegger. Ficção Científica)
19.50 Campanha Eleitoral PR 2001
20.00 Jornal da Noite
21.00 Balada de Big Al
21.30 «O Fugitivo» (de Andrew Davies, EUA/1993, com Harrison Ford Ford, Tommy Lee Jones, Julianne Moore. Ver Destaque)
23.30 Mundo VIP
22.50 «Cavalcada para a Morte» (de Geoff Murphy, EUA/1990, com Emilio Estevez, Kiefer Sutherland, Lou Diamond Phillips. Aventuras)
02.50 Último Jornal

▼ TVI

08.30 Animação
10.15 «Big Estrelas»
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 Aquanautas
15.00 O Seu Último Desejo (Filme com Maureen O'Hara, Eric Soltz)
17.00 Roberto Leal
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.30 «Big Estrelas»
20.00 Jornal Nacional
21.00 «Big Estrelas»
22.00 Jardins Proibidos
22.45 Super Pai
00.15 «Gente Fina - Um Vira-latas no Parlamento» (Filme com Eddie Murphy, Lane Smith, Joe Don Baker)
02.45 «O Erro do Assassino» (Filme com Michael Dudikoff, Tim Matheson, Tom Everett)
04.45 PSI Factor III

Segunda, 8

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças



É hoje às 21 e 30 que se realiza na RTP1 um debate com António Abreu e os quatro outros candidatos à Presidência da República

18.40 Ajuste de Contas
19.30 Regiões
19.50 Campanha Eleitoral PR 2001
20.00 Telejornal
21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.40 Volfrâmio - A Febre do Ouro Negro (Parte I)
22.40 Jogo Falado
00.30 24 Horas
01.00 «O Outro Lado da Noite» (de Mary Lambert, EUA/1987, com Ellen Barkin, Gabriel Byrne, Julien Sands, Isabella Rossellini, Jodie Foster. Drama)
01.45 24 Horas

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Vila Faia
14.00 Mares das Índias
14.50 Parlamento (Rep.)
15.50 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.30 Rotações
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Viagem ao Maravilhoso
21.30 A Evolução do Cérebro
22.00 Acontece
23.00 Jornal 2
23.00 «Ter ou Não Ter» (de Howard Hawks, EUA/1944,

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.10 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.00 Roda dos Milhões
24.00 Último Jornal
00.40 «Mafia!» (de Jim Abrahams, EU/1998, com Jay Mohr, Billy Burke, Lloyd Bridges, Olympia Dukakis. Comédia)

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Roberto Leal
12.15 «Big Estrelas»
13.00 TVI Jornal
14.00 «Big Estrelas»
14.45 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.30 «Big Estrelas»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 «Big Estrelas»
23.20 Super Pai
00.20 Pretender
01.20 Os Homens do presidente
03.10 Seinfeld
03.50 Profiler

Terça, 9

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.30 Regiões
19.50 Campanha Eleitoral PR 2001
20.00 Telejornal
21.15 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
21.45 Patilhas e Ventoinha
22.30 João Nicolau Breyner
00.10 Dinheiro Vivo
00.40 24 Horas
01.10 Desconhecidos
02.10 «Manhã de Páscoa» (de Alessandro Blasetti, It.-Fr./1950, com Aldo Fabrizzi, Gaby Morlay. Comédia)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 Vila Faia
14.00 Mares das Índias
14.50 O Lugar da História
15.50 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.30 Bombordo (Rep.)
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Viagem ao Maravilhoso
21.30 A Evolução do Cérebro
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 «Ter ou Não Ter» (de Howard Hawks, EUA/1944,



Annie Sophie von Otter, mezzo soprano, uma das grandes vozes da actualidade: no «Artes e Letras» deste domingo

com Humphrey Bogart, Lauren Bacall, Walter Brennan. Ver Destaque)
00.40 No Rasto do Mal
01.40 Rotações
02.25 Mares das Índias

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.10 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 Laços de Família
22.00 Laços de Família
23.00 «Predador 2» (de Stephen Hopkins, EUA/1990, com Danny Glover, Gary Busey, Maria Conchita Alonso. Ficção Científica)
02.00 Sai de Baixo
02.45 Último Jornal
03.15 Toda a Verdade

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Roberto Leal
12.15 «Big Estrelas»
13.00 TVI Jornal
14.00 «Big Estrelas»
14.45 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.30 «Big Estrelas»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 «Big Estrelas»
23.10 «U.S. Marshals» (de Stuart Baird, EUA/1998, com Tommy Lee Jones, Wesley Snipes, Robert Downey Jr. Thriller)
01.40 Ally McBeal
02.40 Última Edição
03.30 Seinfeld

Quarta, 10

▼ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.25 Rosalinda
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.05 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.15 Campanha Eleitoral PR 2001
19.45 Regiões
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Benfica-CSKA Sófia
23.00 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?
23.45 24 Horas
00.15 Turnos de Risco
01.15 «Prazer e Histeria» (de Jan Bucquoy, Bélg./2000, com Jan Bucquoy, Evelyne Letwe. Comédia)

▼ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Horizontes da Memória
13.10 Vila Faia
14.00 Mares das Índias
15.00 Artes e Letras (Rep.)
16.00 Euronews
17.30 Querida, Encolhi os Miúdos
18.30 Informação Religiosa
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.30 2001
19.30 Pelo Mundo Fora
20.00 Cidade Louca
20.30 Viver no Campo
21.00 Viagem ao Maravilhoso
21.30 A Evolução do Cérebro
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping



Annie Sophie von Otter, mezzo soprano, uma das grandes vozes da actualidade: no «Artes e Letras» deste domingo

24.00 Sinais do Tempo
01.00 Departamento de Homicídios
01.55 Mares das Índias

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 História de Amor
15.00 Aquarela do Brasil
16.00 Fátima Lopes
17.00 O Cravo e a Rosa
18.00 Malhação
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.10 Uga Uga
20.00 Jornal da Noite
21.00 O Fura-Vidas
22.00 Laços de Família
23.00 A Febre do Dinheiro
24.00 Último Jornal
00.30 Noites Longas

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Roberto Leal
12.15 «Big Estrelas»
13.00 TVI Jornal
14.00 «Big Estrelas»
14.45 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.00 Campanha Eleitoral PR 2001
19.30 «Big Estrelas»
20.00 Jornal Nacional
21.00 Jardins Proibidos
22.10 «Big Estrelas»
23.10 Tie Tac Milionário
01.20 Última Edição
02.10 Seinfeld
02.50 «O Abismo» (de Peter Benchley, EUA/1977, com Jacqueline Bisset, Nick Nolte. Aventuras)

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizadas pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

Correia da Fonseca

Fim-de-ano com Eça e não só

Como já aqui ficou escrito, com razão ou sem ela, o «Big Brother» não foi a pior e mais feia coisa que aconteceu à TV portuguesa nas últimas décadas ou sequer no ano que há dias terminou. Pelo menos este «Big Brother I» que acabou na exacta altura em que também se findou o 2000, pois quanto aos que por aí venham ano e milénio afora, não sei nada: não tenho a mínima parcela dos dotes de adivinhação que ornamentam as damas e os cavalheiros



sapientísimos em astrologias e artes afins a quem a RTP abriu portas e facultou antena ao longo do ano e mesmo até ao seu finzinho. E aí está, por exemplo entre muitos, qualquer coisa que me parece muito pior que este «Big Brother» da Suzana e do Zé Maria, sem que ninguém se rale com isso, que eu saiba. Não sei se é preciso explicar porquê mas, se o for, tem de ficar para a outra vez.

Porém, é claro que na noite de 31 nem tudo foram astrologias e Zés Marias na TV portuguesa: houve melhor. Concretamente, houve na RTP 2, de modo a não dar nas vistas, um telefilme acerca de Eça de Queiroz. «Os caminhos de Eça», que foi uma espécie de termo de encerramento da participação da TV nas comemorações do centenário do escritor. E, precisamente, também nesse trabalho (assinado por António Silva, autor, e Cristina Antunes, realizadora), que era bom pano, caiu o que me pareceu uma nódoa, para meu mal imputável a um dos homens que mais interessantes e melhores trabalhos tem feito para a RTP, Francisco Moita Flores. Tratou-se de um pequeno depoimento claramente produzido na sequência da adaptação à TV de «O Conde d'Abranhos», e nele Moita Flores acentuou e assumiu o seu entendimento, já transparente na adaptação feita, segundo o qual a demolidora crítica de Eça à classe política dos finais do século XIX é inteiramente ajustada à chamada classe política.

Das semelhanças às armadilhas

Antes do mais, quero confessar que, coitado, eu achava que um homem como Moita Flores se aperceberia, como eu julgo aperceber-me, de que este grande consenso nacional, numa clarividência generalizada que engloba democraticamente os mais sábios e os mais imbecis, tem pelo menos dois efeitos: permite meter no mesmo saco fétido os uns e os outros; semeia na opinião pública uma vaga mas crescente saudade dos bons velhos tempos em que não havia «póliticos». Porém, julgo que a questão de fundo se situa noutro plano: é que não há de facto grande semelhança entre a vida parlamentar e democrática do tempo de Eça de Queiroz e a actualidade, ao contrário do que as aparências (por vezes mais forjadas que efectivas) sugerem e do que a facilidade estimula. Começemos por lembrar que a representatividade das Cortes oitocentistas não era, nem de longe, a da actual Assembleia da República: como se sabe, o eleitorado era uma minoria numericamente ridícula em relação com o total da população portuguesa. Por outro lado, as organizações políticas dos trabalhadores e as estruturas sindicais eram mais um vago sonho na cabeça dos raros Anteros que um dado, mesmo frágil, da vida nacional. Quanto ao contexto histórico e outro, é claro que Eça não sabia nada da tempestade nazifascista que havia de varrer a Europa e o mundo meio século mais tarde e que nos seus primeiros passos, muito se haveria de nutrir da rejeição do parlamentarismo, nem das décadas de experiência socializante em vasta parte do planeta e das lições dela decorrentes que muitos homens de hoje ainda não esqueceram. Isto para não desfiar aqui muitos outros mais dados. Há semelhanças, sem dúvida; mas essas semelhanças é que consubstanciam a armadilha que nos impõe cuidado e a certeza de que podemos, nesta matéria, estar a caminhar em terreno minado. Talvez nos ajude saber que, não tendo Eça chegado a publicar «O Conde d'Abranhos», deixado em versão apenas escrita a lápis quando morreu em 1900, o manuscrito foi só publicado em 1925 por seu filho José Maria, que expressamente salientou o que lhe pareceu então a actualidade do texto. Ora, este José Maria Eça de Queiroz não era precisamente um democrata, nunca escreveria alguns dos mais notáveis textos do seu pai. Um ano depois, em 26, eclodiria o movimento militar de que iriam resultar a ditadura, o Estado Novo, Salazar. De que, por sinal, resultaria também a colocação de José Maria, o filho, no SNI, isto é, no aparelho governamental da repressão cultural e censória do fascismo português. Às vezes, os aparentes acasos não são tão casuais como parecem e apontam caminhos ao entendimento. Como escreveu Mestre Gil: «A história de Deus tem tais profundezas (...)

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Big estertor

Bastou um debate mais ou menos aberto envolvendo concorrentes, comentadores profissionais e algum público (este via telefone) para o **Big Brother** bezerro-de-ouro-da-TVI mostrar o barro de que é feito.

Finalmente a situação não era fácil, nesta saga enigmática que avassalou o país.

Não era fácil para os concorrentes porque, após quatro meses de permanente adulação às suas pessoas, se viram pela primeira vez confrontados com a perspectiva crítica da sua aventura.

Não era fácil para os comentadores presentes porque, após um exercício oficial de repreensão pública ao programa, se viram compelidos a assumir as suas reservas de viva voz, frente aos protagonistas, na casa dos patrocinadores e em directo para o país.

Não era fácil para o próprio público porque, após quatro meses de embarque acrítico numa excitação colectiva, foram acareados para alguma reflexão sobre o seu mais recente entusiasmo. E pensar dá mais trabalho que consumir.

Nem fácil era para os responsáveis do programa sujeitarem-se a uma discussão onde, também pela primeira vez, não teriam o controlo absoluto dos acontecimentos. Por isso não puseram lá os pés, deixando ao jornalista da casa a árdua tarefa de gerir o imbróglgio. O que Júlio Magalhães fez com notável competência, diga-se de passagem.

Nitidamente, ao longo do debate os concorrentes foram adquirindo lastro – o da inteligência humana em exercício – que, mais ou menos substantivamente conforme as aptidões de cada um, os foi puxando da etérea patetice em que flutuavam para o chão concreto do questionamento.

E, pela primeira vez desde que haviam entrado para «a casa mais vigiada do país», lá os vimos a produzir raciocínios e avaliações, primeiro hesitantes entre a justificação defensiva e o contra-ataque acossado, depois claramente interessados em se demarcar do papel de marionetes num jogo – finalmente intuído pelos próprios protagonistas – assente na manipulação oculta e totalitária. Daí fazerem questão em se afirmar pessoas conscientes, mesmo universitários qualificados, cidadãos normais, enfim, gente lúcida que recusa ser vista como um bando de acéfalos em busca de sucesso a qualquer preço.

E aqui germinou a primeira derrota do **Big Brother**: o emergir da ética nos próprios concorrentes como valor inegociável, qual flor abrindo no estrume.

É evidente que as sequelas do **Big Brother** vão também florescer no mesmo pântano, alargando-o e alagando o país com esta variação moderna do *pane et circensis* onde agora é a própria dignidade humana que se digladija perante as massas ululantes. A História mostra-nos que é sempre assim no estertor dos impérios. E até os **Big Brother** nos confirmam que estamos outra vez nessa – a do estertor convulso de um mundo também inexoravelmente em convulsão.

Quanto ao **Big Brother** propriamente dito, sigamos a nova moda governamental e citemos Winston Churchill.

«Pode enganar-se muita gente durante muito tempo, mas não se pode enganar toda a gente durante o tempo todo».

Trabalhadores têxteis iniciam luta Preparar o futuro

No início deste novo ano, os trabalhadores não estão de braços cruzados. Prosseguem velhas lutas e outras são decididas. Em causa o direito a salários e condições de trabalho condignos.

A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles (FESETE), discutiu ontem, em Plenário Geral de Sindicatos, a hipótese de greve em todos os sectores e empresas que se recusam a negociar novos salários para 2001.

Esta decisão surge da posição assumida pelas associações patronais dos sectores têxteis, vestuário, malhas, lanifícios, têxteis-lar e outros que, numa acção concertada, decidiram bloquear e interromper unilateralmente as negociações

dos contratos para 2001, abrindo caminho à aplicação do salário mínimo a dezenas de milhares de trabalhadores a partir deste mês de Janeiro.

No quadro de uma greve entretanto suspensa, os mineiros da **Neves Corvo**, em Castro Verde, receberam múltiplas manifestações de solidariedade. A Assembleia Municipal de Serpa aprovou, por maioria, uma moção de apoio à luta dos mineiros, em que lembra as razões desta luta – melhores condições salariais, o fim da laboração contínua, mais condições de

segurança e higiene e o arquivamento de processos disciplinares – e condena a intransigência da administração da Somincor.

A moção afirma a solidariedade com os mineiros em luta e apela ao Governo para que exija à administração da Somincor «o início imediato de negociações com os trabalhadores».

Na **Marinha Grande**, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira vai assinalar, com diversas iniciativas, o 67.º aniversário do movimento operário do 18 de Janeiro de 1934.

As comemorações desdobram-se por todo o mês de Janeiro, com início, no próximo domingo, com o grande prémio de atletismo «18 km do Vidreiro» e a actuação do

grupo marinhense de percussão «Tocandar».

De 8 a 12, haverá a projecção nas escolas primárias do concelho do vídeo «18 de Janeiro de 1934» e, dia 13, uma outra iniciativa destinada às crianças. Quarta-feira, 17, terá lugar um jantar com animação musical na colectividade da Ordem. Sexta-feira é dia de romagem ao cemitério de Casal Galego e Marinha Grande, com deposição de flores nos participantes do movimento operário do 18 de Janeiro e no monumento ao vidreiro, e intervenções político-sindicalistas.

As comemorações encerram domingo, dia 21, com um concurso de pesca de mar na Figueira da Foz, seguido de almoço.

Toxicodependência é doença



António Abreu manifestou o seu apoio ao trabalho junto dos toxicodependentes

No sábado, António Abreu visitou o Centro de Acolhimento do Casal Ventoso, em Lisboa, onde, segundo a Agência Lusa, sublinhou a necessidade premente de se encarar o toxicodependente «como um doente e não como um criminoso» para o sucesso dos programas de recuperação.

António Abreu, acompanhado de António Filipe, mandatário nacional da sua candidatura, inteirou-se junto dos técnicos que o acolheram sobre as valências e os serviços que o Gabinete oferece a cerca de 250 toxicodependentes e manifestou-lhes o seu apoio ao trabalho desenvolvido.

As três dezenas de toxicodependentes que nessa manhã circulavam por ali ou viam televisão na sala de convívio, ouviram o candidato do PCP, para quem o Presidente da República, apesar de «não ter funções legislativas, deve inteirar-se sobre o nível de cuidados primários, de tratamentos e o ritmo de inserção social» dos que abandonam a droga.

António Abreu visitou depois o Centro de Acolhimento de Alcântara, onde Rodrigues Coutinho, médico que aí trabalha, explicou que o Centro recebe alguns toxicodependentes que tendo entrado numa fase de transição visam uma possível recuperação. Porém, trinta por cento dos que ali estão internados entraram há dois anos e vão continuar pois, segundo Judite Lopes, outra técnica, tratam-se, muitas vezes, de pessoas «irrecuperáveis» e com doenças infecto-contagiosas, a quem se pretende dar cuidados de higiene e alimentação.

António Abreu lamentou o «baixo nível» e a «fraca capacidade de tratamento de jovens em situação de toxicodependência».

PRESIDENCIAIS ■ 2001

ANTÓNIO ABREU

Iniciativas com o candidato do PCP

Hoje, quinta-feira, 4

– 11h00 – Lisboa – visita à Escola profissional de Electrónica e Telecomunicações, nas Telheiras

– 20h30 – debate na RTP-1

Sexta-feira, 5

– 10h00 – Lisboa – Sessão de esclarecimento sobre as «Presidenciais 2001» na Associação Académica da Faculdade de Direito

– 18h30 – Aveiro – Encontro/Convívio com pescadores no Bairro dos Pescadores da Costa Nova (Ílhavo)

Sábado, 6

– 11h00 – Coimbra – Arruada pela baixa de Coimbra

– 13h00, também em Coimbra, Almoço com apoiantes no Restaurante Paço do Conde

– 17h00 – Braga – iniciativa pública com «Verde Honra», no Centro Cultural e Desportivo da Segurança Social St. Tecla

Domingo, 7

– 10h00 – Borba – Visita ao Mercado de Borba

– 13h00, na zona industrial de Borba, Almoço com apoiantes no Pavilhão Municipal

– 17h00 – Mértola – sessão pública no Salão da Junta de Freguesia

– 20h00 – Aljustrel – jantar com apoiantes no Restaurante «O Preto»

Segunda-feira, 8

– 09h30 – Barreiro – encontro com a Vereação nos Paços do Concelho – 12h30, – Palmela – almoço com sindicalistas e membros de ORT's

– 14h30 – Seixal – contacto com trabalhadores à entrada da «Auto Europa»

– 16h00, também no Seixal, encontro com trabalhadores da Câmara

– 20h00 – Almada – jantar com apoiantes no Restaurante «Dia a Dia», Casas Velhas/Monte da Caparica

Terça-feira, 9

– 21h00 – Barreiro – Comício nos «Penicheiros», com a participação do Secretário-Geral Carlos Carvalhas

Carlos Carvalhas em Lisboa e Porto

Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, estará presente, sexta-feira, dia 5, no Porto, na Sessão Pública que terá lugar pelas 21h30, no Hotel Tucla-Salão Panorâmico – Quarta-feira, dia 10, Carlos Carvalhas participa no comício que se realiza em Lisboa, pelas 21h00, no «Fórum Lisboa».

